

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
PRÓ – REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
UNIDADE ACADÊMICA DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

KELLY CRISTINA FERNANDES DA ROSA

**ENEDINA ALANO DA ROSA: A IDENTIDADE DA MULHER NEGRA
EDUCADORA NO SUL DO BRASIL**

CRICIÚMA (SC),

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

KELLY CRISTINA FERNANDES DA ROSA

**ENEDINA ALANO DA ROSA: A IDENTIDADE DA MULHER NEGRA
EDUCADORA NO SUL DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação–Mestrado em Educação na linha de pesquisa “*Educação, Linguagem e Memória*”, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Gladir da Silva Cabral

CRICIÚMA (SC)

2009

À minha família com quem compartilhei todas as etapas deste trabalho. A vocês cujos ensinamentos e conselhos não se podem dispensar. A vocês que marcaram significativamente minha trajetória.

À memória de Enedina Rosentina Alano da Rosa, mulher negra que conheci e cujo engajamento sócio-político-educacional me fez tomar consciência do dilema das mulheres negras criciumenses.

AGRADECIMENTOS

Quero em primeiro lugar agradecer a Deus que me deu sabedoria para aprender e ensinar.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESC pela oportunidade de cursar o Mestrado em Educação.

Ao meu Orientador Prof. Dr. Gladir da Silva Cabral pela forma amigável e agradável que conduzia as orientações à pesquisa.

Ao coordenador do PPGE Professor Dr. Ademir Damázio pelo apoio.

Aos professores Doutores: Dorval do Nascimento e Giane Rabelo pelas considerações pertinentes dadas na qualificação.

Aos componentes da Banca examinadora: Prof. Dr. Gladir da Silva Cabral, prof. Dr. Dorval do Nascimento, e prof. Dr^a. Cristiana Tramonte pelas contribuições para o aprimoramento desta pesquisa.

A todos os colegas do mestrado especialmente a Valdenora Viana pela amizade, companheirismo e apoio em todos os momentos.

Aos colaboradores da pesquisa nas entrevistas, na coleta dos documentos em especial às filhas de Dona Enedina: Onélia e Oneide pela espontaneidade em fornecer os dados da pesquisa.

À Escola de Educação Básica Maria José Hülse na pessoa do professor Fabio Luiz da Rosa e da professora Denise Niehuesbeltame os quais não mediram esforços para me apoiar no momento em que respondiam como gestores dessa instituição.

Aos meus colegas de trabalho da Escola de Educação Básica Maria José Hülse Peixoto por me apoiarem e acreditarem no meu sucesso e em especial à professora Cristiane Dias pela colaboração espontânea no abstract deste trabalho.

À Escola Superior de Criciúma – ESUCRI, instituição onde trabalho há 12 anos e obtive sucesso profissional bem como motivação para buscar os saberes educacionais.

Aos colegas da ESUCRI pelo incentivo na realização de atividades e projetos e em especial às amigas Mariléia Simiano e Karina Rossa Fritzen pela amizade verdadeira.

Aos meus pais Vanderlei e Salete, verdadeiros espelhos em quem eu posso me mirar.

Ao meu esposo Jorge e ao meu filho Emanuel pelo privilégio de compartilhar mais uma conquista e pela possibilidade de dividirmos todos os momentos.

Ao concluir mais uma nova etapa da minha vida profissional, só tenho a agradecer a contribuição de todos aqueles que me inspiraram para que este trabalho fosse realizado.

VOZES-MULHERES

A voz da minha bisavó ecoou
criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.
A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.
A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.
A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.
A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem- o hoje- o agora.
Na voz de minha filha
Se fará ouvir a ressonância
o eco da vira-liberdade.

CONCEIÇÃO EVARISTO¹

¹ Nasceu em 1946, numa favela situada no alto da Avenida Afonso Pena, uma das áreas mais valorizadas da zona sul de Belo Horizonte. Só conseguiu terminar o antigo Curso Normal aos 25 anos. a jovem se transfere para o Rio de Janeiro, vence concurso público para o magistério, e conquista uma vaga na Universidade Federal. A escolha do curso de Letras decorre da paixão que, desde cedo, dedica à literatura. Evaristo ingressa no mestrado em Letras da PUC do Rio de Janeiro, onde defende, em 1996, a dissertação *Literatura Negra: uma poética da nossa afro-brasilidade*. Mais tarde, é a vez do doutorado em Literatura Comparada na Universidade Federal Fluminense.

RESUMO

Procurarei focar, nesta pesquisa, o trabalho da professora Enedina Rosentina Alano da Rosa, afro-descendente, militante política, educadora, religiosa e organizadora dos movimentos sociais. O interesse por estudar e compreender a atuação dessa professora negra, sua presença no magistério durante 50 anos, ao longo de sua história, surgiu por influência de um número significativo de pesquisas a respeito de outros educadores negros do Brasil. Assim, os estudos das relações raciais na educação, especialmente na abordagem gênero e etnia, têm sido o eixo central deste trabalho. Paulatinamente, educadores têm construído grupos de estudos sobre a temática das relações raciais na educação e vários resultados de pesquisa têm sido publicados. A presente pesquisa orientou-se para a história de vida dessa professora, a qual dedicou 50 anos ao ensino público, primeiramente no município de Laguna, onde se formou no Ensino Complementar (hoje ensino fundamental) na Escola Básica Jerônimo Coelho, localizada no centro histórico. Desse modo, a coleta dos dados empíricos foi feita primeiro com arquivos das escolas por onde Dona Enedina passou; matérias publicadas nos jornais locais, relatos de experiências escritos por ela e ainda pelo depoimento realizado com sua filha Onélia Alano da Rosa que é militante do movimento negro de Criciúma e presidente do clube União Operária (“clube dos negros”) e ainda com a filha Oneide que é professora de Educação Física aposentada. Portanto, a educadora movia-se entre dois limites determinantes: a fragilidade cotidiana de sua condição de mulher, pobre e negra, e o movimento avassalador de instituições fortes (Igreja, escola e política). Faço ainda a discussão de alguns termos os quais serão utilizados: negro, raça, etnia, racismo, preconceito e discriminação racial. A análise da situação da mulher negra professora demonstra que, mesmo com a formação escolar em uma instituição de ensino renomada na época e mesmo possuindo qualificação, a mulher negra se tornou invisível na história oficial do sul catarinense. Observou-se ainda que essa mulher negra não esteve imune aos tratamentos discriminatórios destinados aos negros e à mulher em nossa sociedade. Isso repercutiu duplamente na sua inserção no mercado de trabalho quando Enedina foi transferida para a comunidade de Pescaria Brava. Finalmente, pôde-se verificar que a alfabetizadora negra falou de si mesma nos depoimentos, na sua trajetória escolar, nas lutas, nas expectativas, decepções e conquistas. Esses fatos fizeram com que a educadora rompesse o silêncio não só da questão racial nas escolas, sendo professora negra, como também rompesse o duplo bloqueio gênero/ etnia.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade; invisibilidade; negritude; gênero; etnia.

ABSTRACT

In this research I tried to focus the work of the teacher Enedina Rosentina Alano da Rosa, African descent, political activist, educator, religious and social movements organizer. The interest in studying and understanding the role of this black teacher, her presence in the teaching profession for 50 years, throughout her history, came under the influence of a significant number of research about other black educators in Brazil. Thus, the studies of race relations in education, especially in addressing gender and ethnicity, have been the core of this work. Gradually, educators have built groups of studies on the topic of race relations in education and various research results have been published. This research was guided to the life story of this teacher, who dedicated 50 years to public education, primarily in the city of Laguna, where she graduated in Complementary Education in Primary School Jeronimo Coelho, located in the historic center. Thus, the empirical data collection was done first with the files of the schools where Enedina has worked; articles published in local newspapers, accounts of experiences written by her and even the testimony made with her daughter Rosa Onelia Alano who is a Criciúma's Black Movement militant and president of the Workers' Club ("Club of the blacks") and with the other daughter Oneide who is a retired Physical Education teacher. Therefore, the teacher moved between two determinant limits: the fragility of everyday life as a woman, poor and black, and the overwhelming movement of strong institutions (church, school and politics). I also discuss some terms: black, race, ethnicity, racism, prejudice and racial discrimination. An analysis of the black woman teacher situation shows that even having the training school at a renowned educational institution at that time and having the same qualification, the black woman has become invisible in the official history of the southern Santa Catarina. It was also observed that the black woman was not immune to discriminatory treatment addressed to black and women in our society. This was doubly reflected in her inclusion in the labor market when Enedina was transferred to the community of Pescaria Brava. Finally, we could see that the black teacher has said of herself in interviews, on her way as a teacher, the struggles, expectations, disappointments and achievements. These facts caused the teacher to break the silence not only the racial issue in the schools, as a black teacher, but also broke the epidural gender / ethnicity.

KEY WORDS: Identity; invisibility, blackness, race, ethnicity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	43
Figura 2.....	44
Figura 3.....	54
Figura 4.....	57
Figura 5.....	80
Figura 6.....	81
Figura 7.....	83
Figura 8.....	84
Figura 9.....	84
Figura 10.....	86
Figura 11.....	88
Figura 12.....	115

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2 ESTUDO DE CASO DO TIPO ETNOGRÁFICO EM PESQUISA	19
2.1 Os caminhos da pesquisadora	19
2.2 Uma caminhada na trilha do sujeito da pesquisa	22
2.3 Procedimentos da pesquisadora: do todo pra as partes	23
2.4 Estudo de caso aplicado à pesquisa: da teoria à prática	24
2.5 Estudo etnográfico: da definição à atuação	30
3 PERCURSO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DE ENEDINA	33
3.1 Origem de Enedina: Infância e família	34
3.2 História Escolar de Enedina	44
3.3 Histórico do Grupo Escolar Jerônimo Coelho	48
3.4 Do Grupo Escolar ao primeiro emprego de professora	50
3.5 De Roça Grande para Samambaia	54
3.6 Transferência para Rio Queimado, em Lauro Müller	57
3.7 Passagem rápida por Siderópolis	58
3.8 Chegada a Criciúma após a aposentadoria	59
3.9 Histórico da Escola de Educação Básica Coelho Neto	66
3.10 Construção da identidade	67
4 A INVISIBILIDADE DA EDUCADORA NEGRA.	76
4.1 Quem foi Enedina?	79
4.2 A presença de Enedina na comunidade católica	80
4.3 Re-significando a presença de Enedina na política cricumense	90
<u>4.4 O carnaval como elemento identitário negro em Enedina</u>	94
<u>4.5 Desmistificando o preconceito e a discriminação em Enedina.</u>	95
<u>4.6 Rompendo o duplo bloqueio: gênero e etnia.</u>	99
<u>4.7 Desmistificando os conceitos de negro e negritude</u>	100
<u>4.8 Uma visão de racismo, raça e etnia</u>	105
<u>4.9 Homenagens à Alfabetizadora Enedina</u>	112
<u>4.10 Mulher negra nos anos 1970 e 1980</u>	117
<u>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	120
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.</u>	124

ANEXOS

129

1. INTRODUÇÃO

O interesse por estudar e compreender a atuação das professoras negras, sua presença no magistério ao longo da história, suas vivências com o preconceito vem surgindo diante de um número significativo de pesquisas pelo Brasil. Aos poucos, alguns educadores têm construído grupos de estudos sobre a temática das relações raciais na educação.

Dentro desse contexto, surgiu-me a necessidade de investigar a atuação de uma educadora negra, reconstruindo as memórias de sua identidade e suas ações pedagógicas nos municípios do sul catarinense. Para isto, tive de percorrer alguns caminhos: primeiramente, minha história de vida a partir da atuação nas escolas privada² e pública³ no município de Criciúma; em seguida, minha a inserção no Programa de Pós-Graduação em Educação⁴ e no universo da pesquisa acadêmica. Nesse espaço educacional, percorro por diversos autores e projetos de pesquisas que trabalham as questões raciais. Faço também reflexões sobre as experiências de vida, formação profissional, bem como a constituição identitária e pessoal de educadoras que trabalham com a temática do afro-descendente.

A presente pesquisa orientou-se para a história de vida da professora Enedina Rosentina Alano da Rosa, a qual dedicou 50 anos ao ensino público. Antes de tudo, ela estudou no município de Laguna, onde se formou no ⁵Ensino Complementar (as escolas possuíam outra organização do Ensino Graduado) na Escola Básica Jerônimo Coelho, localizada no centro histórico. Já o início de suas atividades profissionais foram primeiro na comunidade de Roça Grande, pertencente a Imbituba, lugar em que permaneceu por cinco anos, em seguida, foi transferida para Imaruí, ficando lá por 15 anos. Depois foi transferida para a comunidade de Rio Queimado, no município de Lauro Müller, onde trabalhou na Escola Isolada Farroupilha e lecionou durante cinco anos, até se aposentar, vindo a residir em Criciúma, onde ainda alfabetizou operários, mineiros e jovens filhos de operários por mais 25 anos.

² Professora da Escola Superior de Criciúma – ESUCRI.

³ Professora da EEB Maria José Hülse Peixoto.

⁴ Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

⁵ As escolas tinham objetivo de dar sequência ao ensino ministrado pelos Grupos Escolares e facilitar a formação de professores normalistas.

A coleta dos dados empíricos foi feita primeiro em arquivos das escolas por onde Dona Enedina passou, matérias publicadas nos jornais locais, relatos de experiências escritos por ela ou por parentes próximos (filhas e filhos), ex-alunos (as) e ainda pelo depoimento realizado com suas filhas: Onélia Alano da Rosa,⁶ que é militante do movimento negro de Criciúma e presidente do clube União Operária (“clube dos negros”) e Oneide Alano⁷ que é professora de Educação Física aposentada. Também houve uma entrevista com o ex-vereador Manoel Satiro Bitencourt⁸ e com a esposa do atual deputado Estadual Altair Guidi (2006–2010), Sandra Guidi⁹. Diante dessa realidade, a história da vida de Enedina se destacou na realização das entrevistas e dos relatos.

Nesta pesquisa, o estudo de caso se aproximou do objeto de pesquisa das minorias, como as professoras negras, buscando contribuições na história social que se vincula ao reconhecido trabalho com as narrativas de sujeitos que constroem a sua história pelas vivências bem como pelas experiências cotidianas.

A amplitude do debate das relações étnico-raciais nas instituições de ensino de Criciúma se estabelece a partir da aprovação da Lei Municipal n. 3.410, de 4 de abril de 1997, que institui a inclusão do conteúdo de História Afro-Brasileira nos currículos das escolas municipais de Criciúma, que foi proposta pelo Sr. Vereador Manoel Satiro, e posteriormente em 2003 com a regulamentação da Lei n. 10.639, que inclui o ensino da cultura afro-brasileira na grade curricular nas disciplinas de Artes, História e Língua Portuguesa.

A partir desse cenário, procurarei enfatizar o trabalho da professora Enedina Alano da Rosa, afro-descendente, militante política, educadora, religiosa e organizadora dos movimentos sociais, enfocando ainda sua família. O interesse por estudar e compreender a atuação dessa professora negra, sua presença no magistério durante 50 anos, surgiu diante de um número significativo de pesquisas a

⁶ Entrevista concedida em setembro de 2008. Trabalhou por de 30 anos no ministério da previdência onde se aposentou em agosto de 1988. Foi rainha da Escola de Samba Vila Isabel de Criciúma. Desde 1973 está no clube União Operária, sendo hoje presidente. Atualmente é colaboradora da recém criada COPIRC (Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial de Criciúma).

⁷ Entrevista concedida em março de 2009. Formada em Educação Física pela UNESC, sendo uma das primeiras turmas da universidade. Atuou durante 25 anos como professora na rede estadual de ensino onde se aposentou.

⁸ Entrevista concedida em outubro de 2008. O senhor Nelo Satiro foi eleito por duas legislaturas, sendo de 1992 a 1996 e de 1996 a 2000. Disputou a primeira vez em 1966. Na época, ele lembra que não foi eleito, mas ficou como suplente, atuando 6 meses na câmara dos vereadores.

⁹ Entrevista concedida em novembro de 2008. Esposa de Altair Guidi. Foi professora de escolas particulares em universidades e diretora da Gerência de Educação. Também trabalhou na vida política como suplente de senadora, deputada e vereadora.

respeito de outros educadores negros pelo Brasil. Assim, os estudos das relações raciais na educação, especialmente na abordagem gênero e etnia, configuram-se como o eixo central deste trabalho.

Dentro desse contexto, além de investigar a atuação da professora Enedina, faz-se necessário dar visibilidade à mulher negra educadora, bem como ressignificar sua identidade e sua ação pedagógica nos municípios de Laguna, Imbituba, Lauro Müller e Criciúma. Desse modo, pretendo reconstruir a história de uma mulher negra no espaço educacional, na condição de sujeito da sua própria história. Nesse espaço educacional, percorro por diversos autores e pesquisas que trabalham as questões raciais, entre os quais se destacam: Santana (2004), Gomes (1995), Oliveira (2006), Munanga (2006), Castells (2003), Brandão (1986), Ferreira (2004), entre outros. Faço também reflexões sobre as experiências de vida, formação profissional bem como a construção identitária e pessoal dessa educadora afro-descendente.

Por meio do estudo dessa professora, pretendo me aprofundar no universo histórico-educacional de uma mulher negra que fez da religião seu princípio de vida, organizando apostolados, e que atuou na política da região sul de Santa Catarina. Durante o processo de realização do trabalho, quero primeiramente reconstruir a biografia da professora Enedina e, em seguida, dialogar com as teorias identitárias dentro dos estudos étnico-raciais.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é estudar/registrar a identidade da professora Enedina, dando visibilidade e voz à alfabetizadora, preservando sua história de vida e sua atuação profissional em vários municípios da região sul catarinense.

Constituem-se em objetivos específicos os que seguem:

- a) Verificar a existência de vestígios histórico-biográficos no contexto social e familiar em que viveu a professora nos municípios de Laguna, Imbituba (Roça Grande), Imaruí (Samambaia) Lauro Müller (Rio Queimado) e Criciúma.
- b) Buscar os escritos da educadora, militante política e religiosa lagunense publicados em jornais locais e regionais, bem como em outros documentos oficiais, ampliando o debate com os pensadores

da educação, especialmente os que se inserem na negritude, gênero e etnia.

- c) Discutir a construção da identidade étnica da professora negra, buscando evidenciar marcas de preconceito, discriminação, resistência e invisibilidade vivenciadas no cotidiano de vida e profissão.

Nos estudos sobre a educação das mulheres negras educadoras, é importante ressaltar a relevância que vêm assumindo as novas referências teórico-metodológicas, polemizando o tema central da pesquisa e colocando em cheque questões negligenciadas pela historiografia tradicional. Essas vertentes teórico-metodológicas vêm se ocupando com o estudo de grupos excluídos, como o das mulheres em geral e das mulheres negras em particular.

É nesse sentido que o estudo de caso se aproxima do objeto de pesquisa das minorias, como as professoras negras, buscando contribuições na história social, oral, as quais se vinculam ao trabalho da pesquisadora com as narrativas de sujeitos que constroem a sua história pelas memórias vivenciadas bem como pelas experiências cotidianas. Esta pesquisa também teve como fonte os documentos disponíveis nas escolas por onde a educadora passou, bem como nos arquivos públicos municipais e estaduais.

Primeiramente, será necessário definir o estudo de caso e sua atuação no campo da educação, focalizando a figura da professora, mulher e negra, sua presença no cotidiano escolar, familiar, bem como o papel do pesquisador. Depois será a vez de ampliar a discussão da pesquisa teórico-metodológica para a história de vida, assim como seu desenvolvimento nos ambientes educacionais por onde Enedina passou e sua proximidade com o objeto da pesquisa dos estudos afro-brasileiros, especialmente nas relações de gênero e etnia.

A coleta dos dados foi feita primeiramente mediante as conversas informais para posteriormente marcar a entrevista propriamente dita. Para isto, tive de visitar várias vezes as filhas Onélia e Oneide bem como colher os seus depoimentos; e foi a partir daí que obtive os dados para visitar os lugares onde Enedina trabalhou. Então, parti para as viagens às escolas, onde encontrei documentos, colhi depoimentos de funcionários das instituições, ex-alunas e colaboradores. Diante

dessa realidade, as conversas gravadas se destacaram na realização da coleta e na tabulação dos relatos.

Assim, para desenvolver a discussão sobre a vida de Enedina, relacionando-a com a invisibilidade, etnia, negritude, gênero e identidade, adotei a seguinte estrutura:

O capítulo 2, “Estudo de Caso em Pesquisa”, traz o percurso teórico-metodológico da pesquisadora e faz uma análise da pesquisa qualitativa, mais especificamente na abordagem do estudo de caso. Fica, então, evidente que a pesquisadora foi a campo apenas com um bloco de anotações e um gravador e o que encontrou é um universo de dados empíricos para depois serem analisados e tabulados.

O capítulo 3, “Percurso de Enedina”, contém os dados empíricos, teóricos e históricos da pesquisa. Aqui se apresentam passagens importantes da vida de Enedina como educadora negra no meio rural. Sua trajetória histórico-educacional se inicia no município de Laguna, onde estudou do segundo ao quarto ano primário e mais os três anos do ensino complementar no Grupo Escolar Jerônimo Coelho, localizado no centro histórico da cidade. O percurso como trabalhadora da educação começa em 21 de agosto de 1924,¹⁰ (conforme documento anexo) em Roça Grande (Imbituba), onde permaneceu por cinco anos; depois seguiu para Samambaia (Imaruí), lugar em que se casou, teve os filhos e os viu crescer, mas também onde teve de suportar o falecimento do marido aos 33 anos de idade, vivendo lá por 15 anos. Em seguida, mudou-se para Rio Queimado (Orleans, hoje Lauro Müller), vivendo por lá cinco anos até a sua aposentadoria, vindo finalmente para Criciúma onde trabalhou ainda com alfabetização de adultos.

Há também a imprescindível discussão sobre o desenvolvimento da identidade individual e coletiva das educadoras negras proposta por inúmeros autores consagrados, já citados, que abordam a temática. Certamente, as pesquisas locais sobre educadoras negras feitas em várias partes do Brasil são de grande valia na medida em que apresentam possibilidades metodológicas, perspectivas de análise interessantes e discussões teóricas instigantes, com as quais posso dialogar.

¹⁰ Esta data pode ser comprovada no documento anexo a este trabalho escrito pela própria Enedina.

No capítulo 4, “A invisibilidade da educadora negra”, a invisibilidade étnico-racial de dona Enedina se faz presente no cotidiano escolar durante os 50 anos dedicados à alfabetização. Há também a identidade religiosa e militância político-partidária. A educadora movia-se entre dois limites determinantes: a fragilidade cotidiana de sua condição de mulher, pobre e negra, e o movimento avassalador de instituições fortes (Igreja, escola e política).

Faço ainda a discussão de alguns termos utilizados nesse capítulo: *negro*, *raça*, *etnia*, *racismo*, *preconceito* e *discriminação racial*. Para isto, discuto com vários autores, sabendo que há discordância entre eles e que existe divergência quanto à terminologia mais adequada para discutir a questão racial no Brasil. Preocupo-me também em aplicar tais conceitos ao percurso da mulher negra educadora.

2 ESTUDO DE CASO EM PESQUISA

Este capítulo visa expor a sistematização do percurso metodológico, apresentando a trajetória da pesquisadora e fazendo uma análise da pesquisa qualitativa, mais especificamente na abordagem do estudo de caso.

Cinco objetivos norteiam este capítulo: traçar o percurso histórico-bibliográfico da pesquisadora; mergulhar na trilha do sujeito da pesquisa (Enedina); organizar os dados históricos a partir de um diagrama; apresentar a fundamentação teórico-metodológica de acordo com André e Triviños, bem como relacioná-la com o sujeito da pesquisa (Enedina); e ainda percorrer pelos ambientes por onde a professora residiu/trabalhou, identificando pessoas que estiveram próximas do sujeito da pesquisa.

2.1 Os caminhos da pesquisadora

Primeiramente, decidi pela realização da pesquisa qualitativa (estudo de caso) em função da adequação desse tipo de abordagem ao problema estudado (a invisibilidade da professora Enedina). Na verdade, sempre me identifico com essa realidade como pesquisadora, pois o que faço é compreender o universo dessa educadora do sul catarinense. Assim, para delinear o caminho seguido neste trabalho, empreendi os seguintes procedimentos:

- 1) Com o nome: Enedina Rosentina Alano da Rosa em mãos, fui em busca de uma de suas herdeiras (sua filha Onélia da Rosa), que me atendeu prontamente e me forneceu as primeira informações sobre a mãe. Nesse primeiro contato, ainda colhi alguns documentos tais como: fotos, relatórios e reportagens.
- 2) Depois disso fui a campo em busca da primeira escola onde a professora trabalhou. Ela se chamava Escola Isolada Roça Grande, hoje Escola de Educação Básica Prof. André Antônio de Sousa. Lá encontrei um livro de registros dos exames finais das atividades realizadas por dona Enedina.

- 3) Depois foi a vez de visitar Laguna, terra natal de dona Enedina. Lá fui ao Grupo Escolar Jerônimo Coelho, localizado no centro histórico, conversei com o secretário da instituição o qual prometeu encontrar no arquivo morto documentos da aluna Enedina. Passados dois meses, voltei à escola para apanhar os documentos.
- 4) A próxima visita foi a Rio Queimado (Lauro Müller), mais especificamente na Secretaria de Educação, onde encontrei registros e uma foto da Escola Isolada Farroupilha. Dirigi-me, então, à localidade em busca de vestígios. Lá encontrei uma ex-aluna (Dona Neli Duarte) que estudou e fez catequese com a professora Enedina.
- 5) Seguindo o meu percurso, fui a Samambaia (Imaruí), onde ela residiu, casou-se e lecionou na Escola Isolada. Nessa instituição, encontrei um livro de registro histórico da localidade e da instituição no qual constava o nome da educadora Enedina.
- 6) Finalmente, durante o meu percurso, cheguei a Criciúma. Aqui visitei a Prefeitura, a Escola de Educação Básica Coelho Neto, a capela do bairro Operária Nova, o Sr. Manoel Satiro Bithencourt e fiz uma entrevista com a Sr^a. Sandra Zanatta Guidi, esposa do deputado estadual Altair Guidi.
- 7) Durante o tempo da coleta de dados, ainda participei de eventos nacionais tais como: ANPED, Seminário Multiculturalismo da UDESC, Congresso Fazendo Gênero, I Seminário Internacional: África, Africanidades. A participação nesses eventos foi primordial para a discussão teórica da minha pesquisa, pois neles encontrei pessoas com as quais conversei e às quais ouvi e que estabeleciam discussões ligadas à minha linha de trabalho. Esses eventos ainda permitiram que o discurso de meu trabalho tivesse maior legitimidade.

- 8) Quando iniciei a redação, descrevi meu interesse inicial, explicitiei meus valores em relação ao tema da pesquisa, bem como a forma como entrei no contexto de Enedina e a maneira como saí transformada aprendendo a me tornar pesquisadora.
- 9) Foi preciso ainda transcrever e editar os relatos de Enedina, Teresinha, Onélia e Oneide desenvolvidos por mim, assim como proceder com a redação do trabalho na sua totalidade, sempre atenta a possíveis novidades surgidas ao longo do processo.
- 10) Depois de todas essas etapas, contextualizei historicamente, no texto, tanto minhas concepções quanto as bibliografias por mim estudadas ao longo desses quase dois anos. Mantive ainda na redação a preocupação com os possíveis efeitos de meu discurso tanto no nível acadêmico quanto no social.
- 11) Eis que, quase ao final do meu percurso, aparece a outra filha, Oneide Alano da Rosa, a qual me proporcionou outra visão da mãe Enedina. Com ela, encontrei outras fotos e documentos da professora tais como: requerimentos de concessão de licença prêmio, relatórios, fotos de Oneide recebendo o prêmio “Cidadã honorária de Criciúma” e outras comprovações da Secretaria da Educação. Finalmente, nessa longa entrevista, pude obter uma interpretação mais concreta da luta político-partidária de Enedina bem como da resistência ao preconceito, identidade e identificação.

Sabe-se que a fenomenologia é referência para a construção dos caminhos da pesquisa sendo ainda instrumento metodológico, favorecendo uma compreensão da *representação* do sujeito da pesquisa (Enedina) na sua narrativa pessoal. Procuro, então, conceituar a fenomenologia a partir de Triviños (1987, p. 43), o qual afirma que:

A fenomenologia é o estudo das essências, e todos os problemas, segundo ela, tornam a definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência. Mas também a fenomenologia é uma filosofia que substitui as essências na existência e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra forma senão a partir de sua facticidade.

O termo *fenomenologia* é usado ainda nas ciências sociais, questionando o conhecimento e não o negando, mas tendo uma atitude objetiva diante do fenômeno em estudo. Assim, o estudo das essências não está apenas na análise ou explicação do fenômeno, mas na descrição da realidade estudada e no fornecimento de informações, na compreensão e na interpretação dos elementos espaciais e temporais do sujeito da pesquisa.

Sabe-se o quanto é complicado adotar o termo “metodológico”, pois segundo Ferreira (2004) esse termo “pode sugerir uma seqüência de passos estanques, previamente definidos”, o que pretendi evitar neste caso. Parti, então, de um todo, isto é, da globalidade do texto, sujeito a ser compreendido, fazendo sempre um constante retorno do todo às partes, para ter uma compreensão analítica do fenômeno estudado.

Portanto, a referência fundamental de todo o trabalho foi o próprio fenômeno. Assim, procurei não só estudar a identidade, o preconceito racial e a negritude, mas também a experiência de vida de uma pessoa negra inserida em uma “cultura branca”.

2.2 Uma caminhada na trilha do sujeito da pesquisa

Todo este estudo foi desenvolvido sobre o relato da história de vida de Enedina, uma catarinense afro-descendente. Geralmente, conforme Ferreira (2004, p. 27), “nos trabalhos científicos, a pessoa que fornece conteúdos de sua vida como parâmetros para a compreensão de uma realidade mais ampla é considerada como o sujeito”. Minha proposta sempre foi a de me deixar levar pelo fenômeno (Enedina). Por isso, utilizo para ela o termo “participante” da pesquisa, pois reflete o *status* que teve efetivamente durante o transcorrer do trabalho.

Enedina, *in memoriam*, tez negra, é a pessoa cuja narrativa fundamenta todo o trabalho. Teve uma origem humilde, uma condição social simples, sendo mais tarde educada pela avó que tinha posses. Lutou sozinha com dificuldades para oferecer uma vida digna para si e para os filhos. Ficou viúva cedo (com aproximadamente 30 anos). Não cursou ensino superior, na época para ser uma professora alfabetizadora era necessário concluir o curso complementar. Participou de vários movimentos, tais como: grupos políticos (era político-partidária); catequese

na capelinha do bairro Operária Nova e em outros lugares onde passou; e ainda escolas de samba.

O contato com Enedina deu-se a partir de conversas com pessoas ligadas ao movimento negro, mais especificamente na pessoa de sua filha Onélia e posteriormente da filha Oneide. Pude observar, na professora Enedina, por meio dos depoimentos que deixou, grande fluência verbal e gramatical, dedicação profissional e atenção social dedicada às crianças.

2.3 Procedimentos da pesquisadora: do todo às partes

O percurso que desenvolvi constou de uma sucessão de passos, porém nem todos definidos previamente. Eles foram sendo construídos à medida que a pesquisa ia sendo realizada. Realizei duas entrevistas abertas: uma com Onélia e outra com Oneide. Ambas foram gravadas para posterior análise: a primeira, com Onélia, foi na casa onde a mãe residia quando era viva; já a outra foi com a filha Oneide em sua própria residência. Após alguns minutos de conversa informal, iniciamos as entrevistas, com duração de aproximadamente duas horas cada. As entrevistas foram mais uma conversa informal, sem interrupções na narrativa.

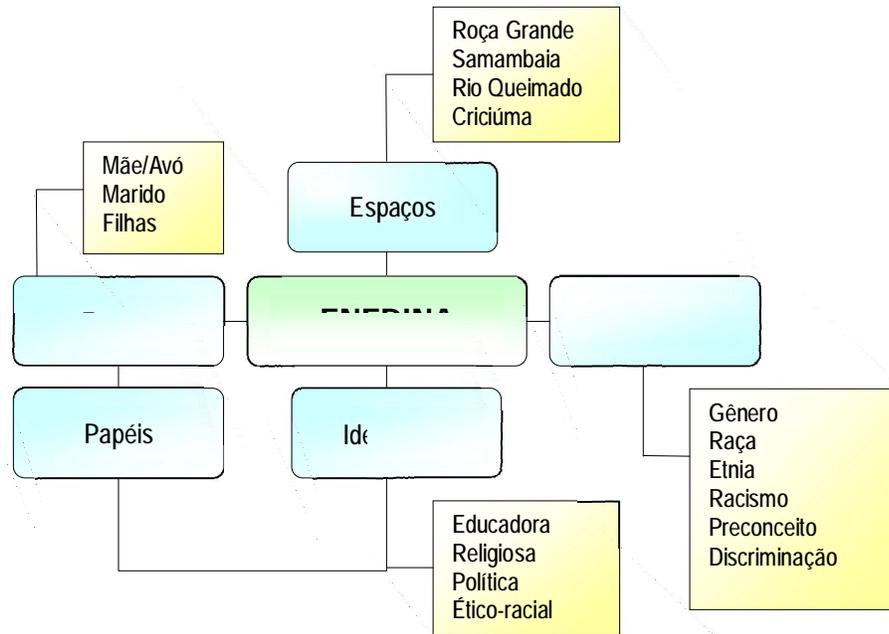
Foram feitas as transcrições integrais das entrevistas gravadas, em textos que depois foram editados. As transcrições foram feitas por mim, que reconheci, naquele momento, uma oportunidade ímpar de mergulhar amplamente nas narrativas contadas e recontadas pelos indivíduos entrevistados. Assim, foi possível entender as particularidades da narrativa de Enedina.

Para organizar os dados das narrativas escritas por Enedina, para análise posterior dos textos colhidos durante as visitas às instituições de ensino, aos antigos moradores dos lugares onde Enedina morou e aos familiares, tais dados foram subdivididos em trechos, para manter uma unidade e poderem ser relacionados com as categorias depreendidas dos depoimentos. Esse processo foi implementado para facilitar a organização futura dos dados e a estruturação dos capítulos do trabalho.

Os históricos das instituições de ensino foram incorporados à redação, assim como a descrição dos aspectos históricos de personalidades do município de Criciúma, tais como Manoel Satiro, Altair Guidi na pessoa da sua esposa Sandra Guidi como também documentos encontrados na câmara dos Vereadores de

Criciúma e na prefeitura de Criciúma. A partir daí, procurei organizar a estrutura de toda a narrativa de Enedina.

Então, construí um diagrama descritivo o qual sintetiza as informações da narrativa de Enedina e permite a visualização da globalidade da vida do ser pesquisado, favorecendo posterior análise. Assim, o diagrama a seguir serviu de roteiro para a divisão dos capítulos.



Foi a partir desse diagrama construído o roteiro para a análise e a narrativa de Enedina, articulando seu discurso com a história e a educação. Na verdade, o que fiz foi uma reconstrução do discurso de Enedina a partir do relato de sua história de vida contada por parentes e amigos. Esse texto foi desenvolvido no capítulo 2, Percurso histórico-biográfico de Enedina.

Finalmente, este trabalho, durante toda a sua construção, foi discutido com o orientador, prof. Dr. Gladir da Silva Cabral, como também com teóricos ligados à área nos eventos que participei durante os quase dois anos de pesquisa. Isso me fez ter uma visão teórica mais consistente sobre o fenômeno que estudei, fazendo com meu discurso fosse qualificado por pessoas que transitam na mesma área de interesse.

2.4 Estudo de caso aplicado à pesquisa: da teoria à prática

A origem dos estudos de caso na sociologia e na antropologia vem do final do século XIX, e o principal propósito desses estudos era realçar as características da vida social.

Em educação, segundo André (2008), os estudos de caso aparecem em manuais de metodologia de pesquisa, porém com um sentido restrito: estudo descritivo de uma unidade, seja ela uma escola, **uma professora** (como no caso de Enedina Alano da Rosa) ou um grupo de alunos ou uma sala de aula. O objetivo desses manuais, de acordo com André (2008), é a exploração de uma temática, que no caso da pesquisa em questão é a negritude, levantando informações ou hipóteses para futuros estudos. Essa visão de estudo de caso parece ter inspirado pesquisadores da área da educação que classificam seus trabalhos de fato como *estudos de um caso*, e não *estudos de caso* (p. 15-16).

Sabe-se que o conhecimento gerado pelos estudos de caso tem valor não só documental como também social. Isso porque ele não é um método específico de pesquisa, mas uma forma particular de estudo. Em geral, as técnicas de coleta de dados são: a observação, a análise de documentos, as gravações, as anotações de campo, mas essas não definem o tipo de estudo, apenas o conhecimento que advém dele. Na presente pesquisa, sobre a educadora afro-descendente, utilizei-me de técnicas de coleta de dados que descreverei a seguir.

É importante ressaltar, segundo Stake (1994, p. 236), que o “estudo de caso não é uma escolha metodológica, mas uma escolha do objeto a ser estudado”. Assim, o que é fundamental aqui é o que se aprende ao estudar o caso. Isso realmente se confirma nos estudos culturais em educação, especialmente quando a pesquisa se aplica às minorias: mulher (gênero), negra (etnia).

O conhecimento advindo do estudo de caso é mais concreto, pois encontra eco na nossa experiência cotidiana; é mais contextualizado, estando enraizado num contexto; é dialógico e leva em conta a voz do outro como sujeito, a alteridade. Desse modo, as memórias de nossos entrevistados durante a coleta de dados se fazem necessárias para o entendimento das situações reais.

O que eu quis, nesta pesquisa, foi desenvolver um estudo de caso, que estuda com profundidade um fenômeno educacional na sua singularidade. Quanto aos tipos de estudo de caso, há o intrínseco, que é quando se tem interesse em um caso particular bem específico, como nesta pesquisa. No meu caso, interessou

investigar a trajetória histórico-biográfica da educadora Enedina, bem como as especificidades da sua vida educacional. Então, a história de vida da professora, a análise de documentos escolares e entrevistas são os métodos mais eficazes na coleta dos dados da pesquisa.

No estudo de caso, chama-se a atenção para compreensão dos atores, oferecendo explicações sobre os padrões que não estão bem claros aos participantes. Os estudos de caso qualitativos têm forte interesse cultural e fenomenológico. Faz-se necessário, então, adaptar a pesquisa ao estudo de caso educacional. De acordo com André (2008):

Para que seja reconhecido como um estudo de caso é preciso, antes de tudo, que enfatize o conhecimento do singular e adicionalmente que preencha os requisitos da etnografia. Geralmente o caso se volta para uma instância particular, seja uma pessoa, uma instituição, um programa inovador, um grupo social. (p. 22)

O método de estudo de caso foi escolhido pela sua utilidade como ferramenta capaz de permitir a análise dos dados e a reflexão, praticidade, necessidade de utilizar várias estratégias e meios, tendo em vista a falta de documentos e as limitações do recurso da história oral.

O que se fez, porém, foi uma adaptação desse estudo à educação. Assim, faz-se necessário o estranhamento e a observação participante, a qual admite que o pesquisador tenha sempre interação com a situação estudada. É o que acontece comigo e com a minha pesquisa, pois à medida que busco informações sobre a trajetória escolar da professora Enedina, mais mergulho nesse universo sociocultural.

Roberto da Mata (apud André, 2005, p. 28) afirma que “vestir a capa de etnólogo [pesquisador] significa realizar uma dupla tarefa: transformar o exótico em familiar e/ou transformar o familiar em exótico. Isto exige que o pesquisador dê inteligibilidade àquilo que não é visível ao olhar superficial”. No caso desta pesquisa, fez-se necessário dar visibilidade à mulher negra, bem como sua presença no magistério dos municípios do sul de Santa Catarina, tornando-a familiar não só pelos documentos oficiais, mas também nos indícios encontrados nos espaços onde viveu.

Nesta pesquisa, a característica principal é a coleta de dados numa situação de campo. Por isso, durante a pesquisa me aproximei de pessoas que, num passado longo ou distante, mantiveram contato com a Dona Enedina. Nesse sentido, fiz contato direto por meio de entrevistas e conversas. Registrei minhas

visitas num diário de pesquisa, onde descrevi pessoas e ambientes que conheci; anotei situações importantes, opiniões e falas de diferentes sujeitos que foram se envolvendo na trajetória; e ainda fotografei os ambientes onde visitei. Além disso, recolhi documentos formais e informais, legais e pessoais.

A duração do meu contato direto com a situação de pesquisa foi de aproximadamente seis meses. Tal decisão foi de acordo com os meus objetivos específicos de estudo, mas também de acordo com a minha disponibilidade de tempo para me deslocar aos lugares onde a professora atuou. Este trabalho de campo está intimamente ligado à pesquisa, pois é o momento da descrição da coleta de dados.

Nesse percurso metodológico, a pesquisadora enfrentou uma multiplicidade de estruturas conceituais complicadas, muitas delas amarradas uma às outras, e muitas vezes temos de aprender para depois apresentar.

A principal preocupação da minha pesquisa é com o significado que a pessoa analisada (mulher negra educadora) atribui à realidade que a cerca. Esses significados podem ser expressos pela linguagem, especialmente nos relatórios escritos pela professora pesquisada. Foi preciso, então, mergulhar na cultura do sujeito pesquisado e capturar a perspectiva do outro.

Nesta pesquisa, o pesquisador é o instrumento principal na coleta e análise dos dados (entrevistas, documentos, visitas às escolas). Por isso é possível manter uma abertura a fim de rever os pontos críticos da pesquisa, localizando novos sujeitos, bem como incluir novas técnicas de coleta de dados. Isso foi possível na minha coleta de dados, ao contactar as filhas Onélia Alano e Oneide e tomar conhecimento dos indivíduos com quem Dona Enedina conviveu.

No que se refere a esta pesquisa, o estudo de caso é o método ideal porque, por meio dele, entendemos um caso particular, bem como a sua complexidade. Pode-se, ainda, analisar o sujeito a partir de diversos ângulos para obtermos o máximo de informações sobre a sua história de vida.

Sendo uma investigação empírica, o estudo de caso é conduzido de acordo com os limites de tempo e espaço; constrói uma história/ narrativa que tem valor, relacionando-a às pesquisas da literatura oficial (ANDRÉ, 2005, p. 27). Dentro desse contexto, o estudo de caso compreende o particular (professora Enedina) em sua complexidade e particularidade. É natural que o pesquisador tenha uma visão

ampla, mas ao mesmo tempo profunda composta por múltiplas variáveis. Assim, o pesquisador investe bastante tempo e recursos, desde o planejamento do trabalho até a interpretação dos dados.

O pesquisador, todavia, precisa tomar cuidado para não se deixar fascinar pelo inusitado, prendendo-se a minúcias, deixando de lado o que é significativo para compreender e comprometendo a validade dos relatórios pesquisados. Desse modo, o estudo de caso ajudou a compreender a situação investigada e possibilitou a emergência de novas relações com os sujeitos da pesquisa para que se pudessem revelar novas pistas para o aprofundamento de futuros estudos das educadoras negras.

A vantagem deste tipo de pesquisa, segundo Marli (2005), é que não preciso partir de um esquema teórico fechado, que limita a interpretação do pesquisador e impede o acréscimo de novos aspectos ao problema da pesquisa. No entanto, foi necessário tomar cuidado para não conduzir a pesquisa dentro de uma linha descritiva ou a-teórica, sem qualquer suporte teórico que permita a formulação do problema. De acordo com Marli (2005, p. 36):

Os estudos de caso podem fornecer informações valiosas para medidas de natureza prática e para decisões políticas. Isso significa que tanto a coleta quanto a divulgação dos dados devem ser pautadas por princípios éticos, por respeito aos sujeitos, de modo que sejam evitados prejuízos aos participantes.

Esta pesquisa foi pautada dentro desses princípios, pois sempre que eu ia visitar algum dos sujeitos da pesquisa, antes de gravar a entrevista/depoimento, perguntava se o indivíduo concordava com o teor da perguntas. Ainda assim, encontrei resistência por parte de alguns dos sujeitos que simplesmente não quiseram falar ou mostrar determinados documentos ou porque, devido à idade avançada, haviam se esquecido dos fatos da época em que a professora Enedina viveu.

Parafrazeando André, quanto mais experiência e maior sensibilidade, mais bem elaborado será o estudo. É por isso que ser o principal instrumento de coleta e análise de dados teve inúmeras vantagens para mim (pesquisadora) a fim de dominar o material teórico-metodológico.

Vê-se, segundo André (2005), que as formas de análise dos dados e de elaboração do relatório final da gravação das entrevistas/relatórios não estão absolutamente prontas em roteiros para serem seguidos. Isto porque há

necessidade de que o pesquisador se baseie em suas próprias habilidades e na sua criatividade.

Realmente, isso aconteceu no percurso histórico-biográfico que percorri para realizar a busca no universo de Enedina. Desse modo, tive de recorrer à minha habilidade de lidar com os sujeitos pesquisados, bem como ter paciência para ouvir os relatos das pessoas, mesmo que não fossem assuntos referentes à pesquisa.

Outro aspecto importante a considerar nos estudos de caso são as questões éticas. Foi preciso, então, que eu (pesquisadora) estabelecesse os critérios de análise e ainda que eu revelasse claramente os critérios com os quais me baseei para escolher os sujeitos da pesquisa. Além disso, é preciso dizer como selecionei os dados apresentados, pois há pesquisadores que podem selecionar e apresentar somente informações que lhe forem convenientes.

Por isso, foi preciso obter o consentimento dos participantes tanto formal quanto informalmente a fim de que sejam explicadas as questões da pesquisa e estabelecer os acordos.

Durante o meu percurso de pesquisadora, precisei conhecer as minhas características individuais para poder realizar o desenvolvimento do estudo de caso. Acredito que este tipo de pesquisa se projeta tanto sob o ponto de vista intelectual quanto pessoal e emocional.

Houve momentos, durante a estada nos ambientes onde Enedina passou, que, na minha condição humana, cometi erros, tais como: quando fui à casa de dona Neli Duarte, não levei gravador, tendo que voltar posteriormente e ainda quando fui à Roça Grande (Laguna), conversei com populares que conheciam Enedina, porém não gravei nem registrei a conversa. Também não deixei passar oportunidades, por exemplo, quando fui à Escola de Educação Básica Coelho Neto procurar indícios da professora Enedina. O que encontrei foi uma ex-diretora que tinha sido aluna do sujeito da pesquisa. Marquei, então, uma entrevista com ela, que me atendeu prontamente.

Para desenvolver um estudo de caso qualitativo, eu precisei saber conviver com as dúvidas e incertezas, aceitando, muitas vezes, um trabalho aberto e flexível, tomando decisões na medida em que se fazem necessárias. Não me apeguei a normas prontas de como proceder em cada situação específica, o que fiz foi estabelecer critérios para seguir uma direção mais segura.

2.5 Estudo de caso: da definição à atuação

Antes de qualquer coisa, foi preciso definir a escolha do caso (a invisibilidade da professora Enedina) para, então, manter os contatos iniciais e ir a campo para as entrevistas/ depoimentos. Em seguida, decidi sobre os métodos de coleta de dados, sobre os locais, os sujeitos, o tempo de observação, bem como os recursos utilizados (gravador, bloco de anotações, coleta de documentos). No entanto, tudo isso pode ser repensado, redefinido, modificado ao longo da pesquisa.

Em virtude dessa flexibilidade no trabalho de campo, foi preciso tomar decisões de como analisar e apresentar os dados, já que não puderam se predefinidas a não ser em linhas gerais. Foi justamente essa abertura que tornou o estudo de caso atrativo para mim, especialmente porque me senti à vontade diante do novo, do imprevisto, do incerto, do impreciso.

Durante o período de coleta de dados, foi preciso utilizar a sensibilidade. Isso porque tive de ficar atenta aos ambientes por onde Enedina passou, às pessoas com quem ela se relacionou pessoal ou profissionalmente, bem como a todo e qualquer indício do contexto estudado. Além disso, foi necessário recorrer às minhas intuições, percepções e emoções para explorar os dados que foram colhidos. Tive, ainda, de observar tanto nos sujeitos da pesquisa quanto na própria Enedina preferências pessoais, religiosas e políticas, no decorrer de toda a investigação. Faço lembrar as palavras de André (2005), que afirma:

O uso da sensibilidade na fase de coleta significa por um lado, saber mais do que o óbvio, o aparente. Significa tentar capturar o sentido dos gestos, das expressões não verbais, das cores, dos sons e usar essas informações para prosseguir ou não nas observações, para aprofundar ou não um determinado ponto crítico, para fazer ou não certas perguntas numa entrevista, para solicitar ou não determinados documentos, para selecionar ou não novos informantes. Por outro lado, o pesquisador vai precisar usar os seus sentidos, intuições, percepções e experiências para decidir quando iniciar o trabalho de campo, quando torná-lo mais – ou menos – intenso e quando encerrar a coleta de dados. (p. 40)

Isto foi perceptível desde o primeiro contato com a filha Onélia da Rosa, em cuja fala, no seu depoimento e na entrevista gravada, vislumbrei indícios da invisibilidade e do racismo velado porque passou dona Enedina. Também percebi certa resistência quando solicitei por outros documentos que porventura houvesse. Onélia disse que havia alguns papéis da mãe numa gaveta da despensa e que não era possível pegar pois havia muita poeira. Só que quando a pesquisa já se

encontrava na fase final, fui surpreendida por Onélia com um álbum de fotos de Enedina a partir da década de 1930. Já com a outra filha Oneide, embora também houvesse em seu depoimento indícios de invisibilidade, encontrei outros documentos importantes da mãe.

No momento da análise dos dados, fui me valendo da intuição, criatividade e experiência pessoal quando tive de manusear o material coletado para apreender os conteúdos, os significados, as mensagens implícitas e explícitas, os valores, os sentimentos e as representações. Isso foi acontecendo durante todo o desenrolar do estudo, especialmente quando fiz a leitura interpretativa dos dados, recorrendo aos pressupostos teóricos do estudo de caso do tipo etnográfico.

Neste tipo de pesquisa, o pesquisador, segundo André (2005), é que faz as observações e análises as quais são filtradas pelos pontos de vista filosóficos, políticos e ideológicos. Como pesquisadora, não deixei de lado os meus valores, as minhas crenças e os meus princípios. No entanto, cuidei para que a sensibilidade não afetasse os dados da pesquisa.

É preciso que o pesquisador seja comunicativo com os informantes a fim de estabelecer contato, fazendo boas perguntas e ouvindo-os atentamente, pois uma das características essenciais no trabalho de campo é a empatia. De acordo com André (2005), a empatia se constitui num dos princípios básicos da fenomenologia, que está nas raízes das abordagens qualitativas. Dentro desse princípio,

O observador deve tentar se colocar no lugar do outro, para tentar entender melhor o que está dizendo, sentindo, pensando. Ela é, portanto, um importante componente nas situações em que o pesquisador interage com os sujeitos para obter os dados que lhe permitirão compreender melhor o fenômeno do estudo. (ANDRÉ, 2005, p. 42)

A empatia foi muito útil tanto nas conversas e nas negociações iniciais no início do trabalho quanto nas entrevistas e depoimentos feitos durante o estudo biográfico de dona Enedina. De novo, diz Marli (2005): “A obtenção de dados relevantes, significativos depende muito do tipo de acordo estabelecido pelo entrevistador” (p. 43). Nesse sentido, houve um clima de confiança nos primeiros contatos com os entrevistados para que também fluíssem as informações mais naturalmente, fazendo o entrevistado se sentir mais à vontade para explorar mais a fundo determinados aspectos e pontos de vistas contraditórios.

Foi necessário, em certos momentos, ter paciência para ouvir com atenção tudo aquilo que o sujeito pesquisado estava dizendo, mesmo com as pausas para lembrar, com as explicações complexas e com a falta de precisão vocabular. Por outro lado, foi preciso saber utilizar bem o meu tempo, especialmente porque tive de viajar por vários lugares (Laguna, Roça Grande, Samambaia e Rio Queimado) a fim de obter as informações necessárias à pesquisa. Nesses lugares, foi preciso ser capaz de ouvir e interromper na hora certa, fazer novas perguntas, dar opiniões aos entrevistados, argumentar, mesmo sabendo que o meu ponto de vista divergia do ponto de vista do entrevistado, já que o estudo de caso representa diferentes perspectivas dos diferentes lugares onde visitei.

Finalmente, foi preciso habilidade escrita para expressar aquilo que foi observado durante as entrevistas/depoimentos. Tomei bastante cuidado com os dados que obtive, no entanto muitas vezes creio que não conseguia expressar plenamente, pela escrita, aquilo que observei, ouvi e senti durante a pesquisa. É claro que isso ocorre não apenas pela dificuldade de lidar com a palavra escrita, mas também pela enorme quantidade de dados acumulados ou em razão da própria metodologia de coleta e análise dos dados.

Reservei, ainda, bastante tempo para fazer as transcrições dos depoimentos, bem como analisar e apresentar o relatório final, não hesitando escrever uma, duas ou mais versões até que se possa realmente expressar o que foi observado, ouvido ou compartilhado nos depoimentos. Assim, durante aproximadamente seis meses, elaborei relatórios de cada depoimento, como também reli as bibliografias relacionadas com a temática: identidade étnico-racial.

3 PERCURSO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DE ENEDINA

Neste capítulo, apresentarei a história da infância e juventude de Enedina Alano, sua passagem como estudante pelo Grupo Escolar Jerônimo Coelho, no município de Laguna, e seu primeiro emprego de professora na localidade de Roça Grande (Imbituba), até o final de sua vida, em Criciúma. Para atender aos objetivos desta pesquisa, faz-se necessário recompor a identidade étnica da educadora, as marcas de discriminação, bem como o preconceito silenciado, velado na voz dos sujeitos da pesquisa. Gostaria, então, de traçar a memória de dona Enedina, dando visibilidade e tentando ouvir voz da educadora negra do sul de Santa Catarina.

Optei aqui por transcrever alguns depoimentos deixados pela professora na casa de sua filha Onélia Alano da Rosa, na Câmara dos Vereadores de Criciúma e na Prefeitura de Criciúma, bem como transcrever *flashes* da fala de suas filhas (Oneide e Onélia) e da ex-aluna, hoje professora Maria Teresinha Pieri. Essa escolha se deu por tais pessoas terem uma ligação direta com a luta e as dificuldades de Dona Enedina na educação de seus inúmeros alunos que hoje estão espalhados pelo Brasil, ou por terem convivido com ela nos seus cotidianos.

Concentro-me, neste capítulo, nos lugares por onde a professora Enedina passou, nos espaços de representação de idéias e experiências vividas na busca da manifestação dos saberes e na aquisição do conhecimento científico. Esses espaços de luta são as escolas por onde a educadora lecionou durante 25 anos como funcionária pública do Estado, mais os 25 anos em que colaborou com a educação no município de Criciúma, mesmo depois de aposentada.

Por isso, é necessário ressignificar a identidade da mulher educadora na perspectiva de Giacomini (1988), o qual discute a inserção da mulher negra na sociedade de classes; mas também há a retomada da discussão da mestiçagem de Kabengele Munanga (2006), o qual vê as dificuldades que os grupos negros têm em mobilizar todos os negros e mestiços numa única identidade negra em razão do ideal de branqueamento; e finalmente, a partir de trajetórias de educadoras negras no Brasil, é preciso reconstituir a identidade negada de Enedina, tendo como suporte também o trabalho de Eliana de Oliveira (2006), a qual reconstruiu identidades de educadoras negras a partir das relações de gênero e das relações raciais.

Por outro lado, há ainda Brandão (1986), o qual escreve sobre os nomes sociais (títulos expressos nas relações sociais das pessoas); os tipos de pessoas que a sociedade constrói e a identidade atribuída ao status, isto é, à posição que o indivíduo representa na sociedade e ao papel, que é o cargo que a pessoa ocupa na sociedade atual. Isto se confirma com Castells (1997), para quem a identidade é o processo de construção do significado com base na cultura e o conjunto de culturas inter-relacionadas, sendo o papel atribuído definido por normas estruturadas pelas instituições e organizações na sociedade. Estas categorias (nomes sociais, tipos de pessoas, identidade, status e papel) atribuídas por esses autores estão presentes na trajetória do sujeito desta pesquisa: Enedina.

Portanto, a discussão e a reflexão sobre a identidade étnico-racial da educadora afro-descendente estão arraigadas no universo ideológico e social e no imaginário dos atores atuantes nas entrevistas. Assim, quanto mais mergulho nesse espaço de luta para afirmação da negritude, mais encontro fragmentos que obscurecem a história de resistência construída na afirmação da identidade da mulher negra do Sul do Brasil.

3.1 Origem de Enedina: infância e família

A catarinense natural da histórica cidade de Laguna, Enedina Rosentina Alano da Rosa, nasceu no dia 10 de novembro de 1906 no morro da Carioca. Filha de Teodora Alano, mãe solteira, foi criada pela avó Leopoldina Alano, que a incentivou a estudar para ser professora. Era filha única e o orgulho da família Alano. A filha Onélia Alano da Rosa nos conta mais sobre isto:

A Leopoldina era avó, mas ela chamava de mãe Leopoldina, mas a mãe de sangue dela era Teodora, que está sepultada aqui [Criciúma], e é mãe dessa minha tia. Elas são irmãs só por parte de mãe, o pai é outro. O Alano da minha mãe é por causa da parte de pai, e quem criou ela foi a avó. O pai dela foi servir o exército, a mãe dela ficou em Laguna, solteira, e a Leopoldina tirou a neta da mãe, levou a pra criar.¹¹

Para confirmar e acrescentar os dados biográficos de Enedina, há o depoimento da outra filha: Oneide. Esta ora confirma ora nega alguns fatos relatados pela Onélia, porém meu papel de pesquisadora é analisar os dois lados da

¹¹ Onélia da Rosa. Entrevista concedida a Kelly Cristina Fernandes da Rosa em setembro de 2008, na cidade de Criciúma.

investigação. O que se acrescenta aqui é que os Alanos tinham posses, e este fato muda a direção da análise porque, até então, já não se pode ver Enedina sob o ponto de vista de quem é totalmente desprovido de recursos financeiros, já que a menina se beneficia da origem do sobrenome Alano. Assim, Oneide afirma:

Ela [Enedina] nasceu em Laguna no dia 10 de novembro de 1906. Quando eu fiz a quarta série, ela queria tanto que eu fosse estudar em Laguna. A mãe dela era mãe solteira, era lavadeira. Era mãe solteira porque a avó por parte de pai, não deixou casar com a vó lavadeira, porque era pobre. Eles eram uns negros da Laguna, pianistas, tinham loja de piano, armazém. Eles eram uns negros ricos de Laguna, os Alanos. A minha mãe era a mais preta dos Alanos.

O fato de ser “a mais preta dos Alanos” revela o quanto o fenótipo foi elemento definidor da identidade de Enedina. Isto porque os Alanos eram mulatos claros e tinham posses, facilitando assim o acesso de Enedina em lugares que eram destinados aos negros de condição sócio-econômica elevada.

Fazendo uma conexão com as idéias de Brandão (1986), podemos dizer que Enedina Rosentina é um nome que nomeia uma individualidade atribuída pela família. Já a identidade pessoal inclui um sentimento subjetivo com o qual o indivíduo nasce, mas vai se moldando nas relações familiares, no cotidiano escolar, continuando durante sua existência. Enedina Rosentina Alano da Rosa acrescenta ao seu nome os de suas famílias: Alano (mãe/avó) e Rosa (esposo).

É comum a identidade estar representada pelo nome, conforme Ciampa (apud Ferreira, 2004). “É como se a pessoa buscasse uma certeza sensível” (p. 137). Para esse autor, “a pessoa tende a se predicar atributos associados a ela pelos outros, e um deles é o nome, passando este a tornar-se algo próprio” (p. 137). Está claro que o nome não é a identidade do indivíduo, mas uma referência que o representa e o torna determinado. Já o sobrenome sugere união, semelhança com os familiares, e o prenome diferencia-o deles.

Segundo Onélia, a avó queria colocar o nome de Enedina, porém o avô, Rosentina, ficando denominada Enedina Rosentina. Veja o que diz Onélia: “Tanto que ela queria Enedina e o avó queria Rosentina, na briga daqui e dali ficou Enedina Rosentina Alano.”

O sobrenome Alano representava o orgulho da família lagunense que conseguiu romper o lugar de subalternidade, o qual era destinado a meninas negras e não-negras. Não indo à escola, sem saber ler, as meninas certamente se tornariam domésticas.

Considerando válida a primeira versão sobre as origens de Enedina, a instabilidade familiar trouxe à tona a herança escravagista no sobrenome Alano. Isto porque, segundo a filha Onélia, a bisavó morava atrás (na senzala) da casa do senhor Alano, que tinha filhos com a esposa legítima e também com a escrava, de onde Enedina herdou o sobrenome Alano:

A minha bisavó era descendente de escravos, porque tanto que tem Alano branco e Alano negro. Ele tinha filhos na casa grande normal e tinha lá com a negra que era escrava, descendente de escravos. Alano, puxando bem, é um só, mas ele tinha filhos na casa grande e lá com a minha bisavó. Não me lembro o nome, mas a minha vó era Leopoldina.

Tanto antes quanto depois da abolição, era comum a concubinação de rapazes com as negras e as mulatas. Isso porque, muitas vezes, o “descuido” do homem branco nos encontros sexuais com mulheres negras escravas se refletia no aparecimento dos filhos “mestiços”. Tal fenômeno mostra que de fato havia mais mulatos livres do que pretos, pois havia a preocupação dos pais em libertá-los. Assim, segundo dados de Munanga, “em 1872, os mulatos constituíam 32% dos escravos e 78% dos homens livres em todo o Brasil” (2006, p. 92).

O que ocorria é que, em função da mestiçagem no Brasil, havia uma preocupação maior do homem branco com “o filho de cor”. Munanga ainda esclarece: “O casamento, e ainda mais o concubinato do proprietário de terras e mulheres negras e mulatas tornou livre um terço da população, sem fornecer meios para manutenção” (2006, p. 92).

Percebe-se, por outro lado, no município de Criciúma, como também no resto do Estado, que a invisibilidade dos afro-descendentes é reflexo de uma história pautada no eurocentrismo. Só fica na memória coletiva o que se espelha na “Velha Europa”, não havendo espaço, neste contexto, para os negros e as negras, que são considerados sem pátria, já que na busca das origens apenas se encontra, nos materiais didáticos adotados pelas escolas, o eurocentrismo.

Achei necessário incluir o município de Criciúma assim como o estado de Santa Catarina porque nossa região possui um estereótipo nacional como sendo “uma mini Europa no Brasil”. E ainda o fato de Criciúma possuir o segundo maior número de negros do estado, foi também um dado relevante para a pesquisa.

É possível registrar a história catarinense, de acordo com Zampoli (2006, p. 41), construindo e reconstruindo experiências de diferentes momentos, com sujeitos, classes, etnias e gênero que deveriam ter outras portas de acesso à cidade.

Sabe-se que a questão racial, dentro de um determinado grupo, é um lado do problema, mas:

Sua utilização pelo aparelho estatal é o outro lado que deve ser explorado. É ainda mais difícil estudar a questão racial em Santa Catarina devido à peculiaridade da política desenvolvida em torno dessa temática. Santa Catarina é o estado onde há os menores índices de população negra no Brasil. (Goss apud Zampoli¹², 2006, p. 175)

Isto proporcionou à população catarinense a imagem de um estado essencialmente “branco”, tanto que, quando uma pessoa negra viaja para outro estado, as pessoas se admiram de que haja negros em Santa Catarina.

Essa condição de invisibilidade do negro em Santa Catarina faz parte da ideologia do branqueamento. Não é que o negro não seja visto, mas que ele é visto como não existente. Sabe-se que a política de invisibilidade, segundo Goss (apud Zampoli), marcou com muita eficácia a população catarinense, desde os textos históricos e científicos até as várias campanhas desenvolvidas pelos governos que mostram os descendentes da Europa como os únicos habitantes deste estado.

Sabe-se ainda que os descendentes africanos em Santa Catarina, quando comparados a outros grupos étnicos sempre formaram a minoria. Assim, Santa Catarina aparece como estado onde a população negra apresenta um dos menores índices no Brasil. Toda esta discussão nos remete a Leite¹³ (1996) em seu artigo intitulado: “Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação” a qual aponta a superioridade racial de uma Europa incrustada no Brasil. Para esta autora Santa Catarina tem uma particular importância no projeto imigrantista de branqueamento implantado desde meados do século XIX.

Leite (1996) ainda afirma que o branqueamento desejado concretizou-se por “medidas legais para uma imigração maciça de europeus em grandes proporções e de várias procedências”. Foi por isso que o negro foi considerado inferior, degenerado e marginalizado representando um retrocesso àqueles que desejavam transformar nosso país o mais branco possível.

Parafraseando ainda a autora sobre a situação da população negra em Santa Catarina onde afirma que a literatura sobre esse estado atribui o seu sucesso

¹² Professor *in memoriam* da rede estadual de ensino no município de Criciúma.

¹³ Ilka Boaventura Leite é *Professora do Departamento de Antropologia da UFSC e coordenadora do NUER*

econômico à população europeia o que foi um grande equívoco. Isto porque os imigrantes europeus se privilegiaram tanto no acesso à terra quanto aos processos produtivos que se implantaram ao longo da fixação da população no território.

Ainda segundo a autora muitos são os mitos que pairam no imaginário social da população negra catarinense: a de que a escravidão teria sido mais branda e que o senhor trabalhava lado a lado com o seu escravo; a de que no sul “houve menos discriminação racial e se construiu um sistema de posições sociais mais igualitárias porque os negros eram raros e não ameaçavam os interesses dos brancos”. (p.41)

Então, quando se percorre a historiografia oficial, percebe-se a invisibilidade do negro habitante das terras do sul catarinense e ainda o silêncio que paira sobre a população negra quando quer reafirmar sua própria identidade.

Por outro lado, de acordo com Giacomini (1988), a escravidão trouxe aos escravos a situação de “coisa”, de propriedade do outro. Nesse caso, a mulher era o objeto sexual do seu senhor. Ainda segundo a autora:

A utilização sexual da escrava não poderia ser entendida como simples resultante da condição de escravidão. Neste caso, tanto escrava quanto escravo, por compartilharem a mesma condição de cativos, teriam sido alvo das investidas sexuais dos senhores. A possibilidade da utilização dos escravos como objeto sexual só se concretiza para a escrava porque recaem sobre ela, enquanto mulher, as determinações patriarcais da sociedade, que determinam e legitimam a dominação do homem sobre a mulher. (1988, p. 65-6)

Nesse sentido, a afirmação de Giacomini de que a mulher negra é duplamente explorada ou duplamente oprimida, está cada vez mais difundida e aceita. Isto merece um destaque: não é a mulher em geral, mas a mulher das classes exploradas que ela se aplica e nela se enquadram as mulheres negras.

Será impossível também determinar as heranças deixadas pela escravidão às mulheres das classes exploradas – em particular às mulheres negras – e às mulheres das classes dominantes, sem compreender a situação da mulher negra escrava – as relações em que se inseria enquanto mulher e enquanto escrava.

Na realidade, para Giacomini (1988), há o silêncio das mulheres em geral (isto porque a história é masculina), que aparece travestido na mitologia sobre a natureza doce e patriarcalista do escravagismo brasileiro. Nesta lógica, a mulher escrava ocupa um papel central: “ponte entre as duas raças”, “embaixadora da senzala na casa grande, e vice versa”, e outras denominações dessa ordem. Assim, as relações senhor-escrava, senhora-escrava, filhos brancos-escrava jogam um

papel estratégico na estruturação das teorias sobre o patriarcalismo da escravidão brasileira.

Portanto, é de suma importância o estudo do papel social e das condições de vida da mulher escrava, compreendendo as raízes históricas em particular da trabalhadora e negra. Nesta perspectiva, vê-se o crescimento do universo bibliográfico da temática relacionada à mulher negra. É por isso que têm surgido muitas pesquisas como a da história biográfica de Dona Enedina.

Já no que diz respeito à situação da escrava empregada no trabalho produtivo da *plantation*, a mulher negra esteve necessariamente determinada pela sua condição de “coisa”, propriedade do senhor. Mas a essa condição, conforme Giacomini¹⁴ (1988), compartilhada com o homem escravo, soma-se a particularidade advinda do fato de ser mulher, isto é, de ocupar um papel privilegiado na reprodução biológica, mas desprestigiado no contexto social.

Giacomini (1988) afirma que a relação entre escrava e filhos era, portanto, reconhecida como relação familiar. Ela, ao menos, se faz presente em algumas referências, ao passo que as relações entre pai e filhos e entre irmãos escravos não são sequer mencionadas. A questão da paternidade é absolutamente inexistente; é o ventre materno que designa a condição de seus frutos. Nesse sentido, a relação paternal possível entre escravos passaria necessariamente à figura da mãe, a qual mantém uma relação mãe-filho desde os primeiros anos de vida da criança até quando esta criança atinge a maioridade.

Foi exatamente o que ocorreu com a menina Enedina, a qual viveu longe da figura paterna, que não assumiu a criança nem se casou com Teodora. Segundo Onélia, “ele foi mandado para o exército”, fazendo com que a mãe, Leopoldina (avó), criasse a menina, dando-lhe educação, mesmo com as dificuldades surgidas na família. Já Oneide esclarece que a figura paterna de Enedina foi impedida de se casar com Teodora porque ela era lavadeira e pobre. Oneide afirmou em seu depoimento:

O Alano não deixou casar com a Teodora Marques, que era lavadeira, porque era pobre. Aí ela criou-se com a mãe dela até os dez anos, com

¹⁴ À mulher escrava, quando grávida, não lhe eram concedidas as condições mínimas necessárias ao desenvolvimento do feto. Quando a gravidez vingava, muitas matavam seus filhos devido às restrições que lhe eram impostas. Isto se dava por causa das péssimas condições oferecidas às mães escravas para cuidarem de seus filhos, mas também pela herança de escravo que deixaria aos seus descendentes.

essa lavadeira, era muito pobre. Tinha um padeiro que dava a sobra do pão para minha mãe comer, porque ela era pobre.

Vê-se que a infância foi rigorosamente vigiada pela avó, que a criara com dedicação e esforço. Assim, de acordo com Onélia,¹⁵ a mãe:

Teve uma infância pobre, mas muita dedicação e exigência da avó da Leopoldina. E tinha que ser professora, tinha que saber fazer tricô, bordar; cozinha, ela nunca deixou a neta ir para a cozinha, nada. Tinha era que ser prendada. Tinha era que estudar, fazer crochê, saber bordar, saber poesias, ler. Ela lia, que a minha bisavó era analfabeta, então, ela lia em voz alta para a velhinha, porque ela queria saber.

Vê-se que a menina Enedina já possuía habilidades manuais, especificidades de uma menina não-negra. Ler poemas, estudar e bordar eram habilidades que uma moça branca deveria dominar para se casar. Questiono aqui a verossimilhança das informações, pois devido à situação financeira da família, parece idealizado afirmar que a menina não ajudasse nos afazeres domésticos.

Já a influência dos pais (avós) foi decisiva, especialmente como pessoas que apontavam caminhos dirigidos ao desenvolvimento da identidade de educadora negra. Além disso, a mãe Leopoldina (avó) sugere a importância das relações familiares na valorização das raízes negras. Assim, é imprescindível o papel da família na construção das diferenças étnico-raciais.

Por outro lado, Oneide destaca em seu depoimento que a mãe, por ironia do destino, foi morar com a avó paterna, que não deixou a mãe Teodora se casar. Veja o que ela diz:

O meu avô, o pai dela [Enedina] morreu quando ela tinha dois anos, morreu solteiro. Aí eles tinham armazém, eram muito bem de vida. Ficaram os velhos, os meus bisavós. Foram ficando pobres e o velho morreu. Antes de ela morrer, ela foi buscar a minha mãe porque soube que ela era muito pobre. Aí a minha mãe foi para a casa daquela avó que não deixou o filho se casar. Aí a minha mãe criou-se lá com eles, porque eles eram *melhorzinho* de vida, tinham armazém, tinham loja (naquele tempo mercado chamavam armazém). Ela estudou no colégio porque os Alanos tinham posse, por isso que ela foi pro colégio.

Observa-se que há outro lado nesta história dos Alanos. É por isso que se vê a importância a várias fontes de pesquisa para que se chegue ao mais próximo possível da verdade dos fatos. Num primeiro momento, nas entrevistas não obtive dados concretos sobre a família Alano. Agora, pode-se chegar a uma conclusão mais lógica do fato de Enedina estudar no Grupo Escolar Jerônimo Coelho, tendo

¹⁵ Idem.

condições de ir à escola com outras crianças brancas. Viu-se, então, que as posses dos Alanos é que deram o status à menina estudante Enedina.

Em seu estudo, Oliveira (2006, p. 18) admite que a família teve e tem um papel fundamental na socialização do indivíduo com o ambiente. Por isso, a família compreende as diferenças étnico-raciais da sociedade e também se precavê de situações constrangedoras de práticas discriminatórias. Vejo também a socialização familiar e as noções de resistência em Enedina. Isto porque as suas relações estão enraizadas nos antepassados (avós) e na família que constituiu posteriormente.

Portanto, para essa autora (Oliveira, 2006), a família não deve silenciar sobre a realidade étnica, mas deve desenvolver na criança a interiorização de imagens positivas sobre características como: traços físicos, cor da pele, cabelo, para que, no momento em que ela estiver fora do seu ambiente familiar e se confrontar com valores estéticos brancos, não desenvolva sentimentos de inferioridade.

Depois de toda essa análise do sobrenome de Enedina, embasada especialmente em Giacomini, é que entrevistei a outra filha Oneide e descobri que há outra possibilidade de origem para o sobrenome Alano, que, na verdade, parece mais cabível, devidos às possibilidades que a família deu à menina Enedina. Nesse sentido, o primeiro fato que Oneide relatou foi que:

Alanos são espanhóis, vieram da Espanha. Os Alanos vieram três pro Brasil, de navio: um Alano foi pro Rio Grande do Sul, o outro foi pra Lages e o outro ficou em Laguna, que é o avô dela, o que ficou em Laguna. Eles eram uns mulatos bem claros. Tem uma prima dela que morreu agora com 102, tinha olho azul, branco puro de olho azul. Eles eram mulatos claros. O da serra casou-se com branca, mas o serrano é moreno, mas eles se acham brancos. São tudo moreno, são todos parentes. Alano branco e Alano negro são todos parentes. Só que uns se casaram com brancas, outros se casaram com mulatas. Na Laguna, ele casou com mulata, a minha avó era mulata, minha bisavó Leopoldina, mulata bem clara. Então, já os irmãos desse Alano se casaram com brancas, vieram tudo de olho verde. A mais escura dos Alano era a minha mãe, dos Alanos, o resto era tudo pra branco, de mulato pra branco. Não se sabe a cidade da Espanha da onde eles vieram, só se sabe que foi da Espanha.

A partir desse depoimento, farei uma análise dos dados, recorrendo a Munanga e utilizando os termos híbrido (Munanga), mulato claro e escuro (Oneide), mulato (Munanga) e mestiço (Munanga).

A primeira afirmação de Munanga é que “os mulatos são uma raça bastarda oriunda de um negro e uma branca ou de um branco e uma negra” (2006, p. 24). Com essa afirmação, consigo vislumbrar os irmãos Alanos, “mulatos claros”, chegando ao Brasil, porém de um país europeu. Está claro que a origem européia

ocultou a descendência africana dos Alanos. Isso facilitou a ascensão da família no comércio de Laguna.

Para reafirmar esse fato, utilizo o termo mestiçagem. De acordo com Munanga, não há nada de escandaloso neste termo. Isso porque a terra é povoada por mestiços que “constituem todas as categorias intermediárias que permitem passar, com, progressões quase insensíveis, do branco ao negro, do amarelo ao branco” (2006, p. 24).

Assim, parafraseando Munanga, recusar a mestiçagem é não estar convicto de uma mudança étnica irreduzível a outra, aumentando assim o número de variáveis. Munanga (apud Diderot, 2006) o qual afirma que a mestiçagem é uma das manifestações mais brilhantes do poder criador; já o híbrido é um ser intermediário, ou seja, ele é a passagem entre o animal e o homem entre o homem e o homem.

Se os Alanos que vieram para o Brasil eram de fato “mulatos claros”, a mistura étnica gerou diferentes proporções. Isso porque, neste caso, a mestiçagem foi o elemento primordial, pois os Alanos de Lages e do Rio Grande do Sul se casaram com mulheres brancas, homogenizando assim, na visão eurocêntrica, os traços físicos desses Alanos. Já o Alano de Laguna que se casou com mulata, conforme Oneide, e trouxe à tona os elementos do negro africano para as futuras gerações. Buffon (Apud Munanga, 2006, p. 28), o qual acrescenta que:

A mestiçagem é o meio mais rápido para reconduzir a espécie a seus traços originais e reintegrar a natureza do homem: bastariam, por exemplo, quatro gerações de cruzamentos sucessivos com o branco para que o mulato perdesse os traços degenerados do negro.

Munanga (2006) ainda esclarece, em alguns pontos da sua discussão, que os mulatos eram considerados os filhos bastardos, pois possuíam características dos pais misturadas. Toda essa discussão criou no imaginário social uma visão deturpada do termo “mulato”, fazendo com que os movimentos negros do Brasil abominassem o seu uso no cotidiano. Esse conceito ainda remete à origem linguística do termo mulato. É como se a mistura étnica desse outra dimensão à figura do negro, já que a palavra dá uma conotação de sujo, feito, escuro. Já a mulata remete à beleza da mulher negra, estereotipada como símbolo de sensualidade do carnaval e objeto de desejo de homens brancos e negros.

Reafirmando com mais clareza e precisão o depoimento de Oneide e parafraseando Munanga, reafirmo que a mestiçagem pôde apagar as diferenças

físicas, reduzindo os traços fenotípicos, encontrando assim a diversidade étnica da família Alano.

Finalmente, quero lembrar que o termo híbrido também carrega uma série de conotações negativas, como: seres com incapacidades física e mental; seres vistos como desqualificados por se enquadrarem em grupos étnicos misturados e ainda os obstáculos com os quais esse ser híbrido tem que lutar para conseguir transpor os limites de igualdade social. Nesse sentido, Enedina, embora tivesse benefícios por pertencer a uma família de sobrenome socialmente beneficiada, lutou para se tornar igual numa sociedade essencialmente europeizada.

O mapa abaixo é apenas ilustrativo. Ele mostra a extensão geográfica do estado de Santa Catarina, localizando os municípios no extremo sul catarinense onde a professora Enedina residiu e atuou como alfabetizadora e como catequista.

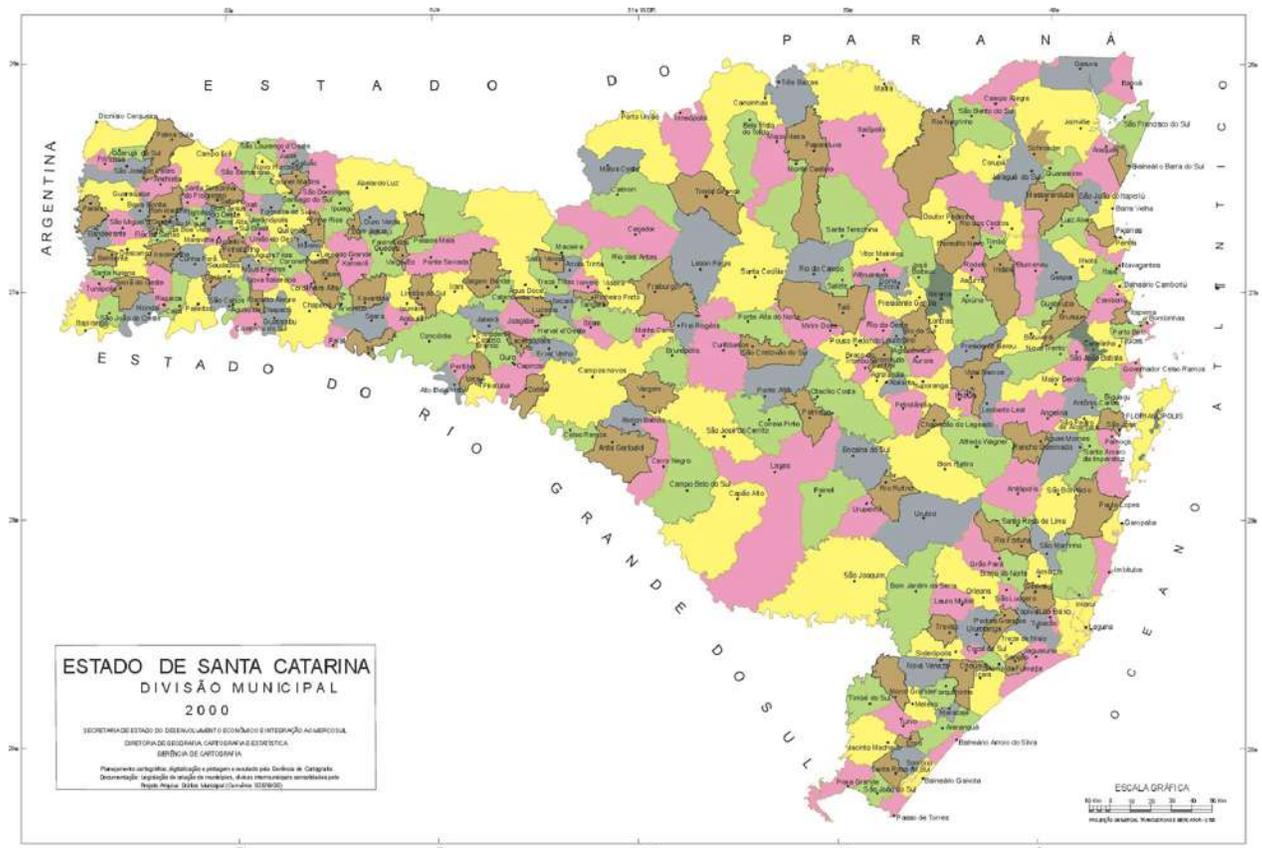


Figura 1: Mapa de Santa Catarina

Já no mapa abaixo há apenas os municípios da região sul catarinense. Aqui foram demarcadas em cores as localidades de:

- Laguna: município de nascimento de Enedina e onde estudou no Grupo Escolar Jerônimo Coelho;
- Laguna (Roça Grande): primeiro emprego de professora na Escola Isolada Roça Grande;
- Imaruí (Samambaia): segunda escola onde lecionou e lugar onde se casou e teve os quatro filhos;
- Orleans (Rio Queimado): Hoje essa localidade pertence a Lauro Müller. Foi transferida para esta localidade após o falecimento do marido e se aposentou.
- Siderópolis: morou apenas um ano neste município. Isto foi logo que se aposentou.
- Criciúma: quando chegou ao município já estava aposentada, porém ainda alfabetizou adultos e catequizou crianças.

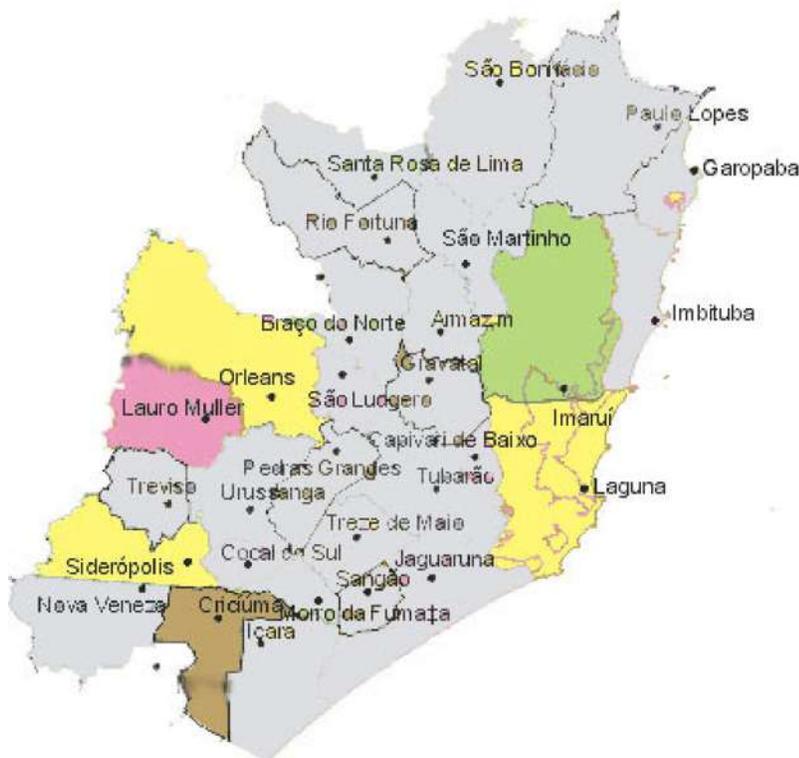


FIGURA 2: Mapa regional sul Catarinense

3.2 História escolar de dona Enedina

Os registros encontrados na Escola de Educação Básica Jerônimo Coelho são do ano de 1915 a 1922. Durante esse período, a professora cursou o segundo,

terceiro e quarto ano primário como também o primeiro, segundo e terceiro do Ensino Complementar¹⁶. Além dos registros, encontra-se em seu relatório o seguinte: “Fiz os Cursos Primário e Complementar no Grupo Escolar Jerônimo Coelho, da minha cidade natal [Laguna]”.

Não há registro de que Enedina tenha cursado o primeiro ano na escola regular. O que se sabe é que havia uma professora que alfabetizava as crianças da localidade.

Em 1915, estiveram matriculadas 54 alunas no segundo ano feminino, das quais 38 estavam presentes e em condições de prestarem os exames de terceira época, sendo duas reprovadas e 36 aprovadas. As aprovadas obtiveram grau 3 (nota máxima para aprovação no referido exame). Na ata de exames está registrado, em ordem alfabética, o nome de Enedina Alano com grau 3.

Vê-se, no Livro de Registro dos Exames, que a aluna Enedina freqüentou a escola a partir dos 9 anos em anos alternados. Tal fato elucida que provavelmente algumas situações de discriminação vividas pessoalmente por Enedina quando criança residem no fato de não ter freqüentado regularmente o ensino primário no Grupo Escolar Jerônimo Coelho. Nota-se isso porque se encontra no Livro de Registro o nome de menina Enedina nos anos de 1915, 1917 e 1919, ou seja, foi com 9, 11 e 13 anos de idade que ela freqüentou o primário.

Sabe-se que o ensino primário era ministrado em quatro anos, com um programa de matérias que proporcionavam uma educação integral (física, intelectual e moral). Havia ainda a utilização de vários materiais didáticos e laboratórios, exigindo-se também uma rígida disciplina dos alunos. Estes deveriam ser assíduos, asseados e obedientes, havendo ainda os exames finais, sempre observando o calendário escolar.

É possível que tenha havido, por parte da menina Enedina, situação de desconforto pela condição de aluna irregular determinada pela idade, ou quem sabe rejeição por ser negra e freqüentar a escola numa época em que a situação do negro estava em pleno debate no Brasil. Segundo Barbosa (1987):

A família negra apresenta ambigüidade no processo de socialização, e a escola, como agente importante nesse processo, não fornece elementos para formação da identidade racial e reforça os estereótipos que prejudicam o processo de socialização da criança. A cultura evidencia o

¹⁶ As escolas tinham objetivo de dar sequência ao ensino ministrado pelos Grupos Escolares e facilitar a formação de professores normalistas.

choque que a criança recebe quando defronta com o preconceito e a discriminação fora do círculo familiar, por falta de preparo dos pais na abordagem da questão do 'ser negro' em nosso país. (p. 54-5)

Na discussão de Barbosa (1987), o lar é principal elemento formador da identidade étnico-racial, pois a criança se identifica com as raízes ancestrais. Na escola, ela enfrenta a discriminação com que muitos estudantes se deparam neste país. Só que, com a sanção da Lei n. 10.639/03, que institui no currículo escolar o ensino de história africana e afro-brasileira nas disciplinas de História, Literatura e Artes, houve uma mudança nos paradigmas institucionais, atingindo todo o contexto escolar.

Quando Enedina saiu do seu contexto familiar, indo para o ambiente escolar, foi para obter formação científica e profissional, preocupando-se, sim, com o tipo de formação que o Grupo Escolar Jerônimo Coelho proporcionaria à menina Enedina

Assim, no ano de 1917, Enedina freqüentou o terceiro ano, onde havia 39 alunas matriculadas, das quais 17 estavam presentes em condições de prestarem o exame no final do ano letivo, e todas foram aprovadas com grau 3. Já em 1919, estiveram matriculadas 34 alunas, no quarto ano, mas apenas 27 estavam em condições de realizar o exame, dentre os quais está a aluna Enedina matriculada na ala feminina.

De 1920 a 1922, encontra-se no Livro de Registro apenas o nome das alunas matriculadas, indicando a naturalidade de cada uma, assim como os nomes das respectivas mães. Localiza-se, então, o nome de Enedina nas três séries do Ensino Complementar, tendo concluído no ano de 1922 e estando naquela época apta a lecionar.

Segundo depoimento de sua filha Onélia:

Ela tinha muito orgulho de falar no Grupo Escolar. Depois, eles se encontravam, os amigos. Uns foram morar no Rio, outros saíram, ela veio pra cá. De vez em quando se encontravam na festa de Santo Antônio de Laguna. E o que falavam mais era sobre o Grupo Escolar. Eles se encontravam vários anos. A data certa era a festa de Santo Antônio, em junho, dia 13 de junho. Que aí, quem tava longe vinha todo dia 13 de junho. Aí eles se encontravam lá, as amizades antigas, sabe, o bate-papo da festa. Era o prazer deles, virem pra Laguna se encontrar.

Na continuação, Enedina deixa registrado em seu relatório encontrado na casa de sua filha Onélia que a sua cidade natal trouxe uma das principais recordações: o Grupo Escolar Jerônimo Coelho, como também aos amigos que fez durante o período escolar.

Conforme a grade curricular apresentada a seguir, reafirma-se o que diz Oneide sobre o que a mãe aprendeu no Grupo Escolar. Além do idioma alemão, Enedina ainda estudou geometria, português, francês, aritmética, noções de química e física, noções de história natural, Geografia, história do Brasil, desenho, música, trabalhos manuais e ginástica.

A minha mãe fez o normal, porque naquele tempo era o normal. Até alemão ela aprendeu no normal. Antes de morrer, ela sabia muita coisa em alemão, ainda. Naquele tempo era curso complementar, que era o normal de hoje. Era o maior nível que tinha.

Durante o período escolar de Enedina, a menina sofreu privações, tendo que ensinar as colegas em troca de lanches e ainda recebendo pressão psicológica, de acordo com o depoimento de Oneide:

Aí, quando se formou em Laguna, com muito sacrifício, ela era muito inteligente, na matemática, ela ensinava as brancas ricas em troca de lanche. Ela era inteligentíssima na matemática. Então, ela [Enedina] era muito braba, ela passou muito trabalho. A minha mãe era inteligente, mas era levada. E ela (avó) trancava ela no quarto, porque era muito braba.

Há outro fato que chama a atenção no depoimento de Oneide. É que a menina recebia “castigos” na sala de aula. Questiono, então, esse episódio: será que no imaginário das professoras da época ainda não havia outro recurso capaz de superar o castigo? O fato de ela saber matemática, ensinando as amigas, não era um recurso para livrá-la das punições? Depois desses questionamentos, lê-se no depoimento de Oneide:

Ela fazia xixi nas calças na escola. Aí diz que tinha uma sala que tinha bichos, porque naquele tempo as escolas colecionavam bichos nos vidros, cobra, sapo, essas coisas assim. O que hoje tem nos laboratórios, naquele tempo tinham nos livros. E ela era trancada naquela sala, porque era muito levada e se urinava toda naquela sala. Ficava trancada lá do recreio até o final da aula, porque ela fazia arte na escola.

O fato de as escolas colecionarem “bichos nos vidros”, fazia parte do modelo de educação moderna que o professor Orestes Guimarães implantou nos Grupos escolares catarinenses, tais como mudança no currículo, construção de laboratórios e inspetoria geral em todas as escolas do estado.

Mudando o foco nessa discussão, perguntei a Oneide se a mãe havia comentado se sofria preconceito no Grupo Escolar. Ela me respondeu que na escola não havia, porém no Clube União Operária de Laguna havia.

Na escola não tinha [preconceito], era no clube dos negros. Só entrava mulato no União Operária da Laguna. E a mais escura dos negros era ela.

Ela não era tão preta, mas era a mais preta dos Alanos. Eles eram mulatos brancos, bem claros, então, eles eram muito famosos. Ela não tinha preconceito, com ela e por ela ser muito inteligente, o sobrenome Alano sobressaía, mas ela era a mais escura. Ela só entrava nos lugares de mulato porque ela tinha o sobrenome Alano, se não ela não entrava.

Mesmo contradizendo toda a minha argumentação sobre o preconceito da menina no Grupo Escolar, penso ainda que essa afirmação ratifica o projeto do branqueamento que havia no Brasil e que a mistura étnica passou a ser vista como pacificadora de conflitos na sociedade. Nota-se, então, que Enedina se beneficiou da marca européia do sobrenome espanhol. Assim, não foi privada de entrar no clube porque a família também possuía posses e eram mulatos claros.

Outro fato que reafirma o preconceito entre os próprios negros lagunenses é que havia dois clubes de negros em Laguna: O Clube União Operária, freqüentado apenas por mulatos ou pretos de um bom nível econômico, e o Clube Cruz e Souza, freqüentado por negros de baixo nível econômico. Tal fato só faz reafirmar o depoimento de Oneide, dizendo que Enedina frequentava o clube União Operária porque tinha sobrenome Alano.

Portanto, mais uma vez o fenótipo interfere nas relações sociais do indivíduo que era impedido de frequentar o Clube por não possuir o ideal de branqueamento que aquele grupo étnico impôs. Este grupo pertencia aos “mulatos claros”, categoria de cor instituída por Oneide a qual ainda afirmou que naquela época era tudo separado os mulatos dos pretos.

3.3 Histórico do Grupo Escolar Jerônimo Coelho¹⁷

Lá pelo ano de 1910 funcionava em Laguna, segundo o Livro de Registros Históricos da instituição, a Escolinha da Dona Honorata Freitas, onde estudavam somente meninas, e a escolinha da Dona Dair Amaral, onde estudavam meninos; entretanto, já existia uma escola mista, onde estudavam meninas e meninos: era a escola de Dona Chiquinha Gomes.

Na época, governava Santa Catarina o Coronel Vidal José de Oliveira Ramos, que percebeu necessidade de renovar o ensino catarinense e construiu escolas modernas em vários municípios no nosso Estado, inclusive em Laguna. Segundo

¹⁷ Fundado durante o governo de Vidal Ramos (1910-1914), esse grupo escolar foi comandado de 1911 a 1913 pelo professor Orestes Guimarães, vindo de São Paulo. Nesse período instalou-se e organizou as escolas nas cidades de Laguna, Lages, Itajaí, Blumenau e Joinville.

Fiori (1975), a reforma de ensino era uma das metas de ação política desse governador.¹⁸ Ele queria fundar um novo tipo de escola e dar à mocidade professores qualificados bem como estabelecer uma fiscalização técnica e administrativa.¹⁹ Ele organizou, então, o ensino nas linhas das instituições paulistas.

A atuação de Vidal Ramos foi decisiva nesse período de 1910 a 1914. Foi quando mandou buscar de São Paulo um professor: o Sr. Orestes Guimarães, que veio acompanhado de seu afilhado João dos Santos Areão. Conforme Monteiro (1984, p. 55): “o governador contratou em São Paulo o professor Orestes Guimarães, que em 1907 já tinha coordenado a fundação de um colégio em Joinville, conhecia os problemas do ensino em Santa Catarina”.

No dia 6 de agosto de 1912, conforme o Livro de Registros, foi ministrada a primeira aula no Grupo Escolar Jerônimo Coelho. Essa data foi escolhida pelo professor Orestes porque era o dia de São Bom Jesus de Iguape, padroeiro da cidade paulista de Taubaté, sua terra natal.

Depois de alguns meses, segundo livro de registros, na manhã do dia 10 de dezembro de 1912, desembarcava no cais da cidade de Laguna, onde é hoje a capitania dos Portos, o governador do Estado, Coronel Vidal de Oliveira Ramos. Ele fez todo o trajeto a pé, seguido pela grande multidão que o aguardava, dirigindo-se ao novo educandário. Lê-se, então, no histórico escolar:

Ao ser descerrada a placa de inauguração, figurava como patrono da escola o nome do venerável lagunense Brigadeiro Antônio Francisco Coelho, digno dessa homenagem e o nome da escola: Grupo Escolar “Jerônimo Coelho”.

Desse modo, as escolinhas particulares deixaram de funcionar e alguns de seus/as professores/as foram incorporados ao magistério estadual.

O primeiro diretor foi o senhor João dos Santos Areão, que segundo regimento interno deveria assistir diariamente ao maior número de aulas e se esforçar para uniformizar o desenvolvimento das aulas ministradas pelos professores e professoras.

¹⁸ A reforma de ensino, segundo Fiori (1978), era uma ação política de Vidal Ramos, o qual organizou as instituições catarinenses de acordo com o modelo paulista de Educação. Esse governador queria “fundar um novo tipo de escola” capaz de oferecer ao aluno professores qualificados, estabelecendo uma fiscalização técnica e administrativa constante.

¹⁸ Esta data pode ser comprovada no documento anexo a este trabalho localizado na EEB Prof. André de Sousa.

¹⁹ A reforma, em 1911, incluía mudanças radicais nos currículos e programas. Este trabalho de infraestrutura estava sob a coordenação da inspetoria geral.

Naquela época, as turmas funcionavam por sexo, em alas separadas, tanto em salas de aula como nas áreas de lazer, haja vista que ainda hoje a escola conserva as inscrições: Secção Masculina e Secção Feminina.

Alguns anos após, aproximadamente por volta de 1914, começa a funcionar o Curso Complementar (que Enedina cursou de 1920 a 1922) anexo ao grupo escolar, com a finalidade de formar novos/as professores/as. Também no mesmo ano circulou na escola um jornal bimestral intitulado **A Escola**. Nele constavam editoriais, notas, trabalhos literários dos alunos, lista dos aniversariantes e eventos.

A memória do Grupo Escolar Jerônimo Coelho,²⁰ segundo o Livro de Registro de Exames, atualmente Escola de Educação Básica Jerônimo Coelho, sempre estará associada à vida dos alunos que passarem por ela, homens como o professor Orestes Guimarães, que se projetam na vida social, econômica, política, religiosa, cultural e educacional do país. Aqui as mulheres se projetaram como educadoras que foram efetivadas pelo Estado.

3.4 Do grupo escolar ao primeiro emprego como professora

Um ano e meio depois de concluir o ensino complementar, Enedina iniciou as atividades educacionais na localidade de Roça Grande, em Imituba, na Escola Isolada Roça Grande. Lá permaneceu por seis anos (de 1924 a 1930).

No relatório escrito pela professora no dia 24 de outubro de 1995,²¹ alguns meses antes de falecer, lê-se o seguinte:

Aos 21 de agosto de 1924, fui nomeada por telegrama, para lecionar na localidade de Roça Grande, município de Imituba, que era chefe escolar, o tenente José Ovídio da Rosa. Assumi no dia 26 de agosto do mesmo ano, lecionando até 23 de abril de 1930.

Conforme registros encontrados no Livro Ata de Exames encontrado na atual Escola de Educação Básica Professor André Antônio de Sousa, a professora iniciou as suas atividades em 1924. Na ata de exames do dia 12 de dezembro de 1924, consta que havia uma banca examinadora formada pelos seguintes professores: **Enedina Alano**, Jaciano Barreto do Nascimento e Apollonia Capitulina Milles.

²⁰ Os Grupos Escolares eram tipicamente urbanos, possuindo uma eficiente seleção e formação das elites e eram ainda conhecidos como escolas graduadas, já que possuíam turmas seriadas.

²¹ Relatório escrito pela professora Enedina e entregue à câmara dos Vereadores de Criciúma a fim de receber o título de cidadã honorária deste município.

Dos alunos matriculados que constam no livro, compareceram aos exames escrito e oral 36 alunos, dos quais 31 pertenciam ao primeiro ano, dois ao segundo e quatro ao terceiro. Os aprovados recebiam a denominação: “aprovados com distinção ou aprovados plenamente”.

No ano seguinte, 1925, no dia 10 de dezembro, houve o exame com 42 alunos, entre os quais 42 eram do primeiro e quatro do segundo ano. A banca, por sua vez, era formada pelo chefe do grupo escolar, Sr. Manoel Florentino Machado, sendo secretário interino o Sr. Sávio Secco e membros os professores Pedro Augusto da Silva, Argentina da Silva, Rosa Pereira e Enedina Alano.

Aos 7 dias do mês de março de 1926 realizou-se uma reunião para organizar o Conselho Escolar Familiar, tomando a presidência o Sr. Pedro Thomé da Rosa. No mesmo ano, no dia 6 de dezembro, ocorreu o exame final das turmas de primeiro, segundo e terceiro anos, comparecendo 62 alunos. Foram convidados para membros da banca: Pedro Thomé da Rosa, Cármino Flor, Manoel José Pereira e Argentina da Silva.

Observa-se uma variação na idade dos alunos, que vai dos seis aos 16 anos de idade, especialmente na primeira série em todos os anos a partir de 1924.

No dia 28 de novembro de 1927 estavam presentes para os exames o presidente do Conselho Escolar Familiar, Pedro T. da Rosa, junto com a professora Enedina. No ano de 1928, compareceram ao exame 56 alunos, com a professora Enedina Alano. Finalmente, em 1929 o presidente do Conselho Escolar Familiar, já citado, com Gilda Soares mais a professora Enedina compareceram à reunião para exame final de aprovação dos alunos. Nesse ano, havia 54 alunos matriculados, dos quais 42 pertenciam ao primeiro ano, sete ao segundo e cinco ao terceiro.

Percebe-se que a alfabetização era o alvo principal das famílias da comunidade, pois as crianças permaneciam na escola apenas no primeiro ano e logo se evadiam, ficando poucas para as séries seguintes. Vê-se ainda que as famílias não se interessavam em manter seus filhos na escola, já que a comunidade era de pescadores, e naquela época achava-se que tal profissão dispensava a necessidade de formação escolar.

Em 1920, segundo o histórico encontrado na atual escola, foi criada a Escola Isolada de Roça Grande.²² No mesmo ano, passou a se chamar Escola Reunida de Roça Grande.²³ Um novo decreto retificou sua denominação, passando a se chamar Escola Reunida Professor André Antônio de Souza. Enedina Alano trabalhou nessa escola no período de 26 de agosto de 1924 a 23 de abril de 1930, do qual se encontram poucos registros.

Durante o meu percurso nesta pesquisa, percebi a dificuldade de encontrar preservada a memória das Escolas Isoladas Rurais no interior do Estado, especialmente as mais antigas. É claro que não houve qualquer homenagem à alfabetizadora nessa localidade, mesmo tendo dedicado seis anos da sua vida àquela comunidade.

Há que se destacar que a educadora negra atuante nesse município catarinense rompeu com os estereótipos impostos às mulheres negras no início do século, tornando-se professora aos 18 anos, afirmando assim sua identidade numa época em que o magistério representava um respeitável posto na ordem social.

Vê-se que, ao se tornar professora em 1924, Enedina rompeu o lugar de subalternidade, ocupando um espaço no qual as mulheres negras não estavam incluídas. Nesse caso, o percurso biográfico da professora representa uma forma de ascensão social. Se comparada à situação do negro brasileiro no mercado de trabalho, segundo Santana (2004), onde a maioria ocupa funções que exigem pouca qualificação e pouca escolaridade, a biografia da professora demonstra que ela conseguiu vencer os obstáculos impostos pela sociedade.

Ainda segundo Santana (2004, p. 13), “a profissão de professor traz um diferencial socioeconômico em relação à maioria da população negra no Brasil”. E no caso da professora pesquisada, ela conseguiu fazer a diferença, formando sua identidade político-educacional desde o início da profissão.

Entretanto, há que se perceber que há invisibilidade da mulher negra e professora na sua história de luta e resistência. Enedina afirmou sua identidade, que foi historicamente reconstruída na história da educação do sul catarinense. De fato,

²² Típicas da zona rural, nessas escolas, segundo Fiori (1978), um só professor ensinava, no mesmo horário e na mesma sala de aula, a todos os alunos da escola, embora estes apresentarem diferentes níveis de adiantamento escolar.

²³ Em 1915, surgiram as Escolas Reunidas, as quais expressavam o processo de mudança e evolução da Escola isolada.

Enedina, junto com todas as mulheres negras, sofreram e sofrem duplo preconceito: o de gênero e o étnico. Segundo Oliveira (2006),

O imaginário de mulheres brancas e o de mulheres negras revelam concepções diferentes de vida e de famílias e suas inserções sociais são distintas e previamente determinadas pelas origens sociais, raciais e étnicas. As mulheres negras que pertencem às classes mais pobres, pouco escolarizadas, vivem no dia-a-dia a desvalorização pessoal e têm consciência de que são diferentes das mulheres brancas. (p. 37-8)

Ora, a acessibilidade da mulher negra é mais fortemente dificultada pelo fato de ter herança mestiça. Desse modo, tanto Enedina quanto a sua família tiveram que transpor obstáculos impostos pela sociedade eurocêntrica, já que a diferença racial e de gênero, na época, era bastante forte.

O certo é que Enedina primeiro estudou para depois ingressar no mundo do trabalho educacional. De acordo com Almeida, a trajetória da mulher professora se configura como um movimento do espaço maternal e doméstico para o público e social:

A mulher da classe média sai do espaço doméstico e do cumprimento da função reprodutiva, ganha autonomia para trabalhar fora e entra no mercado de trabalho pela educação. Como professora primária, alia o trabalho doméstico à maternidade. Ser professora torna-se popular e ganha prestígio social. Ensinar às crianças foi a abertura para o espaço público, principalmente às mulheres que desejavam autonomia, independência econômica e realização profissional, além de alterar seu destino imposto pela sociedade. (Almeida, 1998, p. 26)

Ao cumprir o seu papel de educadora, dentro e fora do contexto familiar, Enedina rompe com o estigma da escravidão imposto à maioria dos negros e mestiços no Brasil. Só que, ao contrário da maioria dos descendentes africanos no país, Enedina chegou ao magistério bem cedo, impondo-se diante das injustiças cometidas ao longo de sua carreira de alfabetizadora. A situação é adversa na afirmação de Oliveira, que comenta:

A mulher negra, estigmatizada pela escravidão, está ausente da instituição de ensino, uma vez que fora impedida de participar do processo educacional. Sua inserção na escola ocorre tardiamente, mas a garra e a determinação têm subvertido essa ordem. (p. 50)

Só que, no caso de Enedina, a sua chegada ao magistério se deu no momento em que o Brasil saía do processo de escravidão, já quase extinto, para viabilizar a entrada de outros negros ou seus descendentes no mercado de trabalho.



FIGURA 3: A foto mostra Enedina ao lado da classe mista e de outra professora (provavelmente a Dona Carmelita). Foi, aproximadamente, na década de 1920/30. A foto faz parte do acervo pessoal da filha Oneide.

3.5 De Roça Grande para Samambaia

Na Escola Reunida Professor Olímpio Córdova Valente, encontra-se registrado no histórico da escola o nome da professora Enedina apenas como a segunda alfabetizadora na localidade de Samambaia.²⁴ Há ainda o Plano Político Pedagógico atualizado pela Secretaria Municipal de Educação de Imaruí. Em outro documento comentando sobre essa época, Enedina escreve de próprio punho um relatório encontrado na Câmara dos Vereadores de Criciúma o seguinte:

Fui removida para a escola estadual da Samambaia no município de Imaruí,²⁵ digo mista, aos 24 de abril de 1930, onde fiquei até 1945. Era governador nessa época, Dr. Nereu Ramos.

Em 1944, decretou que todas as professoras deveriam voltar à escola onde foram nomeadas. Voltei Pescaria Brava assumindo a minha vaga: a perseguição continuou; officiei ao Sr. Governador expondo o caso e voltei

²⁴ Com a chegada de imigrantes açorianos nessa comunidade, eles percebem que, em meio à vegetação rasteira, havia umas plantas mais altas e que elas eram as samambaias, mas não eram samambaias de enfeites, eram aquelas que os mais antigos usavam para fazer ninhos para as galinhas botarem ovos.

²⁵ A Escola Reunida Professor Olímpio Córdova Valente, segundo o Livro de Registros e o Plano Político-Pedagógico da instituição, iniciou suas atividades como uma escola mista, funcionando em três casas. Enedina Alano da Rosa foi a segunda professora, a qual trabalhou lá de 1930 a 1945. Com o passar dos anos, o senhor João Fausto procurou o Sr. Januário Alves dos Santos (avô da atual diretora, dona Regina dos Santos Viana) com o propósito de conseguir comprar um terreno para a fundação dessa escola. Assim, o Sr. Januário, vendo a necessidade de educar seus filhos, resolveu doar um terreno (onde hoje está localizada a escola).

para Samambaia. Lá casei-me com o jovem Otacílio Goldi da Rosa, lavrador, aos 27 de janeiro de 1934. Desse casamento, surgiram quatro filhos: Osnildo-José, Odilon-Joel, Oneide e Onélia. Meu marido ficou assaz doente, por não haver na localidade recursos médicos, pedi remoção. Não tive sorte, pois ele veio a falecer no dia 27 de maio de 1945.

Nessa época, Enedina se deparou com a discriminação profissional quando foi rejeitada pela comunidade de Pescaria Brava, tendo de permanecer em Samambaia. A “perseguição” a que se refere a professora eram a discriminação racial e a perseguição política. Assim, de acordo com o depoimento da própria Enedina: “Fui removida para a localidade de Pescaria Brava, município de Laguna. Por perseguição política e preconceitos, não me foi possível ficar, nessa localidade (1930)”. Enedina revela plena consciência do processo excludente e racista.

Tal situação faz-me perceber quanto preconceito Enedina sofreu na sua vida adulta. De fato, o fenótipo foi o elemento definidor para as marcas do racismo presentes nos indivíduos daquela localidade (Pescaria Brava). O que se vê é que foi a única vez que se encontra registrada, nos depoimentos de Enedina, a afirmação de que sofreu rejeição pelo fato de ser negra. Além disso, ela ainda menciona a discriminação por “perseguição política”.

Analisando os depoimentos deixados pela professora, constatou-se que ela possuía um cargo de professora que era sinal de *status* elevado diante de uma situação de desigualdade racial e de gênero, embora isso não a tenha protegido do alcance negativo do preconceito.

Ainda no depoimento da professora Enedina, ela utiliza palavras incomuns, como “oficieí”, “assaz”, “expondo”, “aos 27 de janeiro”, “por não haver na localidade recursos médicos”, o que revela bom domínio da língua portuguesa, bom uso das estruturas argumentativas, familiaridade com termos formais e a linguagem oficial. Isso aparece não só nos relatórios escritos por ela, mas é confirmado também no depoimento da professora Maria Teresinha Pieri²⁶, que diz:

A dona Enedina ajudava muito a gente na análise sintática, que caía muito na Língua Portuguesa. Ela era muito boa nisso. Tinha toda aquela parte da gramática, da ortografia (...) A gente, naquela época, não podia errar o “m” do “n”. A gente foi uma geração de cobrança mesmo. Eu não escrevo perfeito, mas erro muito pouco. Ela era uma pessoa com uma oratória

²⁶ Nasceu no bairro Operária Nova, em Criciúma, era praticamente vizinha de dona Enedina. Estudou na escolinha (lá com a dona Enedina) depois foi pro Lapagesse, Joaquim Ramos, fez o magistério no Colegião, fez faculdade de Pedagogia, especialização em Orientação Educacional e trabalha na rede pública estadual de 1983. Antes eu trabalhava em empresa. Já tem 30 anos de serviço (no magistério 27 anos)

muito boa, não sei se já te falaram, ela era perfeita no discurso, na colocação, era muito boa mesmo. Então, ela botava o pessoal tudo ali na salinha.

Quanto aos nomes dos filhos, todos começam com “O”, assim como o nome do marido. Isso não deve ser mera coincidência, mas revela uma forma de afirmação identitária, um reconhecimento da presença do marido, talvez uma tradição do passado, uma forma de negação também da sua identidade, pois nenhum dos filhos começa com a letra “E”.

Outra questão relevante na vida conjugal de Enedina é que sua escolha foi por uma pessoa não pertencente ao mesmo patamar profissional e intelectual que ela havia conquistado. Viu-se que esta profissional negra ascendeu socialmente, passando a ocupar uma posição de destaque na época, que a marcava como estudiosa, pensante, letrada, e mesmo assim partilhava da convivência com o marido, homem simples, negro cuja profissão era a de pescador e lavrador. Evidentemente, não se pode especular até que ponto essa escolha foi consciente, autônoma ou determinada socialmente. Do ponto de vista do exercício intelectual, o vínculo com a educação a colocava numa posição superior em relação ao marido. Além do mais, com o seu trabalho, ela contribuía consideravelmente para a soma da renda familiar.

Foi nesta localidade que surgiu o sobrenome “da Rosa”, que representa a união conjugal (o marido era um lavrador no município de Imaruí, que morreu aos 33 anos). Onélia confirma:

Meu pai morreu com 33 anos. Hoje, com todos esses exames, a gente diria que ele fez câncer de esôfago ou de estômago, porque ele vomitava, ele tinha dor. Ela chegou a levá-lo em Florianópolis para fazer exames. Naquela época eles diziam que ele tinha pisado em xixi de sapo. Meu pai faleceu em maio de 1945, eu tinha 3 anos e eles ficaram casados, se muito, uns dez, doze anos, porque ele morreu com 33 no sítio. Ele era filho lá de Imaruí, lá da Samambaia. Ele era trabalhador rural, trabalhava na roça e na pesca, que lá era beira-mar. Nós morávamos na divisa do bairro, depois tinha o trechinho, caminho que ia pro mar. Isso a gente fazia normal, né, ia pro mar, botava as canoas.

Lembrando Ciampa (apud Ferreira, 2004), podemos reconhecer que o nome “ora distingue, diferencia; ora confunde, une, assimila. Diferente e igual. Com isto, a questão do nome nos revela que identidade é diferença e igualdade” (p. 137). Assim, a união conjugal diferenciou-a ao longo da pesquisa, mas ao mesmo tempo aproximou-a com o nascimento dos filhos.

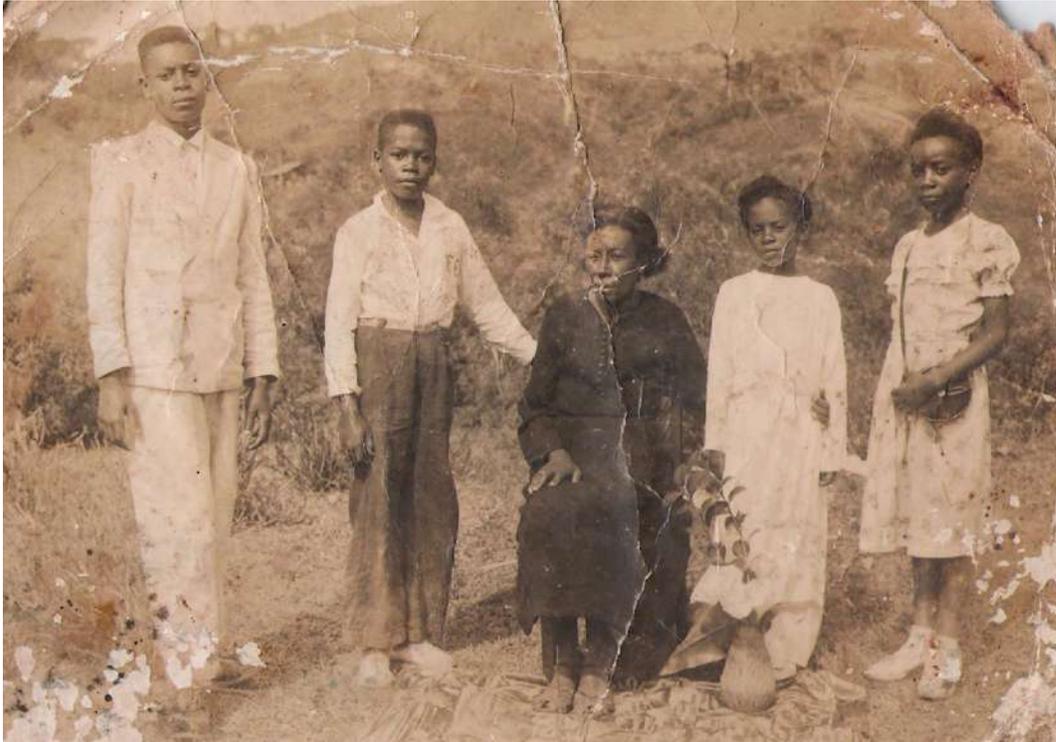


FIGURA 4: Na foto, Enedina está de luto (provavelmente após a morte do esposo na década de 1930) ao lado dos filhos: Osnildo e Odilon e das filhas: Onélia e Oneide. A foto faz parte do acervo de Onélia.

3.6 Transferência para Rio Queimado, em Lauro Müller²⁷

Conforme documentos colhidos no arquivo morto da Secretaria Municipal de Lauro Müller, a Escola Isolada Farroupilha, pertencente ao Distrito de Barro Branco, iniciou suas atividades em 11 de maio de 1945. Quatro meses depois, dona Enedina foi transferida para essa instituição de ensino. Segundo Onélia só houve tempo de participar da missa de sétimo dia por conta do falecimento do marido. Isso se pode constatar no seu depoimento:

Fui então removida para escola estadual de Farroupilha 1, município de Orleães para localidade de Rio Queimado, assumindo no dia 27 de junho de 1945; lecionei até 18 de setembro de 1949, data essa da minha aposentadoria. Com muito sacrifício, dei estudos aos meus filhos: Osnildo-José fez o ginásio no Seminário de São Ludgero: não foi possível continuar os estudos, mais tarde tirou o curso de encanador. Odilon-Joel cursou o primário no Senai em Siderópolis e foi construtor de obras; Oneide freqüentou o colégio Stela Maris de Laguna, terminando o primário na escola estadual de Barro Branco, município de Lauro Müller.

Percebe-se o valor que Enedina dava à educação dos filhos e, ao mesmo tempo, a grande dificuldade de dar a eles uma formação educacional mais sólida. O

²⁷ Nessa época, Lauro Müller pertencia ao município de Orleans (SC).

texto fala de “sacrifício” de dar estudo aos filhos, fala das impossibilidades que fizeram com que os filhos fossem encaminhados para cursos profissionalizantes.

Nesta localidade, quase não obtive acesso a documentos a não ser o de fundação da escola, encontrado na Secretaria de Educação. Tal fato se deu por não existir mais a escola na localidade assim como tantas outras que foram sendo fechadas ao longo dos anos. Nesse caso, o que se dessa comunidade são os vários depoimentos das filhas Onélia, Oneide e da ex-aluna Neli Duarte os quais serão contemplados no capítulo seguinte. Isto porque nessas gravações há muito da identidade religiosa de Enedina que se inicia exatamente em Rio Queimado.

3.7 Passagem rápida por Siderópolis

Dando prosseguimento à trajetória histórica da professora Enedina, não posso deixar de registrar a passagem pelo município de Siderópolis logo após a sua aposentadoria. Assim, lê-se no depoimento de Enedina deixado na Câmara dos Vereadores de Criciúma: “Em 26 de dezembro de 1949, viemos morar em Siderópolis até 29 de dezembro de 1950”.

Mesmo residindo apenas um ano nesse município, Enedina ainda contribuiu para a cultura da população, realizando eventos para as escolas e para o cinema local. De acordo com o depoimento da filhas Oneide e Onélia, a família Alano da Rosa morava atrás do Cine Beluno²⁸ e tinha amizade com os donos.

O Cine Beluno era um cinema e nós morávamos atrás. Então ela tinha possibilidade de pegar a chave, de abrir de ensaiar com as crianças. Aí, ela ensaiava peça, que agora é peça e naquela época a gente dizia que era drama, e apresentava no Cine Beluno. Aproveitava as crianças das escolas e ensaiava e aí ela apresentava nas escolas, quando tinha festa do dia dos pais, ela fazia, como nós moramos só um ano lá, [Siderópolis] porque ela já tava acostumada pra não parar o que fazia por que lá em Rio Queimado também ela já fazia drama (que agora é peça de teatro). Isso com roupa e tudo e tudo decoradinho.

O fato de haver um cinema no município demonstra o nível cultural daquela comunidade, levando seus filhos a ensaiarem “dramas” tanto no Cine Beluno quanto nas escolas. Isto nos faz refletir sobre o quanto o patrimônio cultural do município não é preservado, ficando apenas na memória das pessoas – hoje o Cine Beluno já

²⁸ Cine Beluno era em homenagem ao antigo nome do município: Nova Beluno. Segundo moradores o nome Siderópolis foi colocado em homenagem à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Por isso, o nome do cinema.

não existe. Quanto a Enedina, vê-se o seu empenho com a comunidade, mesmo sendo recém-chegada à localidade. Oneide confirma o depoimento da irmã:

Em Siderópolis, ela fez teatro de monte, ela fazia os caras montar palco, pegava as colchas das mulheres para fazer a cortina. Ela chamava os jovens, tudo casal de namorado, eles eram os artistas dela. Todos os dias em que ela ia no ensaio, ela dava um pouquinho de licor para eles. Mas quando ela tinha que dar pito, se fulano não decorasse o texto ou risse na hora de ensaiar, ela dava cada show neles! Ainda têm alguns em Siderópolis vivos que se lembram.

Nota-se como a população se engajava no projeto social de Enedina, ajudando-a na montagem dos teatros com objeto próprios. E ainda os jovens participavam ativamente, mesmo sob xingamentos caso não decorassem os textos.

Finalmente, Oneide fala em seu depoimento que Enedina trouxe a mãe Teodora para morar com ela. “Depois que nós viemos morar em Siderópolis, ela trouxe a mãe dela para perto. Depois ela trouxe a mãe para cá, ela morreu aqui, a mãe legítima, essa lavadeira, mas ela chamava a avó de mãe também”.

3.8 Chegada a Criciúma após a aposentadoria

Neste tópico, pretendo dar prosseguimento à construção da biografia da professora Enedina em Criciúma a partir dos relatos coletados, focalizando sua experiência escolar, a escolha pelo magistério, a atuação profissional após dedicar-se 25 anos de sua existência ao ensino.

Neste município, Enedina desempenhou papéis de mãe, professora, catequista e militante política, os quais ficaram definidos e instituídos pela sociedade. Brandão, falando a respeito dos atores sociais, entende por identidade:

O processo de construção do significado com base num atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras formas de significado. Para um lado, no entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social. Isto porque tradicionalmente os sociólogos têm denominado papel, e conjunto de papéis. (1986, p. 2)

A identidade atribuída à qual se refere Brandão leva em conta não só a cultura do indivíduo, mas também o papel que ele desempenha na sociedade. Isso está presente em Enedina na sua auto-representação: na Igreja, é catequista; na escola, professora; nos municípios, militante política.

Continuando o percurso histórico, é preciso dar visibilidade à história de vida educadora do Sul do Brasil. Segue-se o seu depoimento deixado na Câmara dos Vereadores de Criciúma:

Tendo chegado em Criciúma, seguindo a minha vocação. Comecei a lecionar particular (em casa). Eis que faleceu a professora do Curso Supletivo de Alfabetização de Adultos e Adolescentes da Vila Operária, que devido ser correligionária dos partidos já mencionados (UDN e PTB), o Sr. Heriberto Hülse, conseguiu que eu substituísse, começando a lecionar dia 2 de maio de 1953 até 30 de abril de 1978.

O senso do exercício do professorado como “vocação”, não como profissão simplesmente, revela indícios de uma mentalidade prevalecente no passado sobre o sentido vocacional do exercício do trabalho do professor, uma profissão de status na época. Já o envolvimento político de Enedina, suas ligações com Heriberto Hülse, revela ativismo político, domínio da linguagem argumentativa e oficial. Só que pude perceber uma confusão por parte das filhas em relação a posição política da mãe.

Na história dessa educadora, marcada pelo compromisso com a cidadania, o papel de alfabetizadora dos operários trabalhadores revela o caráter social (ensinava numa salinha nos fundos da casa, sem qualquer remuneração, recebendo apenas para lecionar no curso de alfabetização de adultos) da profissional da educação. Vejamos seu depoimento:

Em 26/08/24 iniciei minha carreira de professora por vocação. Após completar 25 anos de magistério, dediquei meus conhecimentos para ajudar os jovens e adultos de Criciúma a tornarem-se pessoas estudiosas e desenvolvidas cultural e politicamente.

Quando do falecimento da professora do curso de alfabetização de adultos e adolescentes da Vila Operária em 1953, assumi a responsabilidade do referido curso, sendo designada anualmente e paga pelo tesouro do Estado.

Reconhecer a importância da formação cultural e política para capacitar de jovens e adultos, foi essencial para Enedina que ainda possuía um propósito de politizá-los para a “formação política do município. Nota-se, ainda, um engajamento social em sua atividade, além do domínio da linguagem e eloquência no discurso escrito.

No que diz respeito ao senso de “vocação” do qual Enedina fala, faz-nos repensar sobre a prática social de educadoras formadas no magistério da Escola Elementar (curso Normal Criado para formar professores), que era vista por muitas mulheres como “vocação”. Assim, parece-nos evidente que na época, não bastava

ter formação para se tornar professora, ou seja, era necessário ter vocação. Assim, de acordo com Chamon (2005, p. 66):

A vinculação entre ação educativa e catequética, entre a figura da educadora e da missionária passou a associar-se à imagem da mulher, na qual as principais qualidades deveriam ser a virtude, o amor e o desapego às recompensas materiais.

Vê-se, neste caso, que o lugar da mulher passou a ter um novo destaque: a escola. Isto porque ela assumiu uma nova “roupagem” no imaginário público e privado, tanto em nível educacional (passando somente à mulher Enedina a função de alfabetizar) e religioso (assumindo a função catequética, a qual no início da colonização era função dos jesuítas) quanto em nível político (tendo a função de direcionar os(as) alunos(as) a fim de votar em determinado candidato.

Neste momento, é necessário resgatar alguns pontos referentes às raízes históricas da subordinação e da exclusão da mulher. É possível, segundo Chamon (2005, p. 23), reconstruir o magistério elementar como profissão feminina, destacando-se nas relações de gênero. Articula-se, então, a história da educação das mulheres à trajetória de feminização do magistério. Isto quer dizer que se abriram caminhos para a identificação do magistério como uma profissão feminina.

Desse modo, Chamon (2005, p. 69) afirma que a vocação para o magistério traz uma série de conotações místicas envolvendo, assim, a imagem da mulher, levando-nos a crer que isso não seria algo natural. O fato de as mulheres terem características vocacionais leva-nos a perceber o quanto a maternidade revela o caráter dessa vocação.

Observou-se, nos depoimentos de Enedina, o vocábulo “vocação”, fazendo também referência à profissão do magistério com amor, como tarefa maior de servir aos interesses do governo estadual. Ora, se é uma vocação, uma missão a cumprir, então por que lutar por seus direitos profissionais?

Não houve obstáculos da professora na dedicação ao ensino de jovens e adultos na Vila Operária, e estes tinham dificuldades a serem superadas, tais como: conquistar o emprego e votar nas eleições. Será que o papel da professora Enedina se tornou fundamental para “politizar” os alunos para o exercício da cidadania? O que se sabe é que esse trabalho a serviço da cidadania mascarava possíveis interesses correligionários, já que a educadora era militante política e servia aos interesses de um partido.

Quanto ao “desenvolvimento cultural” de que fala a professora, é necessário primeiro entendermos que “cultura é considerada uma forma de produção, especificamente como formas nas quais os seres humanos compreendem suas vidas, sentimentos, crenças, pensamentos e a sociedade mais ampla” (Giroux, 1987, p. 65). Desse modo, a professora declara não pretender apenas que os estudantes acumulassem conhecimentos, mas sim que adquirissem valores que eles pudessem transmitir às futuras gerações.

De fato, era necessário compreender a realidade dos alunos operários, bem como valorizá-los no meio social onde viviam. É lógico que esse discurso deve ser questionado, pois minimiza o indivíduo à capacidade intelectual. Só que antes de tudo, o aluno da classe de alfabetização deve ser revalorizado profissionalmente e pessoalmente.

De fato, há que se registrar que Enedina nunca trabalhou em escolas de prestígio (Grupos Escolares, Escolas Básicas) das cidades por onde passou, nem mesmo em Criciúma. A ela foi permitido ocupar espaços de periferia (escolas isoladas e reunidas), e jamais em colégios de tradição, públicos, confessionais ou particulares. De acordo com a professora Maria Teresinha Pieri: “Talvez seja mais por ela ser de bairro. Porque eles focam mais a situação financeira”. O que a professora quis dizer é que ela não foi reconhecida pelo fato de ser moradora do bairro Vila Operária e não moradora da área central.

Continuando seu depoimento encontrado na casa da filha Onélia, dona Enedina afirma que lecionou em vários lugares da Vila Operária para que os alunos não ficassem sem aula. Vejamos a seguir:

Em 1965, por não ter saído a nomeação do estado, solicitei ao então prefeito Sr. Arlindo Junkes uma ajuda da Prefeitura Municipal para que o curso não sofresse solução de continuidade, no que fui atendida e passei a lecionar no barracão da Igreja Santa Bárbara, na casa do Sr. Maurílio Fernandes no bairro Operária Nova e por fim numa sala improvisada em minha própria residência, sempre recebendo por recibo, na Secretaria de Finanças da Prefeitura. Continuei trabalhando como professora e alfabetizando milhares de adultos e adolescentes até 1978, tendo a feliz oportunidade de em 1974 completar 50 anos de magistério, fato que foi comemoração por muitos dos ex-alunos, colegas e familiares.

Nota-se mais uma vez a linguagem precisa, argumentativa e eloquente de dona Enedina, bem como a relação de aproximação com a instituição religiosa. Lecionar “no barracão da Igreja” sugere determinação e dedicação à comunidade da Vila Operária, alfabetizando adultos e jovens. Quanto à nomeação de que fala

Enedina, é para ser contratada temporariamente para lecionar, pois nessa época ela já estava aposentada. Então, o que Enedina requeria era que seus honorários fossem regularizados a fim de ter seu nome na folha de pagamento, o que não ocorria.

Percebe-se ainda o abandono do poder público ao sistema de ensino público brasileiro, que vai desde as péssimas condições de trabalho (lecionar no barracão da igreja) até a baixa remuneração (recebia por recibo) oferecida à alfabetizadora de adultos e jovens. Oportunamente, Chamon (2005, p. 77) afirma que:

O abandono do sistema de ensino brasileiro, refletindo nas péssimas condições de trabalho e de salário oferecidas àqueles que dele participam, parece ser um fator preponderante para o afastamento dos homens que inicialmente nele prestavam seus serviços.

Dessa maneira, a militância pela educação formal no sul de Santa Catarina teve uma participação relevante de dona Enedina, e ela ainda participou de movimentos sociais. Sua experiência na educação deu-lhe não só a percepção das diferenças étnico-culturais como também das suas implicações políticas, que se deram mais por interesses pessoais e por conveniência do que por ideologia. Vejo que ela teve apenas uma pequena consciência de sua negritude, e isso não é demérito.

Não há dúvidas de que obstáculos sempre existiram, mas a cidadã Enedina buscava superar os limites estabelecidos, principalmente pela consciência que tinha de que fazia parte dos menos favorecidos na sociedade. Com eles, sempre se ocupava e em suas lutas se engajava. Quanto aos filhos dos pobres que eram assistidos pela professora, eles enfrentavam muitas dificuldades e precisavam superá-las para mais tarde ingressarem na 5ª série através de um exame exigido na época. De acordo com a professora Maria Teresinha Pieri:

Naquela época, para ingressar na quinta série do ginásio, a gente tinha que fazer uma prova (tipo um exame de admissão). Então, toda aquela gurizada que cursava a quarta série, eles se preparavam para o exame de admissão. Na época, eram poucos colégios que tinham a quinta a série. Tinha o Lapagesse e o Joaquim Ramos (públicos) e o Michel e o São Bento (particulares). Como a gente tinha que disputar, pois eram crianças de toda a redondeza, de todos os bairros que iam estar concorrendo à escola pública! Era quase como um vestibular de hoje. Tinha que saber matemática, português, conhecimentos gerais, ciências, tinha tudo para fazer o exame de admissão.²⁹

²⁹ Texto escrito pela própria Enedina, encontrado na casa da filha Onélia.

O fato de Enedina ensinar numa salinha nos fundos da casa demonstra não só a falta de comprometimento das autoridades locais com a educação pública, a precariedade das condições, mas também uma certa dedicação da educadora às crianças da comunidade. Está certo que a busca pelo ensino também era uma forma de aumentar a renda familiar, já que ela vivia somente da aposentadoria do estado. Assim, o depoimento a seguir confirma:

Surgindo nessa época o Mobral, que por questões políticas, o Sr. Alberto Schmidt, que era o chefe escolar, cortou o meu direito de trabalhar, mas mesmo assim continuei na minha profissão, em particular, dando ao município de Criciúma, milhões de eleitores [hoje 180.000]. Comecei a receber 3.500,00 reis [cruzeiro], era esse o salário dado pelo estado.

Além disso, constatou-se que a professora reivindicou o salário com insistência após a aposentadoria, pois recebia apenas gratificações durante anos. Ela mesma afirma em seu relatório:

Eu recebia uma gratificação da prefeitura, para trabalhar de 15 de janeiro de a 15 de dezembro, seguindo o currículo escolar. Faz 38 anos que recebo essa gratificação, atualmente R\$ 110,00 reais.

Apesar de todas as dificuldades e barreiras, Enedina conseguiu ascender, não só profissionalmente, mas também socialmente. Por outro lado, havia o cuidado com os filhos, que desejavam não só atenção da mãe, mas precisavam do trabalho dela para o seu sustento.

Historicamente, a educação de jovens e adultos teve seu início na década de 1930. Assim, de acordo com Ribeiro (1997) a educação básica de adultos começou a delimitar seu lugar na história da educação no Brasil, quando finalmente começou a se consolidar um sistema público de educação elementar no país. Desse modo, a ampliação da educação elementar foi impulsionada pelo governo federal, que traçava diretrizes educacionais para todo o país, determinando as responsabilidades dos estados e municípios. Tal movimento incluiu também esforços articulados nacionalmente de extensão do ensino elementar aos adultos, especialmente nos anos 1940.

Nesse período, a educação de adultos, segundo Ribeiro (1997), define sua identidade tomando a forma de uma campanha nacional de massa, a Campanha de Educação de Adultos, lançada em 1947. Pretendia-se, numa primeira etapa, uma ação extensiva que previa a alfabetização em três meses, e mais a condensação do curso primário em dois períodos de sete meses. Depois, seguiria uma etapa de

“ação em profundidade”, voltada à capacitação profissional e ao desenvolvimento comunitário.

Segundo depoimento da dona Onélia, Enedina tinha uma sala de aula em casa, onde ensinava operários das minas de carvão da região, pois eles precisavam saber escrever o nome. Entretanto, ela não só ensinava a escrever o nome, mas alfabetizava.

Em janeiro de 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, que previa a disseminação por todo Brasil de programas de alfabetização orientados pela proposta de Paulo Freire. A preparação do plano, com forte engajamento de estudantes, sindicatos e diversos grupos estimulados pela efervescência política da época. Toda essa amplitude atingiu nosso município na pessoa de dona Enedina, quando ela alfabetizava adultos na Vila Operária.

Em 1967, o governo assumiu o controle da alfabetização, lançando o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Era a resposta do regime militar à ainda grave situação do analfabetismo no país. O Mobral constitui-se como organização autônoma em relação ao Ministério da Educação, contando com um volume significativo de recursos. Em 1969, lançou-se numa Campanha massiva de alfabetização. Foram instaladas Comissões Municipais que se responsabilizavam pela execução das atividades, mas a orientação e supervisão pedagógica bem como a produção de materiais didáticos eram centralizadas.

Durante a década de 1970, o Mobral, de acordo com Ribeiro (1997), expandiu-se por todo o território nacional, diversificando sua atuação. Das iniciativas que derivaram do Programa de Alfabetização, a mais importante foi o Programa de Educação Integrada (PEI), que correspondia a uma condensação do antigo curso primário. Esse programa abria a possibilidade de continuidade de estudos para os recém-alfabetizados, assim como para os chamados analfabetos funcionais, pessoas que dominavam precariamente a leitura e a escrita.

Seguindo o depoimento de Enedina, lê-se: “Surge nessa época o Mobral, que por questões políticas, o Sr. Alberto Schmidt, que era o chefe escolar, cortou o meu direito de trabalhar, mas mesmo assim continuei na minha profissão, em particular”. É muito interessante a postura resistente e marginal de dona Enedina, que persistiu no seu papel de alfabetizadora, mesmo sem a atenção das autoridades locais para investir na educação.

Desde os anos 1950, conforme Ribeiro (1997) eram recorrentes as críticas a campanhas que pretendiam alfabetizar em poucos meses, com perspectivas vagas de continuidade, depois das quais se constatavam altos índices de regressão ao analfabetismo. Foi extremamente importante a atuação de uma educadora afro-descendente em classes de alfabetização popular, ampliando o universo cultural dos alunos-operários.

Um indicador da ampliação da concepção de alfabetização no sentido de uma visão mais abrangente de educação básica é a crescente preocupação com relação à iniciação matemática. Muitas vezes, a preocupação foi posta pelos próprios educandos, que expressavam o desejo de aprender a “fazer contas”, certamente em razão da funcionalidade que tal habilidade tem para a resolução de problemas da vida diária. De fato, isso ocorreu com alguns alunos da professora, pois quando se reuniam para jogar baralho e se perdiam nas contas, um dizia ao outro: “Ué, fulano, tu não sabe somá? Não aprendeu as contas com a dona Enedina”. Isto foi o que ouvi da filha Onélia.

3.9 Histórico da Escola de Educação Básica Coelho Neto

Com sua chegada a Criciúma em 29 de dezembro de 1950, dona Enedina iniciou suas atividades na comunidade educacional, especificamente no Grupo Escolar Coelho Neto. O fato é que há importância desse Grupo Escolar para a segunda etapa da vida profissional da educadora do sul catarinense. Isto fica evidente no depoimento a seguir:

Quando inauguraram o atual “Coelho Neto”, sendo de alvenaria, não tinha luz elétrica para que eu pudesse lecionar. Foi pedido, então, ao padre Albino Destro, que era vigário da paróquia Santa Bárbara, que cedesse o barracão de festas, para que os alunos (mineiros, empregadas domésticas) conseguissem aprender a ler e escrever, assinando o seu nome para que pudesse votar nas eleições .

Dona Enedina não pôde lecionar no Coelho Neto³⁰ porque as aulas eram à noite: Alfabetização de Adultos, enquanto as demais aulas do educandário só funcionavam durante o dia. Não havia luz elétrica na escola.

³⁰ A Escola Isolada Estadual de Santa Bárbara foi fundada em 1926, de acordo com o livro de registros da instituição, dois anos depois da entrada de Dona Enedina no magistério estadual. Segundo o livro de registros escolar, mais tarde passou a se chamar Escola Desdobrada de Vila Operária, próximo à capela Santa Bárbara, tendo como professora Regente Maria Piazza Motta e professora auxiliar Armeli Esmeraldino Correa. Em 1948,

Em 1950, o colégio passou a funcionar em três turnos com doze classes. Foi nessa época que Dona Enedina chegou a Criciúma, depois de se aposentar em Rio Queimado (Lauro Müller), e iniciou suas atividades no Curso de Alfabetização de Adultos e Adolescentes. Segundo a própria Enedina: “Na época em que a professora chegou a Criciúma, o grupo escolar passou a denominar-se Grupo Escolar Coelho Neto de acordo com o Decreto de 2 de agosto de 1952, sendo na época diretora Honorina Lunardilli Cavalazzi, substituída em seguida por Mario Sônego, que ficou até 1955”.

Naquele mesmo ano, foi lançada a pedra fundamental do novo prédio, sendo o ato presidido pelo então governador Jorge Lacerda, conforme ata em arquivo no estabelecimento de ensino. Assim, a inauguração do prédio com cinco salas de aula, gabinete, biblioteca e parte residencial foi em 28 de junho de 1959 pelo então governador Heriberto Hülse.

3.10 Construção da identidade

Sabe-se que a identidade tornou-se um tema amplamente debatido na atualidade. O debate requer a reflexão não apenas sobre o processo de construção da identidade, mas uma tomada de consciência quanto ao papel das diferenças nesse processo. Assim, no contexto específico de minha pesquisa, é possível prever que as identidades étnico-raciais estão centradas não só na individualidade da mulher negra, mas também nas ações afirmativas presentes no cotidiano dos negros e mestiços que lutam para ascender socialmente.

Esta pesquisa reveste-se de fundamental importância para mim como educadora na medida em que tomo consciência de que Enedina era uma mulher, e negra, num contexto caracterizado pelo preconceito e pela discriminação racial e de gênero. Isso me sensibilizou para estudar o processo de reconstrução identitária da mulher negra e educadora.

A identidade da professora não é adquirida como uma propriedade nem como uma herança de família, embora a família tenha exercício grande papel na escolha dessa profissão, mas é um lugar de lutas e de conflitos sociais e ideológicos, sendo ainda um espaço de reconstrução e posicionamento profissional, político e social.

passou a denominar-se Escolas Reunidas Otto de Sousa Dreer, com três classes. Em 1949, passou a denominar-se Escolas Reunidas Ondina Silva, passando a funcionar em novo prédio com quatro salas de aula.

Dessa maneira, no que se refere à mulher negra pesquisada, verificou-se que a história, a memória coletiva, a estrutura social, as relações de raça e de gênero fazem parte dos elementos do processo de construção da identidade negra individual.

No que diz respeito aos atores sociais, Castells entende que a identidade é o processo de construção do significado com base num atributo cultural, o qual prevalece sobre outras formas de significado. Para ele, num indivíduo pode haver identidades múltiplas. Entretanto:

Essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social. Isto porque é necessário estabelecer a diferença entre a identidade e o que tradicionalmente os sociólogos têm denominado papel, e conjunto de papéis. (Castells, 2003, p. 5)

Concordo com os papéis dos quais Castells fala. No caso de Enedina, são de trabalhadora, mãe, militante política, católica praticante e educadora. A definição dos papéis é estruturada pelas instituições e organizações da sociedade, mas sempre cabe ao indivíduo um posicionamento, uma refração, uma atitude ativa, isto é, sempre se pode negociar, resistir identidades atribuídas, contra-propor ou até mesmo sabotar. A identidade vai sendo adquirida a partir da individualidade, na interação com a sociedade, e vai se afirmando ao longo da existência humana.

As identidades, segundo Castells (2003), constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas e constituídas através de um processo de individualização. Embora as identidades também possam ser formadas a partir de instituições dominantes, elas apenas assumem tal condição quando e se os atores sociais a interiorizam, construindo o seu significado com base nessa interiorização.

A reconstituição identitária de Enedina tanto na individualidade quanto na coletividade se dá a partir de entidades organizacionais poderosas como a igreja, o estado e a escola. Neste caso, o fortalecimento das identidades proporcionou a formação desses papéis sociais que mais tarde contribuíram para a formação dos indivíduos envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Do ponto de vista sociológico, a identidade foi construída em Enedina a partir de sua família (ser mulher, negra), da escola (professora), da Igreja (catequista) para formar a identidade coletiva dos alunos. Assim, Castells (2003) afirma que a construção de identidade vale-se da matéria-prima fornecida pela história,

instituições, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparelhos de poder e revelações de cunho religioso.

Castells coloca a hipótese de que saber quem e para que se constrói a identidade coletiva é determinante do conteúdo simbólico da identidade e do seu significado para quem com ela se identifica ou dela se exclui. Desse modo, a construção social da identidade ocorre sempre num contexto determinado por relações de poder. Castells, então, propõe três formas e origens de construção da identidade. A primeira delas seria a: “Identidade legitimadora: é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar a sua dominação sobre os atores sociais” (2003, p. 4).

Pode-se afirmar que a construção social da identidade de Enedina se enquadra dentro da condição de legitimadora. Isso porque a superação dos obstáculos e dos problemas sociais e de discriminação racial foi realizada com muito empenho, porém de acordo com as regras das instituições dominantes.

Sabe-se que Enedina conseguiu formar uma rede de relacionamentos, facilitando-lhe a mobilidade por espaços pertencentes essencialmente aos brancos. Em sua condição de mulher negra, soube aproveitar as oportunidades para realizar os seus objetivos, driblando a viuvez precoce, sendo mantenedora da família e conseguindo realizar os desejos dos filhos.

A segunda forma de construção de identidade, segundo Castells (2003, p. 4-5) seria:

Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade.

Essa identidade constrói-se a partir das minorias, como é o caso das mulheres negras em geral. Neste caso, Dona Enedina construiu sua identidade na família (avós), que garantiu a sua participação para transformação social, ensinando seus alunos no seu primeiro emprego na Escola Isolada Roça Grande. Dessa forma, ela também reconstruiu sua identidade como um processo de resistência e luta para alfabetizar os alunos filhos de colonos.

A terceira forma de construção de identidade seria:

Identidade de projeto: quando os atores sociais, servindo-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade

capaz de redefinir a sua posição na sociedade e de provocar a transformação de toda a estrutura social. (Castells, 2003, p. 5)

Este tipo de identidade também se enquadra no caso de dona Enedina. Isto porque a identificação religiosa católica fez com que ela se inserisse no universo cultural formado a partir do eurocentrismo. Neste caso, a catequista saiu do espaço das religiões de matrizes africanas, os quais estavam supostamente destinados todos os negros e seus descendentes, instalando-se na religião imposta pelos europeus, pois herdou a mesma dos Alanos.

Dessa maneira, a identidade da mulher negra docente aparece mais fortemente marcada pela tensão entre as identidades legitimadora e de resistência. A primeira se justifica por ser defendida pelas instituições (escola, igreja, partidos políticos) e a segunda, por construir a identidade individual a partir de atributos da identidade de resistência de sua comunidade de origem, neste caso dos afro-descendentes.

Portanto, a trajetória educacional de dona Enedina transcorre num processo atípico, pois com esforço e resistência, conseguindo romper os bloqueios étnico-raciais e de gênero. Assim, há que se levar em conta os revezes da sua vida pessoal, com a perda do marido quando era ainda muito jovem e tendo de criar os filhos sozinha, assumindo o papel de mantenedora e educadora do lar.

É importante notar também que, além de educadora, dona Enedina era militante política (trabalhou nas eleições de Altair Guidi) e tinha funções eclesiásticas (catequista e rezadeira) nas comunidades onde viveu. Seu papel religioso esteve sempre acima de qualquer função. Esses papéis serão discutidos no próximo capítulo, onde serão apresentadas e analisadas as peripécias da identidade política e religiosa dessa cidadã lagunense e criciumense.

A questão da identidade está sendo muito discutida na atualidade. Isso porque as “velhas identidades” estão declinando, surgindo assim novas identidades, tornando o indivíduo moderno fragmentado. Só que essa discussão não cabe a Enedina, pois ela viveu num contexto histórico diferente da argumentação de Hall. Segundo Hall (2006), o conceito de identidade é muito complexo e ainda pouco compreendido na sociedade contemporânea. Para esse autor:

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que

no passado, nos tinham fornecido solidas localizações com indivíduos sociais. (p. 9)

As mudanças de paradigmas às quais Hall se refere perpassam pela identidade pessoal de Enedina, quando, no início do século XX, rompe os preconceitos de gênero e etnia. Só que, com passar dos anos, essa mudança descentra o indivíduo tanto do seu lugar social, cultural quanto de si mesmo, provocando, assim, uma crise de identidade.

Dentro duma visão sociológica, a identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade. Nessa concepção, consolida-se o mundo pessoal com o mundo público, mas também preenche o espaço entre o interior e o exterior. Assim, de acordo com Hall (2006):

A noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação com outras pessoas importantes para ele, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava. (p. 11)

O sujeito da minha pesquisa não se encaixa nos argumentos de Hall. Isto porque não se pode dizer que ela tenha vivido a pós-modernidade. Seus referenciais são outros, mais antigos, religiosos. Sua história de vida começa no início do século XX e atravessa todo o período de transformações sociais e culturais pelas quais passa o mundo, a modernização das cidades, as crises mundiais, a globalização da economia, a virada dos costumes e o surgimento das crises da pós-modernidade. Só que Enedina vivia alheia a todas essas transformações, já que a inserção da educadora negra no cenário político e religioso não prova a fragmentação do sujeito.

Para Stuart Hall, a identidade é definida historicamente e não biologicamente. O indivíduo assume identidades diferentes em diferentes contextos. Nesse sentido, à medida que a pessoa vai se inserindo no cotidiano e nas relações com instituições poderosas, vai adquirindo características próprias daquele contexto, especialmente, quando se trata da opção religiosa do indivíduo.

Dessa maneira, Hall afirma que “se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda história sobre nós mesmos ou uma confortadora narrativa do eu” (p. 13). Ou seja, a identidade torna-se muito mais uma questão de narratividade, de elaboração de uma história do eu do que uma essência palpável e imutável. A identidade é uma

narrativa que se cria em relação a uma memória do passado, entrelaçamentos sociais do presente e um projeto para o futuro.

Na perspectiva dos Estudos Culturais, sabe-se que o sujeito moderno emergiu num momento particular (seu nascimento) e tem uma história, que pode ser contada ou não, lembrada ou não, podendo mudar sobre certas circunstâncias, até mesmo com a sua morte.

De certa forma, a história individual de Enedina reúne dois significados: uma identidade única, própria do seu interior que não pode ser dividida, mas também é uma entidade singular, distinta. Por outro lado, um indivíduo que busca atos de sua consciência ou fatos do passado histórico-social, ressignificando determinadas situações na vida social e profissional. Nesse sentido, Enedina sempre recorreu ao passado, mesmo quando já estava com a idade avançada.

A identidade de Enedina é formada ao longo de sua vida profissional de educadora, mas ainda inclui a experiência religiosa e o envolvimento político. Só que essa identidade permanece em processo, sendo sempre formada quando a mulher negra se insere na sociedade, especialmente no contexto educacional, e interage com as instituições e discursos sociais.

Esta pesquisa busca reconstruir a identidade da mulher negra através da sua biografia, a qual tece diferentes partes da sua individualidade, na busca sempre adiada, mas sempre retomada, por uma unidade plena. Segundo Hall (2006):

Em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto na plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é preenchida a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos pelos outros. (p. 39)

Finalmente, vale considerar o que Hall chamou de “novos movimentos sociais”, dos quais o feminismo faz parte, e seus desdobramentos sobre a questão das identidades. Para ele, cada movimento apelava para a identidade social de seus sustentadores, ou seja, o feminismo apelava às mulheres assim como às lutas raciais aos negros. Foi isso o que ficou conhecido como a política de identidade para cada movimento. Assim, “aquilo que começou como um movimento dirigido à contestação da posição social das mulheres expandiu-se para incluir a formação das identidades sexuais e de gênero” (p. 23). Evidentemente, não se pode considerar

dona Enedina uma feminista, mas ela testemunhou, quando já estava aposentada em Criciúma, o surgimento do movimento e de certa forma interagiu com ele.

Por outro lado, Ferreira (2004) discute a identidade a partir do vocábulo hifenizado: afro-descendente. Só que isto não inviabiliza minha discussão até agora, pois não adotei apenas este termo para a discussão durante a pesquisa, mas utilizo: *professora negra, afro-brasileira, afro-centrada ou afro-descendente*. Particularmente, prefiro adotar a expressão educadora negra, porém neste tópico utilizarei afro-descendente.

Enedina sempre faz questão de afirmar a sua identidade individual escrevendo seu nome e sobrenome, bem como sua profissão essencialmente respeitada na época especialmente porque ela também desempenhava outros papéis: de mãe de quatro filhos (Oneide, Onélia, Osnildo e Odilon), catequista (dava doutrina tanto em Criciúma quanto em Rio Queimado) e militante política (fez campanha de casa em casa na campanha de Altair Guidi³¹ para prefeito de Criciúma).

O que chama a atenção é a ênfase dada por Enedina, juntamente com seus familiares e conhecidos, ao seu papel religioso, sugerindo a importância de tal referência para identificar-se. Seu cargo de catequista é voltado para a transformação social, para a organização de grupos infanto-juvenis, assim como para o grupo de mulheres religiosas, mas há também a dimensão político-partidária. Ao longo do processo histórico-biográfico, a professora vai sofrendo transformações em função de mudanças vividas nos espaços de luta no magistério, na vida religiosa e na militância política.

Nota-se, na história de vida de Enedina, nos lugares onde morou, nas pessoas importantes com quem se relacionou ou conviveu e na sua humilde condição social, o quanto ela teve que se adaptar aos diversos modos de vida das

³¹ Foi prefeito Municipal de Criciúma, de 31 de janeiro de 1977 a 31 de janeiro de 1983, eleito pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e de 1 de janeiro de 1989 a 1 de janeiro de 1993, eleito pelo Partido Democrático Social (PDS). Foi deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 11ª legislatura (1987 — 1991), eleito pelo Partido Democrático Social, e na 15ª legislatura (2003 — 2007), eleito pelo Partido Progressista Brasileiro. É atualmente deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 16ª legislatura (2007 — 2011), eleito pelo Partido Popular Socialista (PPS).

pessoas. Mostra-se, nesse caso, a trajetória de Enedina no meio rural, lugar onde a professora procura definir-se quem é, reconstruindo sua identidade.

Frequentemente, Enedina fala sobre a família. Primeiro “a mãe Leopoldina”, que era avó, mas a quem ela chamava de mãe; depois vem o marido Otacílio; e, por último, vêm os filhos: Osnildo-José, Odilon-Joel, Oneide e Onélia.

O fato de estar entre as primeiras educadoras negras do estado fez com que ela se orgulhasse da sua função, que desempenhou com paixão e desvelo, ainda mais sabendo quão raro era uma mulher negra conseguir atingir essa posição de destaque no sul catarinense.

Baseados em uma leitura de Ferreira (2004), podemos olhar para as particularidades da história pessoal da professora, tendo como referência a delimitação dos estágios do desenvolvimento da identidade da afro-descendente, sem que se possa identificar uma fase determinada na vida de Enedina que passa a ser caracterizada como de um estágio de submissão.

Entre as muitas situações constrangedoras com as quais a educadora negra se deparou, uma delas, segundo Oneide, foi ter sido confundida com uma doméstica e em outra como uma servente escolar quando ainda era professora em Rio Queimado. Portanto, o fato de confundir dona Enedina com a servente da escola e de não conseguir enxergá-la como professora diz muito sobre o preconceito daquela sociedade.

Segundo Ferreira (2004),

Muitas pessoas com uma identidade eurocentrada tendem a acreditar na inferioridade do afro-descendente, e aqueles que conseguem se sobressair, social ou profissionalmente, são vistos como exceções. É a famosa imagem do “negro de alma branca”, tão comum na constituição da subjetividade dos brasileiros, contendo o pressuposto de ser o afro-descendente inferior e de quem não se espera sucesso em atividades atribuídas à população branca. O próprio afro-descendente, o que é mais dramático, em razão das identidades serem socialmente construídas, acaba desenvolvendo também a crença de ser inferior. (p. 101-2)

As pessoas com quem Enedina conviveu (filhos, filhas, ex-alunas e amigos) contribuem, na medida em que deixam seus depoimentos, cada um com sua perspectiva, para dar visibilidade e reconhecimento à educadora. Não somente eles, mas a própria Enedina surge nos ambientes públicos por onde passou como uma pessoa que se impôs em busca de sua cidadania, seja em Roça Grande, seja em Criciúma, não se mostrando em momento algum inferiorizada ou impedida.

Há que se reconhecer, no entanto, que a maioria da população de origem africana residente especialmente no sul de Santa Catarina não consegue ascender social e profissionalmente. Aqueles que ascendem estão nas instituições de ensino público. Aqui se encontram a maioria das mulheres negras. Aqui se encontra o percurso descrito por Enedina.

É importante acentuar, no contexto da história do Brasil, o fato de os negros, já na época da escravidão, virem desenvolvendo movimentos de resistência contra a opressão sofrida. Essa situação vai contra a idéia de o escravo ter sido totalmente submisso à sua condição. Essa resistência pôde ser visível na mulher negra quando a mulher, segundo Giacomini (1988), foi duplamente explorada ou duplamente oprimida, não a mulher em geral, mas muito a mulher das classes exploradas.

Enedina iniciou, por meio da militância política, um processo de intensa transformação pessoal e envolvimento social que levou ao desenvolvimento de uma nova estrutura pessoal ao se tornar professora na Vila Operária, em Criciúma. Isto despertou o interesse de políticos na época, que até se valiam dos favores da educadora para poderem se eleger.

Assim, pode-se perceber a força da carga étnica e racial presente na identidade da professora Enedina não só no meio educacional como também no meio político e religioso.

4 A INVISIBILIDADE DA EDUCADORA NEGRA

Este capítulo analisa a trajetória da mulher negra, educadora Enedina e o processo de reconstrução identitária, como também a militância político-religiosa. É preciso pormenorizar o processo étnico-racial pelo qual passou essa mulher, conseguindo romper o duplo bloqueio formado pelas relações hierarquizantes de etnia e de gênero.

Pretendo entender os processos de construção de identidade da educadora tanto na formação da consciência sobre a discriminação racial quanto na prática pedagógica. Para isso, analisarei sua própria opinião crítica, relatos de familiares, vizinhos, das pessoas ligadas às instituições de ensino e religiosas, bem como dos livros de registros encontrados nas escolas.

Primeiramente, é necessário afirmar que esta pesquisa comprovou o quanto a imagem distorcida e estereotipada da mulher negra (Enedina) interferiu na sua trajetória e na reconstrução de sua identidade étnico-racial. Nesse sentido, reafirmo que este capítulo é primordial nas discussões teóricas do racismo por meio da negação, do discurso vazio da igualdade, pois o que nos marca são as diferenças, e especialmente da invisibilidade da mulher negra (Enedina) nos espaços educacionais, religiosos e políticos da região sul catarinense.

A partir dessas afirmações, destaco as relações raciais dentro do campo educacional, enfatizando a presença de Enedina, a qual ressignificou a presença negra em instituições públicas tais como escolas e Igreja. Diante disso, utilizo ainda termos complexos, porém de suma importância e responsabilidade para uma ampla discussão dialógica, tais conceitos são: *negro/ negritude, raça, etnia, gênero, etnocentrismo, preconceito/discriminação racial e democracia racial*.

É importante, ainda, apresentar as homenagens que a alfabetizadora recebeu, é lógico, após a morte, não no sentido de idealizá-la, de torná-la heroína, mas para dar visibilidade à presença negra no município de Criciúma. Então, irei falar das homenagens recebidas na câmara dos Vereadores de Criciúma e na Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Há ainda homenagens em jornais locais nas décadas de 1970 e 1990, o nome de uma rua no bairro Operária Nova e, finalmente, a creche “Vó Enedina”, inaugurada na época do prefeito Altair Guidi.

Caberá, ainda, na discussão o envolvimento religioso de Enedina, a qual foi catequista, fundou apostolados e foi responsável pela construção da capelinha no bairro Operária Nova. Por outro lado, houve também a presença político-partidária nas eleições municipais em Criciúma na década de 1970, com Altair Guidi.

Finalmente, farei uma reflexão teórica sobre as leis Municipal e Federal que inclui no currículo escolar o estudo da cultura afro-brasileira e africana. Assim, apresentarei as leis e a aplicabilidade nas instituições de ensino hoje, e ainda o que isso reflete na luta da educadora Enedina no Sul do Brasil.

Assim, aproximei-me do sujeito desta pesquisa, dialogando com os diversos olhares que se aproximavam à medida que eu mergulhava no universo desta educadora negra. Esses olhares vieram primeiramente da família (filhos e filhas), depois dos amigos, de ex-alunos, políticos e colaboradores especialmente nas escolas por onde passei.

Sabe-se que na discussão sobre as relações étnico-raciais, há uma diversidade de termos e conceitos, causando tanto discordância quanto acordo entre os autores que se envolvem com a temática das relações raciais. Pretendo, neste capítulo, explicar cada um dos termos e conceitos utilizados tanto na prática social quanto na prática educacional do sujeito da pesquisa.

Discuto aqui não só os termos como também os conceitos, refletindo, assim, sobre a teoria dos pensadores da educação étnico-racial, como também sobre a prática pedagógica da voz da educadora negra do sul de Santa Catarina. Desse modo, procuro confrontar esses termos com a mulher negra alfabetizadora e com as pessoas entrevistadas durante o meu percurso metodológico.

Como venho debatendo, o foco da minha pesquisa é a mulher negra, professora e sua representação nos grupos religioso, político e escolar. Assim, conforme Gomes (1995, p. 44-5), a história do Brasil remete a conflitos e experiências de luta ligados à origem racial. Para ela, o termo “negro” é carregado de conceitos e preconceitos e ainda de lembranças, de lutas na construção da identidade.

De acordo com Gomes (1995, p. 46), o negro brasileiro está envolto numa série de nuances de cor como: marronzinho, mulato, moreno, escuro, preto, fechado, chocolate e outros que sempre remetem à cor da pele e não à origem racial, contribuindo, assim, para a formação da identidade étnico-racial distorcida e fragmentada.

Já o movimento negro brasileiro, segundo Gomes (1995), ressignifica o papel do negro na construção do processo histórico, não mais relacionando o negro a uma definição carregada de preconceito ou à questão da cor da pele, mas valorizando os atributos físicos e culturais dos que representam 45% da população brasileira.

Surge no meio acadêmico, nos estudos das relações raciais, o termo afro-descendente para denominar as pessoas pertencentes à raça negra. De acordo com Gomes (1995), essa expressão carrega a ancestralidade, remete o povo negro à África e se relaciona com a sociedade atual.

Neste trabalho, ora utilizo o termo afro-descendente para expressar a identidade étnica de Enedina, ora uso o termo negro. Só que há uma nova terminologia que vem surgindo dentro dos estudos teóricos das relações raciais para denominar as pessoas pertencentes à etnia negra. Estou falando do termo afro-brasileiro a que se refere Gomes (1995). Segundo a autora, o termo abarca a dimensão étnico-cultural do povo negro, carregando em si o resgate da ancestralidade africana e se relaciona à realidade atual da nossa negritude.

Gomes (1995) não descarta a utilização do termo afro-brasileiro para nomear pretos e pardos brasileiros. A autora crê que tanto afro-brasileiro quanto negro levam a reflexões diferentes da questão racial, ora privilegiando a cultura ora a política, bem como a uma discussão do termo racismo como instrumento de opressão da classe dominante sobre a classe trabalhadora brasileira.

Vê-se que os trabalhadores da educação assim como Enedina, ao longo da história, não ficaram imunes aos maus tratos dos governantes, especialmente com respeito à luta individual e a coletiva. Enedina se deparou a primeira vez com a luta individual, quando escreveu em próprio punho mensagens aos governantes locais (Criciúma) reivindicando seus honorários; já a segunda luta coletiva foi ao seu papel de representante religiosa nas catequeses, nos apostolados, nas festas religiosas e na construção de capelas.

4.1 Quem foi Enedina?

A identidade pessoal reveste-se de posições familiares, ordens de escala dos nascimentos, relações entre parentes. Neste caso, a professora Enedina possui o título de uma profissão (professora), que é status social. Além disso, também há os papéis de militante política e catequista, que completam seu status numa sociedade majoritariamente branca e eurocêntrica, sendo mulher educadora, negra, eleitora, católica. Brandão (1986) afirma que:

Status e papel são duas categorias de atribuição de posição e relação das pessoas e entre pessoas na sociedade, importantes para se explicar a identidade. [...] O status de qualquer indivíduo significa a soma total de todos os status que ele ocupa. Representa a posição dele em relação à sociedade total. (p. 36)

É dentro desse contexto que dona Enedina iniciou a carreira, obtendo uma vasta experiência, dentro das propostas pedagógicas que aconteceram nas instituições escolares tanto na teoria quanto na prática de alfabetizadora de crianças e finalmente de adultos.

Nos relatórios encontrados, escritos por dona Enedina, ela sempre se identifica primeiramente pelo nome, conforme se lê a seguir: “Eu, Enedina Alano da Rosa, professora complementarista, inativa, estadual”.

Para dizer quem é, Enedina informa seu nome e sobrenome, Alano da Rosa, e sua profissão, professora, que na época era bastante respeitada hierarquicamente. Esse nome marca a identidade étnica e social da representante educacional afro-descendente. Afinal, Enedina foi uma lenta construção da sociedade e de seus membros, não só com o trabalho de ensino-aprendizagem, mas também pelos envolvimento político-partidários e pela dedicação religiosa como ainda pela ação social nas entidades da época.

Enedina, durante toda a sua trajetória educacional, sempre levou em conta dois aspectos: formação profissional e identidade política. Para ela, a atividade profissional tinha um lastro mais profundo: o senso de “vocaçãõ”, bem como a formação ideológico-partidária.

É por isso que a presença de mulheres negras no magistério como dona Enedina significa um rompimento de diversas barreiras impostas aos negros no Brasil, especialmente no campo educacional. É aqui que a invisibilidade das mulheres negras desaparece, dando acessibilidade no campo profissional.

Nos depoimentos de Onélia, filha de Enedina Alano, percebeu-se, de forma surpreendente, a ausência ou silêncio sobre as questões raciais. Para ela, a abordagem da questão racial acabou velada pela religiosidade (Enedina era católica praticante) e pelo envolvimento político-partidário nos locais onde viveu.

4.2 A presença de Enedina na comunidade Católica



Figura 5: A foto mostra Enedina ao lado da imagem pronta para o traslado até a Capela do bairro Operária Nova na Festa de Nossa Senhora Aparecida, no dia 12 de outubro de 1995. A foto faz parte do acervo pessoal da filha Oneide.

Neste tópico, pretendo dar visibilidade à presença de Enedina na religião católica nos municípios do sul catarinense, especialmente nas localidades de Rio Queimado (Orleans) e Operária Nova, Santa Bárbara (Criciúma). Para isto, farei primeiramente o percurso histórico-geográfico do catolicismo brasileiro, localizando-o no tempo e no espaço assim como as festas, as irmandades, as tradições, os santos e as procissões. Farei, ainda, discussões bibliográficas e empíricas nacionais e locais, relacionado-as com a religiosa Catequista Enedina Rosentina Alano da Rosa.

A visibilidade do catolicismo no Brasil nos parece tão natural que dificilmente pergunta-se a alguém qual é a sua religião. Afinal, de acordo com Steil (2001), 74% dos brasileiros ainda são católicos. Só que a cada senso a diminuição do número de

católicos no país vai ganhando visibilidade. Isso acontece porque alguns deixam de declarar a sua religiosidade, enquanto outros se tornam protestantes, espíritas ou assumem a identidade afro-religiosa.



FIGURA 6: A foto mostra Enedina recebendo a comunhão de um pároco. A foto faz parte do acervo pessoal da filha Oneide.

Desse modo, os eventos rituais do catolicismo deixam transparecer a história do passado de Enedina. Refiro-me aqui aos santuários e festas religiosas, mesmo sendo quase impossível, conforme Steil (2001), dar conta do vasto elenco de lugares e eventos religiosos que compõem o calendário católico no Brasil.

Quando nos referimos ao catolicismo, estamos na verdade nos remetendo a um intrincado sistema de práticas, significados, rituais e personagens que transitam por este universo religioso e que ultrapassam as fronteiras institucionais da Igreja e ortodoxia católicas. (Steil, 2001, p. 10)

Ainda de acordo com este autor, as festas religiosas surgem como uma das nossas mais importantes expressões culturais, estabelecendo um calendário que demarca os tempos e organiza grande parte da nossa vida social. Dessa forma, os rituais religiosos podem ser acompanhados todos os meses através da imprensa. Não há região ou estado no Brasil, inclusive nas regiões onde Enedina residiu, que não tenha incorporado em sua paisagem locais de peregrinação com diferentes gradações de importância. Segundo relato da filha Oneide:

A procissão era a coisa mais linda. Lá a padroeira era a nossa Senhora da Salete, São Valentim. Então, ela fazia a festa tudo junto, era uma festa por ano. Na procissão, tinha aquelas meninas tudo vestida de anjos. Na frente, os homens todos vestidos de branco carregando a cruz. Ela fazia as roupas do padre tudo bordada crivo. O que era do padre era de linho finíssimo. Tudo o que era do padre era intocável.

Já a ex-aluna Maria Teresinha Pieri traz à memória a Festa de Nossa Senhora Aparecida ocorrida no bairro Operária Nova em Criciúma. Assim, ela afirma que:

A festa de Nossa Senhora Aparecida, que era a padroeira, porque a padroeira já era uma Nossa Senhora Aparecida. Aí eu me lembro quando eu era pequena, que tinha novena e eu andava com a dona Enedina e com o pessoal da catequese nas casas. Então, a gente tinha muita afinidade com ela. Os nossos pais também eram amigos. Ela passava na rua e ia catando a gurizada junto com ela. Tudo era ela.

Dialogando com o autor Steil (2001), quando nos referimos às festas e eventos religiosos relacionados com os santuários, tocamos nos dois elementos mais importantes na definição de uma cultura: o tempo e o espaço.

Quanto aos espaços religiosos de Enedina, destacam-se, inicialmente, Samambaia (Imaruí), Rio Queimado (Orleans) e Criciúma (Bairros Santa Bárbara e Operária Nova). Assim, o movimento religioso começou em Samambaia na década de 1930, embora naquela comunidade não houvesse igreja. Então, o que acontecia é que a educadora não só alfabetizava as crianças, como também as doutrinava. Isto se pode constatar com Oneide que afirma:

Na Samambaia não tinha igreja. Então, lá ela ensinava a rezar na escola. Dava doutrina no livrinho na escola. Eles faziam a primeira comunhão em Sítio Novo, que tinha igreja. Então, ela preparava os alunos na escola, e eles faziam a primeira comunhão em Sítio Novo. Lá ela não era líder de igreja assim não, era só na escola.

Confirmando com Steil (2001), sabe-se que o calendário é uma dos instrumentos mais eficazes para incorporar o povo na sua cultura. Somos envolvidos por um calendário que nos remete constantemente a um imaginário religioso que subjaz à nossa experiência social e histórica.

Depois de Samambaia, Enedina liderou a comunidade religiosa em Rio Queimado, na década de 1945. Foi nessa localidade que a professora foi mais atuante na igreja, organizando festas, rezas e procissões. De acordo com Oneide:

Em Rio Queimado é que ela liderou. Ela era professora, catequista, ela era líder lá. Ela pediu pra companhia fazer a igreja, o padre morava na nossa casa, ela só não dava comunhão porque naquela época não tinha isso que os leigos dão a comunhão. Ela fazia tudo, só não dava comunhão. Terço

toda noite, ensaiava o coro da igreja, o padre ficava lá em casa e ela fazia aquelas festas lindas, lindas. Ela arrumava os anjos, tudo de asa. Fazia procissão.



FIGURA 7: Aqui há um altar feito por Enedina, em uma das muitas festas de primeira comunhão. A foto faz parte do acervo de Onélia.

Lugares onde nasceram os líderes religiosos e túmulos desses heróis sagrados tendem a se tornar focos de afluência de multidões. No Brasil e especialmente em Santa Catarina, esses lugares sagrados se concretizam para a população principalmente em santuários de imagens de santos.

Enedina consagrou alguns desses espaços para as comunidades onde residiu. Isto é possível detectar não só nos lugares por onde Enedina morou, como na fotografia [Figura 5] que a devota tirou ao lado de sua santa protetora.

O espaço, em Santa Catarina, geralmente é uma comunidade pequena onde não só as pessoas do lugar, mas pessoas de todas as partes lhe rendem louvores. É assim que acontecia principalmente em Rio Queimado.

Confirmando o depoimento de Oneide, há o de Onélia a respeito da localidade de Rio Queimado:

Naquela época, não era catequista. Ela fundou apostolado da oração lá no Rio Queimado (Lauro Müller). Ela começou a capela. Ela é que coordenava, arrumava, ia atrás de padre para ir rezar missa. Ela é que dava doutrina e ela preparava toda criançada para a primeira comunhão.

Daí depois, além de alfabetizar, ensinar e incentivar na escola, preparava para a primeira comunhão, que naquele tempo tinha que fazer primeira comunhão com mais idade.



FIGURA 8: Primeira comunhão, provavelmente na década de 1930/40. A foto faz parte de um álbum fotográfico de Onélia.



FIGURA 9: Primeira comunhão, provavelmente na década de 1950/60. A foto faz parte de um álbum fotográfico de Onélia.

É através dessa demarcação de tempos e lugares sagrados ou diferenciados que exercemos nossa capacidade de simbolização e recriamos o mundo, ultrapassamos a fronteira da natureza para penetrar no espaço da cultura. O que queremos aqui é dar sentidos aos tempos e lugares como um ato de criação e de exercício de nossa humanidade.

Sabe-se que o catolicismo brasileiro está marcado por sua origem européia, mas também pelo encontro que essa tradição teve aqui com as tradições africana e indígena. Somos, então, herdeiros de tradições ibéricas que têm forte influência sobre o nosso modo de ser e pensar, nossas crenças e esperanças.

Ainda na localidade de Rio Queimado, Enedina criou o Apostolado da Oração, que são as Irmandades. Segundo Oneide:

Apostolado da oração era a irmandade do sagrado coração de Jesus, como tem agora com fita vermelha. Era com fita vermelha no pescoço, que era o coração de Jesus. Ela era presidente do apostolado. Os velhos era o sagrado coração de Jesus. Era tudo com fita vermelha e blusa branca. As moças eram filhas de Maria, tudo de branco, com fita azul e a Nossa Senhora na medalha. Moça solteira era filha de Maria; os casados era o coração de Jesus.

Só para confirmar o que é o Apostolado da Oração na percepção popular, a outra filha, Onélia, diz o seguinte:

Apostolado da oração é uma congregação dedicada ao sagrado coração de Jesus, que nós temos como imagem o sagrado coração de Jesus. Aí o apostolado da oração isso é a nível nacional. E a congregação mariana agora, na época eram as filhas de Maria, elas tinham uniforme, fita tudo direitinho, tudo de branco as filhas de Maria e as do apostolado a fita era azul, as filhas de Maria a fita era vermelha, que era do Sagrado Coração de Jesus.

Steil (2001) afirma que a reprodução do catolicismo nos contextos urbanos dependia das Irmandades e no meio rural, dos beatos e monges e dos rezadores ou rezadeiras locais, responsáveis pela manutenção cotidiana das crenças e rituais. O padre era uma figura distante, que visitava os santuários por ocasião das festas e as comunidades locais a cada dois anos, quando eram realizados batizados e casamentos. Ainda em Rio Queimado, conforme Oneide: “o padre de Lauro Müller ia uma vez por mês lá, dava a comunhão pro povo”.

Finalmente, em Rio Queimado, encontrei Dona Neli Duarte,³² ex-aluna de Dona Enedina, a qual aos oito anos estudou com ela doutrina (hoje catequese): “Quando ela saiu [mudou], fiz a primeira comunhão”. Ela ainda me contou que “Enedina era professora, capelona, lavava as toalhas da escola, zelava a igreja e era presidente do Apostolado da Oração”. Viu-se nas afirmações da ex-aluna o quanto o elemento religioso foi o marcador identitário da menina Neli. E o que mais chama a atenção era que ela se lembrava do nome dos santos: “Santa Santana e Nossa Senhora da Salete” e também a Oração da Nossa Senhora da Salete, que me disse decorada:

LEMBRAI-VOS, Ó Nossa Senhora da Salete, das lágrimas que
derramastes por nós, no Calvário.

Lembraí-vos também dos cuidados que, sem cessar, tendes por vosso
povo, a fim de que, em nome de Cristo, se deixe reconciliar com Deus.
E vede se, depois de tanto terdes feito por vossos filhos, podeis agora
abandoná-los.

Reconfortados por vossa ternura, ó Mãe, eis-nos aqui, suplicantes, apesar
de nossa infidelidade e ingratidão.

Não rejeiteis nossa oração, ó Virgem Reconciliadora, mas volvei nosso
coração para vosso, Filho.

Alcançai-nos a graça de amar Jesus acima de tudo, e de vos confortar por
uma vida de doação, para a glória de Deus e o amor de nossos irmãos.
AMÉM.

R - Rogai, sem cessar, por nós que recorreremos



Figura 10: Jovens adolescentes, provavelmente em uma formatura religiosa, com o pároco e Enedina. A foto faz parte de um álbum fotográfico de Onélia.

³² A família de Dona Neli Duarte chegou a Rio Queimado quando ela tinha apenas dois meses. Ela nos contou, durante a entrevista, que nasceu em 1940 e conheceu Dona Enedina com estava com cinco anos, portanto em 1945, exatamente a data em que Enedina chega à localidade. Neli ainda afirma que Rio Queimado era igual Lauro Muller, tinha escritório da mina e era mais povoado que Barro Branco.

Relaciono os depoimentos das filhas Oneide e Onélia sobre a participação da mãe Enedina no Apostolado da oração com o que afirma Steil com mais rigor e precisão (2001, p. 19):

Irmandades são grupos de devotos leigos que se organizam como associações de caráter privado, não-eclesiásticas, que têm como objetivo a manutenção de um culto ou devoção. Mesmo dependendo do clero para a realização de determinados rituais, essas associações mantêm sua autonomia em relação à instituição católica em termos jurídicos e econômicos. Elas detêm a posse dos santuários e exploram economicamente os eventos que acontecem em seu âmbito.

Na década de 1950, Enedina chega a Criciúma e inicia suas atividades na Capela Santa Bárbara, de acordo com o depoimento da filha Onélia: “Aqui, ela começou na paróquia Santa Bárbara. Fundou apostolado, Congregação mariana, tudo lá na Santa Bárbara”. Ao mesmo tempo, começou a catequizar as crianças do Bairro Operária Nova, onde ganhou um terreno para o primeiro centro catequético, que futuramente seria a capela do bairro Operária Nova. Segundo a filha Oneide:

Na Operária Nova foi assim: tinha o Bristot, que tinha oficina, o Bejamim Bristot. Tinha oficina mecânica e eram ricos. Ele tinha uma filha deficiente, mas ela tinha horas de lucidez. Aí a mulher disse: “Dona Enedina, se a senhora fazê a Lula lê, eu dou um terreno pra senhora”. A mãe botou essa menina lá e ela aprendeu, ela tinha deficiência, mas aprendeu a ler. Aí eles deram o terreno lá em cima, na capelinha. Como ela ganhou o terreno, ela quis fazer esse centro Catequético para dar catequese.

Onélia confirma o que disse Oneide sobre a participação da mãe na construção da capela do bairro Operária Nova. Vê-se o engajamento social da alfabetizadora quando ganha um terreno e constrói o centro catequético para a comunidade. Entretanto, percebe-se que Enedina faz isso porque chama atenção para si, trazendo as pessoas influentes para esse engajamento, pois só assim Enedina teve visibilidade na época. Assim, Onélia afirma:

A mãe ganhou um terreno da dona Maria Britot e fez a primeira capelinha aqui em cima, a primeira capelinha pequeninha. O doutor Sebastião foi que ajudou. Ela aí, né, ela pedia quem sabia mão-de-obra, quem sabia fazer algum serviço de carpinteiro, de quem sabia botar uma janela. E aí a capelinha pequena, nesse terreno que foi doado pela dona Maria Bristot. Depois ela trouxe uma imagem da Nossa Senhora Aparecida e botou ali. Ela rezava terços, né, o padre não vinha tanto.

Foi nessa capela que a ex-aluna de Enedina, hoje professora Maria Teresinha Pieri, teve aula de catequese, conforme ela mesma lembra:

Dona Enedina dava catequese lá na escolinha do bairro Operária Nova. Tanto que a gente teve aula na capelinha. Como na época não tinha escola própria, pois estavam construindo o Grupo Escolar Ernane Contrim, não sei

se tu sabes, mas é hoje onde funciona a creche Ulisses Guimarães. Quando estava sendo construído, a gente tinha aula lá em cima na capelinha. Teve uma época que a gente saiu da capelinha e fomos ter aula na casa da dona Lourdes, que fica do lado do bar do Bibó, ali na Operária. Então, a dona Lourdes, uma das merendeiras da escola, alugou duas salas da casa dela e a gente tinha aula ali.



Figura 11: Esta já foi em Criciúma. Crianças vestidas de anjos para uma encenação. A foto faz parte de um álbum fotográfico de Onélia.

Note que a professora valoriza bastante os espaços religioso e escolar onde ensinava, que parecem, muitas vezes, se fundir num só. Viu-se que os alunos ora tinham aulas na capela ora na escola, fazendo com que os ambientes se aglutinassem.

Para Steil (2001), a história do catolicismo brasileiro sempre foi marcada por transformações que refletem mudanças estruturais e organizacionais. Segundo esse autor, há no Brasil dois subsistemas no catolicismo que vão disputar espaços de poder e de influência na sociedade brasileira: um popular, devocional, centrado no culto aos santos, o outro moderno, centrado nos sacramentos e na meditação do clero.

Durante a pesquisa, percebi que o espaço católico de Enedina disputa o popular. Isso porque a religiosa sempre esteve a serviço do povo, participando de festas de santos, doutrinando as crianças e se engajando na luta por espaços religiosos, como no caso o terreno que ganhou para construção do centro catequético.

Assim, nota-se uma diversidade interna ao catolicismo. Isso acontece devido aos significados e crenças que cada grupo leva para os santuários. Alguns vão em busca de cura, outros de perdão e ainda há os que pagam promessas por graças alcançadas.

Steil (2001) afirma que a devoção às imagens é central para o catolicismo tradicional. Para o autor, é o lugar onde o invisível se torna acessível e palpável. Da mesma forma que os corpos humanos são depositários das almas invisíveis, as imagens são corpos dos santos. Através das imagens, estabelece-se a comunicação entre vivos e mortos. Esse autor ainda afirma que:

As relações entre os santos e os fiéis são pessoais e baseadas no princípio da proteção e lealdade. Cada fiel tem seu santo protetor, ou seu padrinho celestial, que em contrapartida lhe pede lealdade.

A relação entre o santo protetor e o fiel se dá de duas formas: de aliança ou contratual. (STEIL, 2001) Assim, a relação de aliança inicia-se no nascimento, quando a pessoa é consagrada a um padrinho celestial, criando entre protetor e fiel um compromisso por toda a vida. Essa relação acontecia através de um ritual religioso de consagração depois do batismo em casa ou na igreja.

A relação contratual está associada às promessas e peregrinações aos santuários. Os santos católicos têm as suas especialidades. No caso de Enedina, seu santo protetor, de acordo com Oneide, era Nossa Senhora da Salete.

Primeiro Nossa Senhora da Salete porque era padroeira, depois São Valentim e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Nossa Senhora do Perpétuo socorro, ela tinha um quadro na casa dela. Então, as orações dentro de casa, era tudo para Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Tudo o que ela queria, ela falava com a santa.

Geralmente, nos momentos de crise, angústia e devoção, as pessoas fazem seus pedidos aos santos, prometendo-lhe algum sacrifício em troca do favor recebido. Assim, segundo Steil (2001), ocorre um sistema de trocas de bens simbólicos entre os vivos e os mortos, narradas como milagres envolvendo fiéis e santos numa mesma comunidade lingüística e de sentidos.

Conforme Steil (2001), os santos permanecem participando das vicissitudes deste mundo através de suas imagens, capazes de sentir, chorar, sofrer, locomover-se, falar e indicar caminhos. Assim,

A imagem de um santo não é apenas uma representação que evoca alguém que esteve entre os vivos, mas é um sacramento: algo que torna

presentes no mundo visível, de forma eficaz e real, personagens que transitam entre os vivos e os mortos. (p. 23)

É por isso que os lugares e as imagens têm no catolicismo tradicional um sentido particular que ultrapassa qualquer tentativa de racionalização, e a fé e a devoção são os meios mais eficazes para ser devoto dos santos católicos.

Ser católica, para Enedina, não era apenas frequentar as missas aos domingos e festas de santos, mas era uma constante busca e inserção nas comunidades, catequizando as crianças, preparando-as para a primeira comunhão, participando de grupos de irmandades e ainda, muitas vezes, substituindo a presença do padre em velórios durante as rezas.

Enedina participava da vida social das comunidades onde passou, atendendo às necessidades dos fiéis como rezadeira. Essa mulher era vista como uma pessoa prática e sempre à disposição, pois as pessoas a chamavam tanto para rezar quanto para realizar cerimônias fúnebres.

Portanto, foi perceptível durante o percurso pelo catolicismo em Enedina, que a cidadã criciumense procurou chamar a atenção para si com seus atos em favor das comunidades católicas onde residiu.

4.3 Re-significando a presença de Enedina na política criciumense

Enedina não apenas trouxe para a vila Operária o sentimento de religiosidade, a preocupação social e educacional, mas ainda participou da vida política do município de Criciúma. Então, nos movimentos sócio-políticos que se desenrolaram nesse município durante a sua trajetória social e histórica, houve a participação e a contribuição da alfabetizadora negra.

Quanto à participação político-partidária da educadora, só se pode comprovar pelos depoimentos das filhas Oneide e Onélia, da professora Sandra Guidi e da professora Maria Teresinha. Essas pessoas deixaram parcialmente claros os vínculos políticos de Enedina, trazendo à tona fatos sociopolíticos de nosso município.

Inicialmente, recorro ao depoimento de Oneide, a qual afirma a camuflagem política de Enedina. Segundo ela:

Eles [Enedina e Altair] eram muito amigos e ela fazia campanha sorrateiramente. Ia de casa em casa pedir voto. Ela ia conversar com as

peessoas, mas se eles dissessem “Ó, eu não posso porque sou de outro partido”, ela já saía dali, já ia pra outra casa. Ela não entrava em atrito. Mas ela fazia a cabeça. Se na casa tivesse dez, cinco ela fazia a cabeça pro partido dela. Mas era tudo sorrateiro. Não era de andar de bandeirola nas ruas, nos comícios, nada. Era tudo secreto. Era na casa dela e na casa das pessoas. Não era de ir pra palanque, não era de faixas nem bandeiras.

Observou-se que a erudição e o poder de convencimento de Enedina eram de fato o fator primordial para a política de bairro. Mas, por outro lado, isto mostra que ela fazia a política tradicional, não a política moderna para convencer as pessoas demonstrando para a população das suas convicções.

Onélia, por sua vez, afirma que a mãe possuía ligação com as lideranças políticas locais. Isso era favorável não só a ela como também às pessoas da comunidade. Veja o que diz Onélia:

Tinha forte ligação partidária com o PMDB, que era a UDN e PDS, que foi quando o seu Heriberto Hülse foi candidato a governador do estado. Ela saía de casa em casa a fazer campanha. Ela era político-partidária. Aí, depois, foram criando outros partidos. Aí ela se encaixou, antes no PTB, que antes do PMDB era PTB, né. Aí depois, veio o MDB, ela veio vindo. Aí tinha o MDB e não me lembro se ela continuou no PDS.

Realmente, não fica clara a opção política de Enedina. Isto porque durante as entrevistas com as filhas, percebi que as mesmas não possuíam subsídios necessários para reafirmar a opção política da mãe.

Continuando a analisar a fala de Onélia, vê-se que Enedina alfabetizava os adultos para que eles pudessem votar tanto nas eleições municipais quanto nas eleições estaduais. O fato de Enedina alfabetizar os operários para votar demonstra o poder político, tanto sobre Enedina que se rendia aos favores de seus candidatos quanto sobre os eleitores, os quais eram inferiorizados por não saberem ler e aprendiam a escrever apenas o nome para votar no candidato indicado por Enedina. Assim, Onélia afirma:

Ela ia, fazia campanha. Ela alfabetizava adultos para trabalhar e também dizia assim: “Tem que saber ler e escrever também para ti escrever o teu nome para ser eleitor”. Ela preparou muita gente para ser eleitor. Até para a primeira eleição do Altair Guidi aqui, ela alfabetizou, preparou muita gente para saber assinar o nome e saber ler, que era para tirar o título para ser eleitor. Ela fazia muito isso, ela fazia questão que fosse, que tivesse documento e que fosse eleitor, porque ela dizia que é pela eleição que se resolve o destino do país. Muitas vezes as pessoas precisavam falar com alguém por algum motivo, vinham aqui pedia para ela ir. Para conseguir emprego, muitas vezes ela foi ao senhor Sebastião Neto Campos, para arranjar emprego na CBCA.

Viu-se que a professora possuía um forte poder de persuasão sobre o voto das pessoas. Isso a favorecia bastante, pois quando precisava de um favor, ela pedia aos políticos, que logo a atendiam, ou seja, ela fazia a política do clientelismo tradicional, da troca de favores.

A esposa do atual deputado Altair Guidi, ³³Sandra Zanatta Guidi, afirmou em entrevista que conheceu Enedina em 1976, durante o mandato de seu esposo na Prefeitura de Criciúma, porém ainda durante a campanha eleitoral, quando Altair Guidi foi prefeito pela primeira vez. De acordo com Sandra, o papel de Enedina no processo eleitoral foi sociopolítico. Ela afirma que:

Daí assim, quando eu conheci ela, qual é a impressão que eu tinha dela? Ela era muito educada, tinha uma educação... uma participação na comunidade muito grande. Na época, ela tinha acabado de fundar um clube de mães do bairro Operária Nova. Aí, durante a campanha, ela cobrou de mim o seguinte: "Agora eu quero um trabalho para as crianças". Ela já era catequista, sabe? Então, ela cobrou de mim: "Eu tenho que fazer trabalho com as crianças aqui do bairro". É claro que foi o primeiro trabalho com crianças que eu fiz na AFASC foi no bairro. Na época não era fácil, porque não tinha espaço.

Sabe-se que a liderança comunitária de Enedina resultava em votos para a campanha eleitoral de Altair. Contudo, o discurso de Sandra Guidi é muito evasivo, parece desconhecer as reais dificuldades do bairro. Digo isto porque não consigo perceber na sua fala uma originalidade a respeito do trabalho com as crianças. De que trabalho Sandra estaria falando? Será que ela acompanhava realmente as ações sociais de Enedina? Faço estes questionamentos porque, durante a entrevista com Sandra, percebi a falta de memória de fatos políticos, ela só se lembrava de fatos que favoreciam Altair Guidi nas eleições.

Então, quando pergunto a Sandra se Enedina trabalhou durante a campanha eleitoral de Altair Guidi pedindo votos para a comunidade, ela responde:

Ah! Isso eu não sei. Não sei mesmo. É provável, eu me lembro que ela fez uma reunião. Foi assim, a Zulma Manique, que era mulher do prefeito pediu para ela organizar uma reunião com mulheres. E ela organizou esta reunião. Agora se votava no Altair!

Nota-se quão contraditórias são as afirmações de Sandra: primeiro diz que Enedina cobrou um trabalho com as crianças do bairro, depois nem mesmo se

³³ Trabalhou na faculdade e em colégios particulares. Só que em função de o Altair fazer política, foi para a escola pública estadual. Hoje já tem mais de 30 anos de serviço. Hoje está no Conselho Estadual de Educação. Foi professora de sala de aula 18 anos e na faculdade ensinou Genética. Foi diretora de escola, da GEREI e ainda diretora de apoio aos municípios na secretaria de educação de Florianópolis.

lembra se Enedina votou no marido Altair. É lamentável que a memória de pessoas ligadas à política de Criciúma se apague com o passar dos anos. O que me intriga é que a filha Oneide afirmou que mãe trabalhou ativamente no primeiro mandato de Altair.

Pergunto a Sandra: Por que Enedina não foi reconhecida se fez tanto pela história do município?

Uma boa pergunta. O Altair deu uma medalha para ela na Assembléia depois que ela morreu [será visto num tópico abaixo]. Criciúma é uma cidade que... não é só dona Enedina... porque aqui não há uma valorização. Aqui os valores são outros. Os valores que ela preserva de generosidade, de educação e participação não são os valores principais.

Dessa maneira, pelo depoimento de Sandra é possível reconhecer que Enedina nada representou para a política do município criculumense. Isto porque Enedina, ao lado de tantas pessoas que contribuíram para a formação social e política do município, não foram e não são valorizadas no discurso oficial.

Sendo a negritude e a invisibilidade eixos da centralidade desta pesquisa, não se pôde deixar de argumentar com Sandra se de fato Enedina não foi reconhecida oficialmente por ser negra.

Eu acho que não. Não sei se ela tinha algumas dificuldades por ser negra. Porque a minha convivência era num plano que isso não fazia diferença. Mas essa coisa, assim, do reconhecimento, da gratidão é muito bom. Quando o Altair foi prefeito no primeiro mandato, que a gente teve muita coisa para resgatar na história de Criciúma. E aí quem veio depois do Altair, assim deixou de lado. Aí o Altair voltou e mostrou de novo este aspecto. Mas isto não é um valor importante em Criciúma.

Se o elemento político ficou obscuro no depoimento de Sandra, muito mais a negritude. Observa-se o quanto se torna invisível suas afirmações a ponto de Sandra desviar o discurso para as benfeitorias que Altair fez durante a sua gestão. É claro que é de interesse de um político “resgatar a história” do município, das pessoas, pois isto lhe renderá votos e prestígio político nas comunidades.

Finalizando esta análise, ainda tenho a afirmação da professora entrevistada Maria Teresinha Pieri Machado, a qual reafirma o envolvimento político-partidário de Enedina:

Eu acho também que ela tinha muita afinidade com as lideranças. Ela tinha muita influência com eles, eu acho que ela era muito respeitada. Acho que ela era do partido do MDB antigo. Ela tinha muita afinidade com os políticos. Na época, assim, eu me lembro quem ia lá: Nelson Alexandrino (amigo dela), o seu Algemiro (ex-prefeito). Esse pessoal, a dona Enedina tinha muita afinidade, politicamente. Talvez ela precisasse de algum favor,

eu não sei se ela era de algum partido ou outro. Ela era uma liderança. Antigamente, mais acirrada, a política partidária.

Percebeu-se na afirmação acima o quanto Enedina se beneficiava de favores políticos. Lidava sempre com o poder independente de partido político. Isso facilitava sua circulação pelos diversos espaços de Criciúma. Essa participação ainda se deve aos pequenos espaços percorridos por mulheres como Dona Enedina. Assim, o presente trabalho enfatizou uma breve participação da educadora, catequista nas eleições do município cricumense, representando aqui todas as mulheres que tiveram uma participação na política de Criciúma. Finalmente, para efetivar essa participação, refiro-me à primeira mulher a ser candidata ao legislativo nas eleições de 1958: Dona Yolanda Sônego.

4.4 O Carnaval como elemento identitário negro em Enedina

Neste tópico, abordarei sobre o carnaval sul catarinense como elemento definidor da identidade da cultura negra. Neste caso, falo especificamente da formação de grupos carnavalescos nas localidades de Roça Grande (Laguna) e Criciúma aqui representados na figura de dona Enedina.

Mesmo com a precária documentação formal, há o relato histórico feito pelas filhas de Enedina (Oneide e Onélia) quando nas entrevistas falam na trajetória carnavalesca da mãe. Na busca constante por literatura, encontrei em Naspolini (2000) uma narrativa ínfima contando a história da extinta Escola de Samba Vila Isabel, de cuja história Enedina faz parte.

Antes de tudo, houve a formação de blocos de carnavais em Roça Grande, conforme afirmou Oneide em seu depoimento:

Em Roça Grande tinha rivalidade entre branco e negro, assim blocos. Ela ensaiava o bloco negro e o bloco branco. Num ela fazia ganhar na música, ela fazia a letra do bloco de carnaval que eles cantavam. O branco, ela fazia ganhar na música, o negro ela fazia ganhar na fantasia, se não eles se matavam tudo. Ela não deixava o branco saber o que o negro ia ensaiar e não deixava o negro saber o que o branco ia ensaiar, era tudo sigilo. Aí tinha concurso, um ganhava na música e o outro na roupa. Ela ensaiava drama, ela ensaiava carnaval, ela adorava baile. Tu vê que lá na Samambaia a casa dela era o salão de baile. Nós morávamos no fundo e na frente era salão de baile. A nega era terrível!

Observou-se que, além da rivalidade entre os blocos, havia a separação pela cor da pele: um bloco era de componentes negros e o outro de brancos. Ainda assim, Enedina circulava entre os dois grupos a fim de orientá-los.

Em Criciúma, houve nos anos 1960 uma entidade associativa de carnaval: Vila Isabel, que era a mais antiga do município. Localizada na Vila Operária, a escolas de samba brilhantava os carnavais de outrora. Segundo Naspoline (2000), os cricumenses iam às ruas aplaudirem a escola que desfilava pelas vias públicas, tendo sua concentração na Praça Nereu Ramos.

Ainda parafraseando Naspoline (2000), naquela época, a escola de Samba Vila Isabel possuía uma diretoria na qual a filha de Dona Enedina estava inserida. Era Onélia Alano da Rosa (secretária), uma das entrevistadas para este trabalho, ao lado de Romeu Lopes Carvalho (presidente, conhecido como Romeu Pinicilina); já o departamento feminino era comandado por Carmem de Carvalho, a primeira dama da escola. Lê-se a seguir o depoimento de Oneide:

Aqui em Criciúma, a casa dela era o QG. As meninas era na casa dela e os homens era no Romeu Pinicilina. Eu costurava as fantasias, eu tirei o corte costura. Era tudo ali em casa. As moças trabalhavam na cerâmica e à noite iam tudo pra lá. A escola de Samba era a Vila Isabel, que hoje não tem mais. Quando o seu Romeu, era vivo, ele comandava a escola toda. O ensaio era na casa dele, a fantasia dos homens era na casa dele e na minha mãe era das mulheres. Tinha Vila Isabel escola de samba e tinha bloco também.

Viu-se o quanto a Vila Isabel na vida de cidadãos cricumenses, especialmente as mulheres as quais se empenhavam para a confecção de fantasias e alegorias para os desfiles. Só que, infelizmente, Vila Isabel faz parte do passado histórico do carnaval cricumense. É lamentável que uma escola com tanta tradição tenha desaparecido da memória deste município.

4.5 Desmistificando o preconceito e a discriminação em Enedina

O fato é que, ao longo da vida dessa mulher, sua formação profissional como complementarista no Grupo Escolar Jerônimo Coelho, sua atuação no magistério, seus sucessos, experiências, frustrações e discriminações sofridas na caminhada determinaram a definição da identidade individual e coletiva que ela mesma foi construindo na interação com os atores sociais.

Vê-se que a análise da construção identitária de Enedina é permeada por conflitos e lutas de classe, raça e gênero. A propósito, Oliveira (2006) afirma que “a construção da identidade é acompanhada de conflitos entre consciência de classe, raça e gênero, levando-as ora a se perder na ambigüidade do racismo à brasileira, ora ao encontro de si mesmas e do ‘nós’ coletivo negra e mulher” (p. 10).

Aparentemente, os brancos eram essencialmente amigáveis com a professora afro-descendente. Isso é possível perceber quando nos deparamos com os depoimentos dos ex-alunos encontrados nas entrevistas durante o percurso de minha pesquisa nos espaços percorridos. Em Rio Queimado, Neli Duarte afirmou que “não havia discriminação naquela época”. Por sua vez, Maria Teresinha Pieri Machado disse:

Olha, eu acho que não havia preconceito, sabe? Porque eu vejo assim, ó: como ela era uma pessoa muito bem quista, muito respeitada, eu não sentia isso: racismo [grifo meu]. Eu sentia ela uma pessoa muito amável com todos. Também não sei, de repente a gente sempre teve um carinho muito grande. A gente jamais pensava que ela pudesse sofrer algum tipo de preconceito, não sei não conheço.

Nos dois depoimentos fica evidente “o mito da democracia racial” que reinou a partir do início do século XX no Brasil e que persiste até hoje no imaginário coletivo, sobretudo na ideologia da professora entrevistada. Percebe-se nos depoimentos a negação do conflito, a negação do processo de exclusão e das formas mais sutis de preconceito. O projeto político de tornar o país o mais branco possível evidencia que reinou, ao longo da história do Brasil, um dramático processo de exclusão social. Assim, segundo Munanga (2006):

O caminho para acabar com a escravidão seria desembaraçar-se dos negros através de casamentos mistos sucessivos até que a cor fosse totalmente limpa. (...) o elogio da mestiçagem, os direitos cada vez mais reconhecidos aos mestiços são devidos a essa posição intermediária entre brancos e escravizados negros. Se o mestiço é reconhecido como homem completo, é essencialmente porque ele tem o precioso sangue branco e porque pode ser utilizado para fins políticos. (p 30)

Essa aparente de paz étnica e social reinante no imaginário da entrevistada nos alerta para o fato de que não havia concorrência econômica, política e social. A desigualdade aparece logo que os ambientes dos brancos são ocupados pelos negros. Isso porque, de acordo com Oliveira (2006), “os brancos parecem amigáveis com os negros que não lhes fazem concorrência econômica, política ou social. Brancos e negros só trabalham juntos fisicamente” (p. 11).

Nos relatórios escritos por Enedina e nas conversas gravadas com as filhas Oneide e Onélia, percebem-se indícios de lembrança de atitudes racistas na infância, na escola e na vida profissional de Enedina. Só que não se sabe como as filhas e a mãe interpretam esses conceitos. Será que é como preconceito ou como discriminação racial? Por isso, primeiramente, apresentarei as possíveis definições dos termos.

Preconceito, de acordo com Jones (apud Gomes, 1995, p. 58), “é o julgamento negativo e prévio dos membros de uma raça, uma religião ou dos ocupantes de qualquer outro papel social significativo e mantido apesar de fatos que o contradizem”. Uma atitude preconceituosa não é inata, mas pode ser aprendida no contexto em que o indivíduo está inserido. Ou seja, é nas relações sociais com a família, a escola, os vizinhos, a igreja e com os amigos que nascem os indícios de preconceito.

No caso do sujeito desta pesquisa, a atitude preconceituosa que surgiu contra ela foi quando assumiu o lugar de uma pessoa branca sem qualificação profissional, sendo ela negra com formação. Está claro que se a situação fosse inversa, na época, não haveria questionamento por parte da comunidade de Pescaria Brava. Eles não aceitaram Enedina na comunidade escolar por divergência política e por preconceito. Assim, a filha Oneide nos dá mais detalhes do episódio:

Ela [Enedina] foi transferida pra Samambaia, mas com esse negócio de política, transferiram pra Pescaria Brava. Quando chegou lá, eles também ficaram com raiva porque a negra tirou o lugar da branca. Falaram pra ela não tomar água do poço porque eles tinham colocado veneno pra ela morrer. Aí ela voltou para Imaruí, fez queixa e tudo, e eles botaram ela de novo para Samambaia. Ela ficou 15 anos na Samambaia.

Nota-se que a educadora não só sofreu o duplo preconceito: político e racial, como ainda teve de enfrentar ameaças indesejadas nessas comunidades. Quer dizer que não bastava ter formação na sociedade da época, era preciso ser “branca”. Esse fato demonstra o quanto Enedina era politizada e convicta de sua ideologia partidária, pois nem o afastamento a fez negar os seus ideais.

Sabe-se que a história oficial contada nos livros didáticos de nossas escolas trabalha a questão racial apresentando o negro apenas como escravo. Isso nos dá a impressão, segundo Gomes (1995), que os africanos trazidos para o Brasil possuíam uma vida indigna desde que haviam sido capturados pelos mercadores de escravos.

Só hoje, no contexto educacional brasileiro, há educadores com atitudes inovadoras que desmistificam a visão do negro imposta nos livros didáticos. Esses professores trazem à tona outra versão da história do negro para as salas de aula, com projetos, debates e discussões acerca da real identidade do afro-descendente.

Infelizmente, a referência que se tem do negro hoje é relacionada a indivíduos em situação de pobreza, ocupando cargos de baixos salários e baixo status social, uns ocupando os presídios, outros cadastrados nos programas sociais do governo, prestando serviços de baixa remuneração e sem qualquer qualificação e ainda dormindo nas ruas. Somando tudo isso às crises que o país tem atravessado nos últimos anos, aos estereótipos dedicados aos negros e mais ainda às piadas proferidas tanto pela escola quanto pela mídia, o preconceito se torna cada vez mais forte no cotidiano dos brasileiros. Nesse sentido, Gomes (1995, p. 59) reafirma que:

Toda e qualquer abordagem sobre preconceito racial que não analisa a sua construção dentro de espaços sociais determinados é insuficiente. A perpetuação do preconceito nos revela a existência de um sistema social racista que possui mecanismos para operar as desigualdades raciais da sociedade.

Além da discriminação, é preciso ainda falar sobre discriminação racial, que pode ser considerada como a prática social do racismo e do preconceito. Gomes (2001) afirma que os dois últimos termos estão no âmbito das doutrinas, na concepção de mundo, na visão histórica, nas atitudes, nas crenças e nos comportamentos; já a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam, sendo vista como o comportamento coletivo observável.

Portanto, será preciso trabalhar o conceito de discriminação racial, o qual abre um espaço exatamente para aquele que mais sofreu ação discriminatória por mais de um século no Brasil: o negro. Assim, a dimensão da discriminação racial, segundo Gomes (2001, p. 60), só pode ser dada por quem a sofre. No caso da pesquisa, essa dimensão de que fala a autora poderia ser apresentada por Enedina, porém ela foi posta pelas filhas, nas entrevistas, e pela própria Enedina, nos seus relatórios. Confirma-se em Gomes (2001, p. 62) que:

O preconceito racial é um fator importante para essa discussão, porém, se for considerado como principal foco de análise para estudar a questão racial no Brasil, poderemos incorrer no erro de realizarmos estudos e pesquisas que partam somente do ponto de vista daquele que exerce a ação, ou seja, o portador do preconceito.

É por isso que nesta pesquisa procurei ouvir não só as filhas de Enedina, mas também ex-alunas, colaboradores e pessoas que a conheceram. Isso aconteceu para não apenas obtermos informações do ponto de vista do sujeito da pesquisa, mas também da visão de quem viveu com Enedina. Vi, ainda, que as ações discriminatórias aconteceram dentro do âmbito escolar desde a infância, quando ainda estudava no Grupo Escolar Jerônimo Coelho, até as instituições de ensino onde trabalhou.

4.6 Rompendo o duplo bloqueio: gênero e etnia

Neste tópico, pretendo não só mostrar as desigualdades entre homem e mulher no exercício da profissão e da cidadania, mas também alertar para a importância da função materna; a escolha profissional (alfabetizadora); a relação entre gênero e educação; as relações de gênero, que podem variar de acordo com a religiosidade, as relações políticas e a cultura de cada local.

Primeiramente, quero definir a categoria gênero ligada à etnia, raça e classe social, depois como diferenças biológicas de macho e fêmea e, finalmente, à história das mulheres como parte da dominação masculina. Assim, Almeida (apud Oliveira, 2006) diz:

O conceito de gênero como categoria científica passou a ser associado aos conceitos de raça e de classe social. O conceito surgiu entre a militância feminista que propunha, primeiramente, o reconhecimento da existência da desigualdade, depois, a luta pela eliminação desta. (p. 40)

Durante todo o processo de reconstrução da identidade de Enedina, percebeu-se que gênero, de acordo com Audad (apud Oliveira, 2006), “não é sinônimo dos sexos masculinos e feminino, mas uma categoria teórica correspondente ao conjunto de significados, símbolos e atributos que cada sociedade constrói, mediante sua história, para caracterizar e diferenciar cada um dos sexos.”

As diferenças biológicas entre homens e mulheres, assim como os papéis adequados a eles e a elas, “são percebidos e interpretados segundo as construções de gênero de cada sociedade. Em nossa sociedade, ser homem ou mulher e pertencer ao gênero masculino ou feminino envolvem criar uma identidade em

oposição à do sexo que não é o seu – o sexo oposto –, distanciando-se dele e negando-o” (Audad apud Oliveira, 2006, p. 35).

Joan W. Scott (apud Oliveira, 2006), afirma que a diferença sexual não é a causa originária da qual a origem social poderia derivar. Ela é uma estrutura social móvel, segundo Scott (apud Oliveira, 2006), que deve ser analisada em diferentes contextos. Assim, a história das mulheres é uma história de dominação masculina, e o gênero é o princípio geral da organização do mundo, uma vez que foram os homens que construíram as regras, que organizaram as sociedades.

No caso de Enedina, dentro da organização social feminina, percebe-se a sua individualidade de mulher negra, que sempre buscava recursos, agindo só em prol da comunidade. Assim, a filha Onélia afirma:

Ela fazia a política da boa vizinhança, a política que hoje seria a social, que ela atendia as pessoas pobres, fazia catequese, e muitas crianças pobres que não tinham como se arrumar para a catequese, ela dava um jeito. Ela conversava com as amigas ou ela ia e comprava, ela dava o jeito para vestir aquela criança pobre para não ficar inferior.

Diante dessas afirmações, a concepção de ação social como ato de misericórdia cristã era o que a identificava, assim como a sua atuação feminina, que não chegava a confrontar a tradição e a hierarquia da Igreja Católica e dos partidos políticos e da sociedade onde ela vivia. De certa forma, ela negociava identidades e espaços de atuação para exercer não só a cidadania, mas ainda impor condições de igualdade entre as crianças. Mais do que rebeldia, o que caracteriza Enedina é a capacidade de adaptação, sobrevivência, negociação e teimosia.

Portanto, a categoria de gênero está estreitamente ligada à organização social. Isso porque o gênero também se nutre de outros sistemas de como classe, raça e etnia. É nesse sentido que não se pode entender a classe, a raça sem considerar o gênero.

4.7 Desmistificando os conceitos de negro e negritude

Desde o início, o foco desta pesquisa é a mulher negra e alfabetizadora, bem como sua representação nos grupos religiosos e políticos da região sul catarinense. Desse modo, a cor da pele e a origem social de Enedina nos remetem à história de luta e experiências pedagógicas ao longo de sua carreira.

É nesse sentido que conceituo os termos “negro” e “negritude”, os quais carregam lembranças de luta na construção da identidade. Utilizo o vocábulo “negro”, pois remete a um sujeito histórico (Enedina) e às diversidades raciais e culturais que fazem parte do círculo desse sujeito.

Certamente, há uma certa ignorância em relação à história antiga dos negros e às diferenças culturais, por parte da elite branca. Por isso, parafraseio Munanga (1988) reafirmando que os preconceitos étnicos desmoralizam completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais. Isto me faz avaliar o quanto o negro vem sendo subestimado intelectualmente, mesmo com formação acadêmica.

Munanga (1988) define alguns traços fenotípicos do indivíduo de descendência africana. Para ele:

Negro torna-se, então, sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de uma mentalidade pré-lógica. E, como o ser humano toma sempre o cuidado de justificar sua conduta, a condição social do negro no mundo moderno criará uma literatura descritiva dos seus pretendidos caracteres menores. O espírito de muitas gerações européias foi progressivamente alterado. A opinião ocidental cristalizara-se e admitia de antemão a verdade revelada negro = humanidade inferior. À colonização apresentada como um dever, invocando a missão civilizadora do Ocidente, competia a responsabilidade de levar o africano ao nível dos outros homens. (p.9)

Voltando ao sujeito desta pesquisa, vê-se que a alfabetizadora precisou capacitar-se intelectualmente para romper o sinônimo de inferioridade. Entretanto, em certos momentos, ao assumir sua negritude, Enedina mantém a mesma condição de outros negros que saíram da clandestinidade.

De acordo com Munanga (1988, p. 9):

Foram reconhecidos nos negros os dons artísticos ligados à sua sensibilidade de animal superior. Tal clima de alienação atingirá profundamente o negro, em particular o instruído, que tem assim ocasião de perceber a idéia que o mundo ocidental fazia dele e de seu povo. Na seqüência, perde a confiança em suas possibilidades e nas de sua raça, e assume os preconceitos criados contra ele. É nesse contexto que nasce a negritude.

Assim, a compreensão das circunstâncias históricas em que surgiu a negritude, encontram-se arraigadas no cotidiano escolar/familiar/profissional da educadora do sul catarinense. Isso porque, como já foi enfatizado, deve-se considerar as características discursivas nos ambientes de Enedina: escola, igreja, política e carnaval.

Quanto às características gerais do negro brasileiro, será preciso atentarmos para alguns traços físicos, considerados imprescindíveis das diferenças étnicas. Assim, segundo Munanga (1988, p. 14):

Embora reconhecendo as diferenças físicas e culturais entre negros encontrados no continente, os europeus ficaram mais impressionados pelos aspectos que vários povos tinham em comum: a cor da pele, o cabelo, a forma do nariz e dos lábios, a forma da cabeça etc. Desses traços físicos, considerados elementos coletivos, “montou-se” um negro geral.

Em cima dessa imagem, de acordo com Munanga, tenta-se mostrar todos os males do negro por um caminho: a ciência. O fato de ser branco foi assumido como condição humana normativa e o de ser negro necessitava de uma explicação científica. Uma primeira tentativa foi a de pensar o negro como um branco degenerado, caso de doença ou de desvio à norma.

Assim, as teorias racistas apontam que a pigmentação escura da pele só podia ser por causa do clima tropical, bastante quente. Só que isso foi considerado insuficiente, ao se constatar que alguns povos que viviam na América do Sul nunca se tornaram negros. Então, tentou-se encontrar outra justificativa para a cor do negro: na natureza do solo e na alimentação, no ar e na água africanos.

A cor da pele escura e o cabelo crespo, segundo Paul Broca (apud Munanga, 1988), estão ligados à inferioridade, enquanto a pele clara e o cabelo liso são atributos comuns aos povos mais elevados da espécie humana. Pescoço, nariz, pernas, dedos e órgãos sexuais do negro foram analisados e considerados provas de sua diminuição intelectual, moral, social e política.

Não contentes com essa degeneração, aceitou-se, conforme Munanga (1988), outra explicação de ordem religiosa baseada no mito hebraico em que os negros são descendentes de Cam, filho de Noé, amaldiçoado pelo pai por lhe ter desrespeitado quando o encontrou embriagado, numa postura indecente.

Observa-se, ainda, que na simbologia das cores da civilização europeia a cor preta representa uma mancha moral e física, a morte e a corrupção; já a branca refere-se à vida e à pureza. Assim, a Igreja Católica fez do preto a representação do pecado e da maldição divina. Nesse sentido, Deus é sempre visto como um branco velho de barba e o diabo um moleque preto com chifrinhos e rabinho.

Entende-se que a desvalorização e a alienação do negro se devem a tudo o que o toca: o continente, os países, as instituições, o corpo, a mente, a língua, a

música, a religião entre outros. Seu continente é muito quente, malcheiroso, de geografia pobre. Assim, ser negro é uma degeneração devida à temperatura bastante quente.

O negro sempre foi colocado à margem da história, da qual nunca é sujeito, mas sempre objeto. Por isso, acaba perdendo o hábito de qualquer participação ativa, inclusive o de reclamar. Não possui nacionalidade nem cidadania, pois a sua foi sufocada pelo colonizador que não o entende. Assim, o negro perde a esperança de ver seu filho tornar-se cidadão.

Então, a educação, que é a herança social de um povo, foi legada às futuras gerações e inscritas na história. Sabe-se que os filhos dos negros foram privados e proibidos da escola tradicional, e a única possibilidade é o aprendizado do colonizador.

Certamente, não foi o que ocorreu com a educadora Enedina, pois a família a manteve no Grupo Escolar Jerônimo Coelho, onde foi assimilando os valores dos brancos.

Sabe-se que o embranquecimento do negro se dá pela assimilação dos valores culturais do branco. Assim, parafraseando Munanga (1988), o negro vai se vestir como europeu e consumirá alimentação estrangeira, tão cara em relação ao seu salário. O rompimento das fronteiras de assimilação acontecerá pelo domínio da língua colonizadora. Por isso, todo povo colonizado sempre admirou as línguas invasoras, que achava mais ricas do que a sua.

Uma outra maneira de embranquecer, como se enfatizou no capítulo 3, está nas relações sexuais entre a mulher negra ou mestiça com o homem branco e vice-versa. Paul Broca (apud Munanga, 1988) acreditava que essa união era estéril e, se fecunda, o ser gerado seria incapaz de se desenvolver tanto no plano físico e moral. Desde então nasceu o preconceito que ainda persiste entre os mestiços, que são considerados fracos física e moralmente.

De acordo com Munanga (1988), além dos abusos exercidos nas filhas e empregadas domésticas, correntes no contexto colonial caracterizado pela relação de força, houve raras situações em que um homem branco viveu regularmente com uma mulher negra ou mestiça. Frantz Fanon (apud Munanga, 1988) narra situações em que a mulher intelectual negra quer de qualquer jeito embranquecer-se através

do casamento com um branco e outras em que a mestiça persiste nessa tentativa para não regredir no esforço de ascensão social e de salvação da raça.

Infelizmente, diz Munanga (1988), o esforço do negro para se tornar branco não obteve o sucesso que ele esperava. Eles se vestiam à européia, de terno, óculos, relógio e caneta no bolso do paletó, fazendo um enorme esforço para pronunciar adequadamente as línguas das metrópoles.

Só que as lojas, cinemas e restaurantes reservados aos brancos não lhes foram abertos. Nesse caso, o esforço do negro em vencer o desprezo, em vestir-se como o branco colonizador, falando sua língua e comportando-se como ele, recebe em troca a zombaria do colonizador que o chama de ridículo.

Em contrapartida, o negro recusa a assimilação dos valores culturais eurocêntricos. Então, Munanga (1988, p. 32) reafirma:

A situação do negro reclama uma ruptura e não um compromisso. Ela passará pela revolta, compreendendo que a verdadeira solução dos problemas não consiste em macaquear o branco, mas em lutar para quebrar as barreiras sociais que o impedem de ingressar na categoria dos homens. Assim, abandona-se a assimilação, a libertação do negro deve efetuar pela reconquista e de uma dignidade autônoma.

Assim, ao se aceitar, o negro afirma-se cultural, moral, física e psiquicamente. O negro reivindica, com paixão, a mesma cultura que o fazia admirar e assimilar o branco. Ele assumirá a cor negada e verá nela traços de beleza e de feiúra como qualquer ser humano “normal”.

O simples fato de o indivíduo aceitar-se negro, reconhecendo sua história e sua cultura, define o que é negritude. Césaire (apud Munanga, 1988) define negritude em três palavras: *identidade, fidelidade e solidariedade*. Para ele, *identidade* é assumir plenamente, com orgulho, a condição de ser negro. Já *fidelidade* é uma ligação com a terra-mãe, cuja herança é prioridade. E *solidariedade* é o sentimento, para Césaire com o qual se une aos negros do mundo inteiro. Isto faz com que se preserve a identidade.

Sabe-se que as definições de negritude têm duas interpretações: uma mítica e a outra ideológica. Para Bernard (apud Munanga, 1988), a primeira almeja um retorno às origens africanas; já a segunda propõe um modo de ser negro, impondo uma negritude agressiva ao branco.

De acordo com Munanga (1988), mitologicamente, deve-se interpretar a negritude como realidade voltada ao passado, sonhadora, contemplativa e auto-

suficiente e não combativa, voltada para o futuro. Ele acredita que o mito é importante a fim de estabelecer uma nova ideologia.

Psicologicamente, “a negritude seria um conjunto de traços característicos do negro no que se refere ao comportamento, capacidade de emoção, personalidade e alma” (Munanga, 1988, p. 53). Já criticamente,

a negritude nasce de um sentimento de frustração dos intelectuais negros por não terem encontrado no humanismo ocidental todas as dimensões de sua personalidade. Neste sentido, ela é uma reação, uma defesa do perfil cultural do negro. Representa um protesto contra a atitude do europeu em querer ignorar outra realidade que não a dele, uma recusa da assimilação colonial, uma rejeição política, um conjunto de valores do mundo negro que devem ser reencontrados, defendidos e mesmo repensados. (p. 56)

De acordo com (Munanga, 1988), o movimento da negritude foi criticado por querer unir artificialmente povos geográfica, histórica e culturalmente diferentes, que se inserem no contexto das civilizações com motivações e destinos econômico-políticos diversos, às vezes opostos. Portanto, cada grupo de negros deve adaptar-se e reajustar o conteúdo de sua negritude, respeitando sua especificidade social, econômica, política e racial.

4.8 Uma visão de racismo, raça e etnia

Verificou-se, durante o percurso de entrevistas, que tanto a filha Onélia quanto Enedina e as ex-alunas sugerem que havia um racismo velado, mas sentido nos gestos e nas atitudes das pessoas que rodeavam a educadora. Percebem-se, no imaginário das instituições por onde passou, os estereótipos da passividade do negro. É o que se confirma no discurso de dona Maria Teresinha Pieri: “Olha, eu acho que não havia preconceito, sabe? Porque eu vejo assim ó, como ela era uma pessoa muito bem quista, muito respeitada, eu não sentia isso [racismo]”.

Esse ocultamento do preconceito no Brasil não deve ser fenômeno estranho aos pesquisadores da história e da sociedade em que vivemos. O pesquisador Munanga (1996) comenta que “o racismo brasileiro na sua estratégia age sem demonstrar a sua rigidez, não aparece à luz; é ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente em seus objetivos” (p. 214-5). Essa é a tendência típica do brasileiro, mesmo esclarecido, negar a discriminação.

Primeiramente, será preciso entender as principais definições de racismo para não confundi-lo com discriminação. Assim, Santos (1998) reafirma que:

Racismo é um sistema que afirma a superioridade racial de um grupo sobre outros, pregando, em particular, o confinamento dos inferiores numa parte do país (segregação racial). Este conceito pode tanto aumentar quanto diminuir o tamanho. Assim, pretos e brancos não são uma raça, mas apenas conjuntos de indivíduos que têm essas cores: nada mais. Negros e brancos são povos, grupos de pessoas de raças distintas que vivem juntas num mesmo território. (p.10)

De acordo com Santos (1988), “em 1936, mesmo no mundo científico, muita gente acreditava em raças puras, porém hoje se sabe que elas nunca existiram” (p. 12). Dificilmente algum grupo humano se manteria puro, sem mistura. Caso isso ocorresse, o grupo desapareceria. Assim, o que chamamos de “raça é apenas um elenco de características anatômicas: a cor da pele, a textura do cabelo e a altura dos indivíduos” (p. 12)

Os racistas têm naturalmente interesse em definir o racismo como uma característica da natureza humana, e como essa natureza é vista como imutável, o racismo jamais desaparecerá.

O racismo, de acordo com Santos (1998, p. 35), está depositado no mais fundo da cabeça dos homens, assim como certas sementes que resistem às mais violentas mudanças de temperatura, e subitamente, voltam a brotar. Concordo com esse autor, porém creio que o racismo, muito mais do que na cabeça, está nas palavras, atitudes e instituições socialmente constituídas.

Continuando a reflexão sobre os conceitos de racismo, Zilá (1994, p. 11) afirma que:

Racismo é a teoria que sustenta a superioridade de certas raças em relação a outras, preconizando ou não a segregação racial ou até mesmo a extinção de determinadas minorias.

Está comprovado que há desigualdade étnica, mas isso porque há diversidades geográficas e culturais, e não diferenças biológicas. Assim, não estamos autorizados a falar em superioridade ou inferioridade racial, existindo assim uma diversidade cultural.

Em sentido estrito, racismo, conforme Zilá (1994), refere-se unicamente às diferenças biológicas (cor da pele, dimensões do crânio, forma do nariz...) entre nós e o outro. Já em sentido amplo, o termo *racismo* é impropriamente aplicado, pois a discriminação não se exerce mais contra determinadas características atribuídas a uma raça, mas a diferenças de ordem física, moral e comportamental.

Compreendo a complexidade de discutir a questão do racismo, já que ele existiu na professora negra que conheci. O racismo, para Gomes (1995), é um comportamento, uma ação resultante da aversão para com as pessoas que possuem traços diferentes, tais como: cor da pele, tipo de cabelo. Mas também é uma ideologia, uma doutrina referente às raças humanas na qual se conjectura a existência de raças superiores e inferiores.

Enedina sofreu um racismo velado, camuflado, pois não se vê hoje o nome da alfabetizadora em escolas da região sul catarinense, por exemplo. É o que ocorre com o nome da creche (Vó Enedina), hoje extinta, noticiada pelo jornal **A Tribuna**, em 1977. O que quero dizer é que não há memória no cotidiano nem no imaginário social para lembrar que aqui no Sul do Brasil viveu uma professora negra que ensinou crianças, jovens e adultos durante 50 anos.

É preciso compreender o racismo dentro do contexto histórico da escravidão, segregação, discriminação e preconceitos, porém é necessário compreender as diferentes heranças culturais. Assim, para entender o racismo, recorre-se a Jones (apud Gomes, 1995), que afirma que o racismo:

A supressão categórica de uma determinada cultura vista como subordinada. Pode-se, todavia, ser compreendido como a imposição de valores da cultura dominante aos participantes das culturas que se pretende dominar. (p. 54)

Parafraseando Gomes (1995), constato que a escola do sul catarinense elegeu a cultura européia como padrão, quer nos aspectos religiosos (catolicismo: festa de santos padroeiros), quer nos aspectos físicos. Essa visão eurocêntrica privilegia a cultura branca e vê os outros grupos apenas como contribuintes da cultura local.

Jones (apud Gomes, 1995) afirma que há três tipos de racismo: *o racismo individual, o institucional e o cultural*. No racismo individual, há dois tipos de racistas: *o dominador*, o qual é representado por indivíduos preconceituosos e manifestado através de atitudes negativas ou aversão aos negros; e *o aversivo*, que não apresenta um comportamento explícito para exprimir o preconceito, mas pode-se referir a um negro como uma “exceção à raça”, ou não deseja manter relações com negros, mesmo que não exprima esse sentimento com muita frequência.

Vejo que na sua trajetória, Enedina sentiu na pele o racismo individual, como já foi frisado antes, quando foi rejeitada na Pescaria Brava. Nessa localidade, houve uma aversão por parte da comunidade à presença da professora Enedina.

O segundo tipo de racismo é o institucional e pode ser definido como as práticas, as leis e os costumes estabelecidos que refletem e provocam desigualdades raciais na sociedade. Ele se manifesta na economia, no sistema jurídico e na educação, e esta última esfera tem sido minimizada com as Lei Municipal n. 3.410 de 4 de abril de 1997 e a Lei Federal n. 10.639/03, as quais incluem obrigatoriamente no currículo escolar a História e Cultura Afro-brasileira. A partir daí as instituições públicas e privadas passam a ser fiscalizadas não só na aplicabilidade da Lei, mas também nas denúncias contra o racismo em ONGs como a ACR (Anarquista Contra o Racismo) que há aqui no município de Criciúma.

Já o terceiro tipo de racismo é o cultural, o qual deposita na cultura dominante o controle pelo exercício do poder sobre o povo negro. Isto, para Jones (apud Gomes, 1995), é o racismo cultural, que determina como superior os padrões brancos e manifesta-se pela supremacia cultural, considerando as outras culturas inferiores, impedindo muitas vezes que os negros atinjam os padrões culturais ditos como superiores.

Mesmo com toda a polêmica dos estudos sobre o racismo, creio que o sujeito desta pesquisa sofreu o racismo denominado institucional quando morava na localidade de Samambaia (Imaruí), sendo impedida de assumir a escola em Pescaria Brava. Só que é preciso ter cuidado para não simplificar o termo racismo a essas três definições, pois ele tem assumido proporções diversas, especialmente nas escolas.

Há no meio acadêmico uma polêmica quanto à utilização do termo raça, pois há apenas uma raça: a humana. Os antropólogos, segundo Gomes (1995, p. 48), rejeitam esse termo, preferindo etnia, porque veem proximidade entre raça e antropologia física. Concordo com a autora quando afirma que “muitos autores não chegam a um acordo sobre a utilização do termo, devido aos seus antecedentes históricos ligados à ideia de dominação político-cultural”. Na leitura dos textos durante o meu percurso de pesquisadora, percebi essa oscilação entre os termos raça e etnia.

Então, neste tópico, discutirei ambos os termos, embora reconheça a relevância teórica que tem o termo etnia devido à sua dimensão histórica, cultural e social. Assim, quando se discute a situação do negro brasileiro, o termo raça parece mais apropriado para discutir as questões diretamente relacionadas ao racismo.

Gomes (1995, p. 49) afirma que “o Movimento Negro e os Sociólogos, quando usam o termo raça, não o fazem mais alicerçados na ideia de raças superiores e inferiores, como originalmente foi usado”. A autora ainda reafirma que ambos utilizam raça porque a discriminação racial e o racismo brasileiro acontecem não só pelos aspectos culturais dos representantes das diversas etnias, mas devido aos atributos socialmente observáveis nos indivíduos pertencentes à mesma etnia.

O que se observa é que a cor da pele é o elemento que mais contribui para inferiorizar o indivíduo na sociedade brasileira. Isso não foi diferente com a população negra do sul catarinense, a qual é invisível tanto na história oficial local quando na história de Santa Catarina. É o caso da professora Enedina, que, espero, se tornará visível nesta pesquisa, e para mergulhar no seu universo, tive de recorrer à memória das pessoas com quem a educadora conviveu, as comunidades por onde passou, as escolas onde trabalhou, as atividades que desempenhou.

Durante os momentos em que estive com os entrevistados na pesquisa, houve pouca alusão à aparência física de Enedina. Ou seja, não se emitiu opinião, do ponto de vista do fenótipo como sendo elemento caracterizador da invisibilidade de Enedina. Apenas as filhas Oneide e Onélia afirmaram que ela “era a mais preta dos Alanos”, como já havia frisado antes. E ainda em nenhum momento se questionou a capacidade intelectual de Enedina, já que ela era alfabetizadora, possuía erudição e capacidade de comunicação escrita. Então, questiona-se por que a história oficial não faz referência à Enedina professora/catequista/militante política? Será que a situação socioeconômica da educadora (por ser moradora de bairro) interferiu nessa invisibilidade histórica?

Essa situação nos remete à história do negro na sociedade brasileira. De acordo com Gomes (1995), o fenótipo é um fator determinante e remete a traços à raça negra. Nesse sentido, a autora diz que “a tendência será um menosprezo à capacidade intelectual, uma baixa expectativa quanto à situação sócio-econômica, quanto ao status e uma distorção dos valores culturais” (p. 49).

Desse modo, não é possível excluir o termo raça desta pesquisa. Até porque aqui o termo não é utilizado para determinar as características biológicas, tais como cor da pele, do cabelo e traços físicos (nariz, boca). Antes disso, utilizo-o no seu sentido político, histórico, social e cultural, “a partir de relações concretas entre grupos sociais em cada sociedade” (Gomes, p. 49).

Ainda parafraseando Gomes (1995), esse conceito pode ser aplicado à sociedade brasileira, já que o imaginário social, ao se referir aos negros, não dispensa as características fenotípicas como fator importante para se analisar a pertinência racial e as relações raciais na sociedade.

Continuando a parafrasear a autora sobre o uso do termo raça, rejeita-se o determinismo biológico e se incluem três dimensões para analisar a questão racial: *a geográfica, a histórica e a política.*

A dimensão geográfica remete à ancestralidade comum que teve origem numa localização específica, sofrendo influências do clima, da adaptação ao ambiente, das formas de economia e comércio.

O espaço geográfico de Enedina foi o município de Laguna, sua terra natal e mais especificamente o Grupo Escolar Jerônimo Coelho. Essa localidade remete à sua ancestralidade: a mãe Teodora e a avó paterna que a levou para casa, dando-lhe educação, isso porque o pai foi mandado para o exército para não se casar com a filha da lavadeira pobre. Veja o que diz Oneide:

Aí, a minha vó por parte do pai dela, minha bisavó, não deixou o filho casar com a mãe dela porque era pobre. O Alano não deixou casar com a Teodora Marques, que era lavadeira, porque era pobre. Aí, ela criou-se com a mãe dela, até os dez anos, com essa lavadeira, era muito pobre.

Já na dimensão histórica, o processo de ascendência e descendência mostra que os grupos sociais constroem historicamente a sua trajetória, atuando enquanto sujeitos, influenciando e modificando a sociedade da qual fazem parte através do trabalho e da herança cultural. Assim, é pela história da vida de Enedina que se soube do racismo nas comunidades escolares onde trabalhou, especialmente na comunidade de Pescaria Brava. Já a história de Enedina ocorreu nas Escolas Isoladas rurais, onde alfabetizou crianças e jovens.

A dimensão política, parafraseando Gomes (1995), permite-nos afirmar e provar o quanto não se pode discutir o racismo no Brasil, sem destacar que a discriminação existente em nossa sociedade não é somente étnico-cultural, mas

possui uma dimensão racial, pois os atributos físicos é que dão a pertinência racial dos indivíduos e não a sua origem étnica. No caso do sujeito desta pesquisa, a origem étnica não é só negra. Isso porque a mãe era negra e o pai era mulato claro, de origem espanhola, o que se confirma no depoimento de Oneide: “Alanos são espanhóis, vieram da Espanha”.

Gomes (1995), na dimensão política, atribui o sentido de raça à questão do fenótipo. Como a raça é constituída socialmente, nota-se que, fenotipicamente, muitos negros são considerados brancos no Brasil. Assim, pelo que se ouviu nos depoimentos das filhas de Enedina, a família Alano, sobrenome do pai, possuía fenótipo mais claro que a da mãe.

Discute-se, ainda, a oposição entre raça e etnia, sabendo que o primeiro termo tem sido substituído pelo conceito de etnicidade ou grupo étnico. Sabe-se, entretanto, que na discussão ideológica do termo étnico não é possível discuti-lo sem remetê-lo ao termo raça. Então, permito-me primeiramente citar a conceituação de Bobbio (apud Gomes) quanto à etnia, etnicidade e grupo étnico: “Etnia é um grupo social cuja identidade se define pela comunidade de língua, cultura, tradições, monumentos históricos e territórios” (Bobbio apud Gomes, 1995, p. 51).

O grupo étnico se perpetua por meios biológicos, compartilha de valores culturais fundamentais, tem um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como constituinte de uma categoria distinguível de outras categorias da mesma ordem (Barth apud Gomes, 1995). É por isso que não se forma etnia com grupos isolados, mas sim pelo contraste. Assim, a noção de identidade étnica se dá pelo relacionamento com o grupo.

Esse mesmo autor conceitua etnicidade, que é uma forma de organização social baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem. Para esse autor, o conceito ainda remete aos estudos dos processos variáveis e nunca terminados pelos quais os atores identificam-se e são identificados pelos outros pela dicotomia: Nós/Eles, estabelecidas a partir de traços culturais que se supõe derivados de uma origem comum e realçados nas interações raciais (Barth apud Gomes, 1995).

Vê-se a importância do termo étnico para tratar da questão racial na medida em que ela retoma a questão cultural e histórica dos negros brasileiros. Esse termo nos permite resgatar os ancestrais africanos bem como a cultura que se constitui do

povo negro. Isso me permite, ainda, a realização dos estudos sobre as relações raciais, incluindo nesta pesquisa a história e a participação de Enedina no cenário educacional, político e religioso no sul catarinense.

Voltando à discussão de Gomes (1995), que foi uma das primeiras pesquisadoras a discutir sobre as professoras negras, ela reconhece a contribuição que o grupo étnico traz ao questionar a noção de raça, desmistificando a idéia que existem raças superiores e inferiores. Assim, segundo ela, ampliou-se a discussão sobre o racismo, dando ainda espaço para pesquisa acadêmica.

Assim, tanto a escola quanto os profissionais que dela fazem parte têm dificuldade de captar o peso do racismo e da discriminação racial. É por isso que se deve abrir mais as discussões nas escolas para os conceitos aqui explicitados.

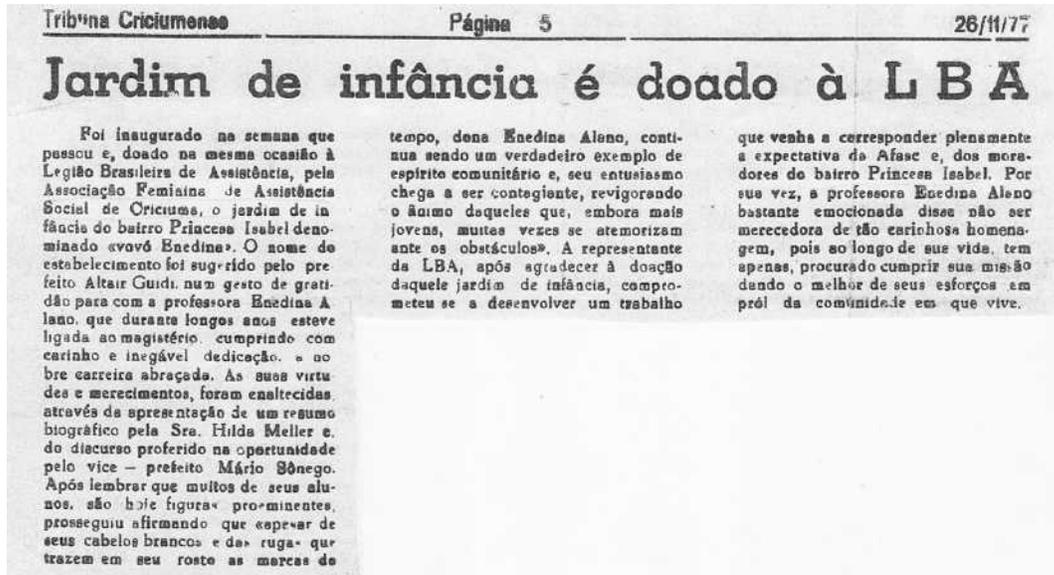
4.9 Homenagens à alfabetizadora Enedina

Durante a pesquisa, o que mais me chamou atenção foi a fragilidade da memória das pessoas ouvidas/entrevistadas sobre Enedina. O fato de haver homenagens à educadora do sul catarinense não significa dizer que foram verdadeiras. Observou-se que tais homenagens foram tardias, superficiais e no caso da Creche Vó Enedina foram feitas e desfeitas. Isto porque anos mais tarde a creche foi desativada e recentemente foi reinaugurada com o nome de outra professora. Isto demonstra o descomprometimento das autoridades locais com a memória de pessoas que fizeram parte da comunidade.

Notou-se ainda que essas homenagens foram aparentes, não abrindo o espaço à educadora enquanto esteve trabalhando. E ainda, muitas das atividades eram político-partidárias, pois ela trabalhou durante a campanha de Altair Guidi para prefeito de Criciúma. Neste caso, parece que Altair Guidi se sentiu na obrigação de homenageá-la em alguns momentos: nome da creche, cidadã honorária da Câmara dos Deputados Estaduais. Mesmo assim, Enedina não ocupou os espaços centrais porque estes foram destinados às pessoas cujos sobrenomes tivessem uma raiz européia.

Trago à tona essas homenagens não no sentido de fazer de Enedina uma heroína, mas sim para mostrar às pessoas o quanto suas memórias foram sendo

apagadas ao longo dos anos. Então, lê-se a seguir uma reportagem sobre a Creche Vó Enedina:



Lê-se no depoimento de Onélia sobre o funcionamento da creche no bairro Operária Nova:

A primeira creche do bairro foi Vó Enedina. Foi ali numa casa branca, que era a casa do seu Maurino Fernandes, depois passou ali pra aquela casa que é do Joca Rodrigues e continua sendo dele ainda (a creche). Aí funcionou ali, que naquele tempo era LBV. Aí funcionou ali muitos anos e depois eles levaram lá pra casa do Aristide Zamboni. A creche funcionou muito tempo na casa dele. Aí passou para o município, eu acho, e acabaram com a LBV, né. LBA, acho que naquela época era LBA, aí a prefeitura é que ficou com as creches, e lá ainda ficou um bom tempo lá, Vó Enedina.

Percebe-se em ambos os depoimentos, que pairam dúvidas a respeito da real localização da creche.

Era uma experiência da LBA, que era um órgão nacional que cuidava dessas coisa. Então, quando isso aí não deu certo, a LBA teve que mudar de local, a prefeitura, mas aí já foi no segundo governo do Altair, faltava creche ali. Ah! Não, no primeiro governo sabe o que aconteceu, a gente tinha aquele centro comunitário e aí a creche foi pra ali. Depois de alguns anos a LBA abandonou o bairro, aí nós fizemos o centro comunitário, com espaço pra creche e foi ali a creche durante muitos anos.

Como já foi dito, nota-se quão contraditórios são os depoimentos dos Onélia e Sandra Guidi. É lastimável como no próprio discurso de Sandra há invisibilidade quanto ao nome da creche que ela afirma ser o nome do parque.

E depois o Altair fez um parque de crianças lá na creche e a gente colocou o nome de "Vovó Enedina". Era mais o parquinho. A creche era da LBA, que foi lá pro bairro, alugou uma casa, né pra fazer creche. Daí eu não me lembro se a creche tinha este nome. Eu lembro que a prefeitura a pedido da AFASC fez o parque e o parque tinha o nome de vovó Enedina.

Há a seguir outra reportagem a qual homenageia os 50 anos de magistério de Enedina Rosentina Alano da Rosa:

Criciúma, 12 de outubro de 1990

 *Bega Medeiros*

Enedina Rosentina Alano da Rosa

A professora abnegada, dedicada, incansável que hoje é a grande homenageada. Salve-a! Quero hoje dizer-te: que belo ter a tua força e perseverança nesta caminhada de tantos exemplos. Enedina, aos 17 anos, em sua plena juventude, terminou seu curso complementar no grupo escolar Jerônimo Coelho, em Laguna, começou a brilhar na sua caminhada. 1924, seu primeiro trabalho na Escola Isolada Roca Grande no município de Imbituba. Após 25 anos de trabalho, quando já aposentada, não ficou por aí, reiniciou suas atividades — que para nossa surpresa duraram mais 25 anos — somados então, 50 anos de trabalho como professora. Seus últimos anos como mestra foi em sua própria casa alfabetizando adultos. Esposa de Otacílio A. Rosa (in memoriam), esta nossa bela professora com que Criciúma foi presentada. Hoje, seus filhos Osniildo, Odilon, Oneide, Onélia, com seus 17 netos e 13 bisnetos, querem abraçar-te juntamente com esta colunista, pela mãe que és, pela professora que foste e por tudo que representas.



50 anos dourados



Seguindo a última das homenagens tardias, houve a que Enedina ganhou na câmara dos vereadores com o Sr. vereador Manoel Satiro Bithencourt. Ele foi eleito por duas legislaturas, de 1992 a 1996 e de 1996 a 2000. Assim, na primeira vez que foi eleito vereador, a Dona Enedina recebeu por indicação dele o título de cidadã

honorária de Criciúma. Na época, lembra seu Nelo, “eu disse ao Costinha: eu dou o título para uma negra (Professora Enedina) e tu dá para um negro”.

Nelo disputou a primeira vez em 1966, sendo o primeiro vereador negro de Criciúma. Na época, ele lembra que não foi eleito, mas ficou como suplente, atuando por seis meses na Câmara de Vereadores. O ex-vereador relembra: “Eu trouxe um vereador negro do Rio de Janeiro e iniciei as discussões para o movimento negro de Criciúma”.

Nota-se que tal vereador também possuía interesses pessoais de político em conceder o título de Cidadã Honorária de Criciúma. Assim, ele ainda criou a Lei n. 3.410/97 a qual instituiu a inclusão do conteúdo de História Afro-brasileira nos currículos das escolas municipais de Criciúma [a lei está anexa ao trabalho]. Essa Lei apareceu antes da aprovação da Lei n. 10.639/03.



Figura 12: Oneide recebe o Título de Cidadã Honorária de Criciúma concedido à mãe Enedina Alano da Rosa, em junho de 1996. A foto faz parte do acervo pessoal de Oneide.

É comum durante o percurso de pesquisadora, encontrar obstáculos nas entrevistas e até uma certa desconfiança por parte dos entrevistados. Digo isto porque recebi a reportagem abaixo, bem como a maioria das fotos anexadas, só

depois da defesa do trabalho. Não considero isso como um empecilho à pesquisa, mas sim como uma fonte de discussão.

Faço esta explicação por conta da reportagem abaixo a qual foi publicada no Jornal "O independente" no ano de 1982.

JORNAL O INDEPENDENTE **Geral 5**

Professora de 76 anos foi homenageada pelo Rotary Oeste

O Rotary Clube Criciúma Oeste, em sua última reunião, prestou uma homenagem a professora Enedina Alano da Rosa, pelos seus 53 anos de serviços prestados a comunidade.

Pedro Justi, falando em nome dos companheiros Rotaryanos, disse que «a homenagem de hoje, que faço com muita satisfação, principalmente em se tratando de uma pessoa que possui uma larga e pródica folha de serviços prestados a várias comunidades, como professora e, mais ainda, porque apesar de ter deixado as salas de aula continua dando seu testemunho de vida, sua orientação, seu estímulo lá no bairro em meio aquela comunidade onde vive».

Continuando, Pedro disse que a homenagem não foi prestada no dia do Professor porque Dona Enedina se encontrava viajando, onde fora rever

velhos amigos, parentes e ex alunos.

No município de Imituba, Enedina deu início a sua longa caminhada, permanecendo lá durante 9 anos, indo depois para Imaruá, por mais 14 anos, onde tentaram prejudicá-la por não querer fazer campanha política porém, nada encontraram que desabonasse a professora, cuja dedicação era total.

O fato a aborreceu tanto que Enedina resolveu pedir transferência para Lauro Müller, porém, um dia antes de receber o ato de transferência perdeu seu esposo e lá ficou por mais 8 dias até que se rezasse o terço de 7º dia, como era costume da época.

Sem pensar em remuneração a professora Enedina ensinou a muitos operários de mineração, pois os analfabetos, para receberem os seus salários teriam que aprender a escrever o

nome.

Aposentou-se aos 25 anos de serviços sem nunca ter tido um dia de licença, nem mesmo de gestação, muito embora tenha 4 filhos. Todas as vezes que dava à luz, Enedina pagava uma professora por alguns dias e em seguida voltava ao trabalho.

No Bairro Operária Nova existe, como sinal de agradecimento a tudo aquilo que ela já fez, um jardim de infância que leva o seu nome: Jardim de Infância «Vovó Enedina».

Concluindo, Pedro disse que só Deus saberá avaliar a missão cumprida pela Professora Enedina e, é com satisfação que em nome de todos os companheiros, entrego, neste momento, uma singela recordação. Mas creia, Dona Enedina, é com alegria e com o coração aberto que o fazemos.

4.10 Mulher negra nos anos 1970 e 1980

Neste tópico, acompanho parte da trajetória/luta de mulheres negras, especialmente de professoras que tiveram um peso na reconstrução da imagem que teve origem da família ou na comunidade. Assim, o que mais me marcou durante as entrevistas e leituras foi a diversidade de discursos que encontrei sobre o papel da mulher especialmente a negra na sociedade atual.

Remeto-me, então, ao sujeito da pesquisa: Enedina, a qual sempre ocupou um espaço que tradicionalmente foi das mulheres brancas. Isso porque o papel de alfabetizadora sempre coube à mulher devido ao passado histórico machista o qual dedicou somente à mulher a profissão de alfabetizadora. Assim, ela teve de lidar com as complexidades e conflitos inerentes ao exercício dessas duas identidades igualmente excluídas e essencialmente diferentes.

Quando Enedina já encerrava sua dupla carreira de professora, nos anos 1978, as mulheres negras brasileiras estavam se mobilizando em vários estados. Elas reivindicavam a igualdade racial e militavam na luta pelo fim da exclusão social no ano de 1988, durante a promulgação Constituição Federal. Segundo Soares (apud Oliveira, 2006), “o Movimento de Mulheres Negras denunciou que as mulheres constituem a maior parte da população analfabeta do país; que a educação formal apresenta imagens estereotipadas e parciais sobre o período da escravidão; que as mulheres negras são excluídas das formas de representação políticas” (p. 34).

Sabe-se que no Brasil, no final dos anos 1970 e durante a década de 1980, o movimento feminista foi às ruas em defesa de seus direitos e buscando sua identidade, opondo-se às desigualdades sociais imputadas às relações de gênero a fim de transformar a sociedade brasileira. Dessa maneira, segundo Oliveira (2006), “os estudos sobre a mulher aumentaram a partir das comemorações públicas do dia Internacional da Mulher e depois do lançamento da Década da Mulher, em 1975, propostos pela ONU” (p. 33).

A partir desses movimentos de luta pela igualdade, as mulheres, especialmente as negras, passaram por diferentes conflitos: étnicos, de gênero, sociais e políticos. Isto fez com que o engajamento sociopolítico da maioria das

mulheres educadoras fosse essencial naquele período. Assim, de acordo com Gomes (1995):

O conflito da identificação racial com a origem negra está colocado de maneira diferentes para as mulheres consideradas socialmente brancas (morenas e mulatas) e para as pretas. As primeiras, ao não se identificarem enquanto negras, apelam para a mestiçagem e são socialmente respaldadas pela ideologia do branqueamento. As outras, mesmo se quiserem negar, tentando apelar para a mestiçagem, encontram nos traços fenotípicos o estigma de pertencerem à raça negra. (p. 129)

Essa identificação étnica de que fala Gomes (1995) encontra-se invisível em Enedina, pois em momento algum nos seus depoimentos escritos a alfabetizadora se identifica como negra, não que este seja um dado necessário, podendo ser, porém, um elemento formador de opinião da identidade de Enedina, já que ela gostava bastante de escrever.

Dito isso, faço alguns questionamentos sobre a mulher negra a partir da década de 1970: Será que a presença de mulheres negras, especialmente no ensino fundamental (também em classes de alfabetização), tem contribuído para superar o racismo nas escolas? Especialmente na região sul catarinense, será que o racismo e o preconceito têm afetado a reconstrução identitária da educadora negra a fim de que ela reafirme a prática pedagógica, trabalhando com a temática das relações raciais e enfrentando de perto a discriminação? A mulher negra e a mulher branca atuantes nas escolas públicas e privadas como professoras possuem a mesma trajetória educacional só pelo fato de serem mulheres ou há diferença na questão étnica?

Tais questionamentos me fazem refletir sobre o quão importantes têm sido as discussões acerca da temática afrobrasileira e africana nas escolas públicas (municipais e estaduais) e particulares. Trabalhar a temática não significa apenas que, como educadores, temos de elaborar um projeto interdisciplinar para apresentarmos no Dia da Consciência Negra (20 de novembro). Temos, na verdade, o desafio de a cada aula ampliar o debate sobre as relações raciais e educação.

Durante os anos que atuo nas escolas do município de Criciúma, percebi a ausência da mulher negra nas escolas particulares, até mesmo na universidade do município. Isto me revela que para a mulher negra com habilitação e a maioria da vezes especialização para exercer o magistério, não tem oportunidade de ascender profissionalmente tendo necessariamente que passar por um concurso público para

ingressar nas escolas públicas. Digo isso porque a presença da mulher negra está preferencialmente nas escolas públicas, onde há espaço para o diálogo.

Discuto ainda que a mulher negra, parafraseando Gomes (1995), para conseguir sucesso profissional, tem de se mostrar mais competente do que a mulher branca. Isso porque a inferioridade racial ainda continua sendo aceita pela sociedade atual. Mesmo quando ela se supera intelectualmente, não consegue ascender a certos espaços nas instituições os quais são destinados especialmente a homens e quando há mulheres preferencialmente brancas.

Para Gomes (1995), os professores têm experiência de estar num contexto de renovação pedagógica dentro das escolas. Para ela, esse movimento não vem apenas de dentro da nossa reflexão, da nossa prática. Tal movimento está permeado nas relações sociais e culturais da sociedade, no pensamento dos educadores, nas escolas, os quais se preocupam com a temática das relações raciais.

De fato, é complexo discutir o papel da mulher negra na sociedade atual. Isto porque a todo momento ela está sendo confrontada com o racismo vivido na sua história de vida. O que os pesquisadores e as pesquisadoras necessitam fazer é desconstruir os conceitos racistas impostos à mulher durante a sua trajetória profissional, pessoal, a fim de que possa assumir a sua negritude independente da pigmentação da pele ser mais escura ou mais clara.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da situação da mulher negra professora demonstra que, mesmo com a formação escolar em uma instituição de ensino renomada na época e mesmo possuindo qualificação, a mulher negra se tornou invisível na história oficial do sul catarinense. Observou-se ainda que essa mulher negra não esteve imune aos tratamentos discriminatórios destinados aos negros e à mulher em nossa sociedade. Isso repercutiu duplamente na sua inserção no mercado de trabalho quando Enedina foi transferida para a comunidade de Pescaria Brava.

Pôde-se verificar que a alfabetizadora negra falou de si mesma nos depoimentos, na sua trajetória escolar, nas lutas, nas expectativas, decepções e conquistas. Esses fatos fizeram com que a educadora rompesse o silêncio não só da questão racial nas escolas, sendo professora negra, como também rompesse o duplo bloqueio gênero/ etnia.

Constatou-se, ainda, que o universo ideológico de Enedina foi permeado de conquista por ser ligada diretamente a partidos políticos no município de Criciúma. Por sua vez, as concepções religiosas foram fortemente marcadas pela sua participação nas festas e eventos religiosos.

Assim, a mulher negra da qual me aproximei me cativou pelos múltiplos papéis que desempenhou na região sul catarinense apresentados nesta pesquisa. Eu a vi de perto, pois captei os diversos olhares através de entrevistas marcantes. Nelas pude perceber o quanto as diversas opiniões a respeito da atuação da educadora.

Para compreender a trajetória escolar, religiosa e política bem como o processo de reconstrução da identidade racial de Enedina, deixei, primeiramente, que ela falasse de si mesma nos seus depoimentos escritos: de suas decepções, lutas e conquistas; depois, ainda deixei que a voz das filhas Oneide e Onélia falasse da mãe, mulher negra e professora. Encontrei, então, uma forma de romper o silêncio que envolve não só a questão étnica, mas também a invisibilidade da mulher negra militante política e catequista no sul catarinense.

No entanto, não posso negar que minha presença neste trabalho bem como as impressões de tudo que vi, ouvi e li sobre Enedina, durante o meu percurso de

pesquisadora, foram construções a partir da minha vivência como educadora e estudante de Pós-graduação.

Espera-se que esta pesquisa leve à realização de outras propostas de reconstruir as origens dos negros do sul catarinense, especialmente as mulheres negras educadoras. A primeira pesquisa a ser realizada é sobre a presença das mulheres negras educadoras nas escolas públicas no município criciumense, especialmente porque boa parte delas está ligada ao movimento negro, à festa das etnias ou aos sindicatos. A segunda pesquisa é sobre o ex-vereador Sr. Manoel Satiro Bithencourt, o qual propôs o projeto que resultou na Lei municipal n. 3.410/97 incluindo, no currículo escolar, a história afro-brasileira e africana. O que se pode questionar nessa Lei é se ela realmente foi aplicada na época ou se ela só foi aplicada depois da Lei n. 10.639/03.

Há ainda outras pesquisas a serem feitas sobre as relações raciais no município de Criciúma tais como: o maestro Jacó, um dos primeiros maestros negros do município e fundador da banca Cruzeiro do Sul; a presença negra no catolicismo e nas religiões evangélicas; o carnaval como elemento identitário negro criciumense, especialmente a extinta Escola de Samba Vila Isabel; a história de jogadores negros criciumenses, os quais tiveram suas memórias apagadas pela história oficial. Falo dessas possibilidades de pesquisa porque tais pessoas se tornaram invisíveis ao longo da história criciumense. Infelizmente, a história oficial só privilegiou pessoas cujos sobrenomes tivessem uma origem européia, especialmente se fossem de origem italiana.

Finalmente, é preciso pesquisar sobre a presença das mulheres negras na história do carvão (as escolhedeiros) e a presença negra na imprensa criciumense. Espero que não só essas pesquisas, mas outras venham tirar a população negra do sul catarinense da clandestinidade, tornando-as públicas e reverenciadas pela história oficial.

Diante dos fatos mencionados, faço ainda algumas constatações sobre a minha pesquisa no que diz respeito às relações raciais e de gênero. Nos relatos escritos da professora, percebe-se o silêncio sobre a identidade étnico-racial, mais ainda, não se percebe na sua auto-representação o fato de ela ser mulher e negra.

Um momento de expectativa na pesquisa foi durante a coleta dos dados empíricos. Isto porque, ao retornar às escolas na busca de documentos que

comprovassem a passagem de Enedina por aquela comunidade, percebi o quanto gestores, secretários(as) e administradores não preservam a memória de suas escolas, sendo que elas são o patrimônio educacional do país e fontes de pesquisa e informação.

Essa percepção me levou a acreditar que a memória de pessoas das comunidades, colaboradores, ex-alunos(as) e das filhas Onélia e Oneide deram visibilidade tanto à memória de Enedina quanto à pesquisa propriamente dita. Isso quer dizer que, sem esses discursos orais ou escritos, o processo de análise teria sido longo e demorado ou talvez nem fosse possível.

A presente pesquisa foi para mim um desafio, pois construir uma imagem positiva, porém crítica, da mulher negra (Enedina) numa sociedade que a exclui e discrimina, especialmente na questão profissional, o que foi um desafio marcado pela reconstrução da identidade étnico-racial. Só que esta tarefa árdua não se limita a este trabalho. Ela se propaga a todas as mulheres educadoras que lutam com dignidade para que a educação, de modo geral, ascenda não apenas para mostrar estatísticas para o governo, mas para realmente formar indivíduos formadores de opinião.

Durante o percurso da pesquisa, notei que, mesmo com a sua auto-representação marcante, não se vê em Enedina um trabalho com crianças negras ou mesmo com mulheres negras. Isso se deve ao fato de que a educadora optou pelo ocultamento ou pelo silêncio sobre a questão racial.

Os depoimentos de/sobre Enedina a que obtive acesso me mostraram a dificuldade da mulher negra na sociedade cricumense. Isso porque ela não ficou na clandestinidade após a aposentadoria, ou seja, ela ensinava as crianças na própria casa; alfabetizou adultos; fundou o Centro Catequético do Bairro Operária Nova; e ainda participou da política do município de Criciúma.

O processo da pesquisa me revelou uma professora negra cuja trajetória servirá de exemplo para futuras gerações de educadores, especialmente para se trabalhar com formações de professores e as relações étnico-raciais. Assim, o resultado desta pesquisa e a análise sobre a realidade racial do Brasil me mostraram o quanto se faz necessário que se discuta sobre a diversidade étnico-cultural no contexto escolar, sendo ainda necessário que a centralidade das

pesquisas, especialmente as de educação, esteja presente nas questões raciais, bem como a realidade social brasileira, onde se concentra a maioria negra e pobre.

Deste trabalho, surgiram alguns questionamentos: Será que o sistema educacional brasileiro realmente tem dado importância à temática das relações raciais, mesmo com as lutas após a aprovação da Lei n. 10.639/03? Até quando a escola se manterá impune diante dos atos discriminatórios os quais a comunidade negra vem sofrendo? Será que a comunidade escolar em especial os(as) professores(as) têm refletido sobre a memória dos docentes que fizeram parte da vida escolar das instituições públicas criciumenses, especialmente aquelas onde houve/há representação de mulheres negras? E ainda, por que a memória de Enedina Alano da Rosa se mantém apagada ao longo da história oficial, já que contribuiu tanto para as comunidades sul catarinense?

Espero, então, que esses questionamentos tenham relevância nas discussões educacionais, raciais e de gênero. Ainda há tempo de se realizar um trabalho que contemple estas questões e contribuam para formação da identidade brasileira.

Finalmente, tanto a pesquisa por mim realizada quanto a minha prática pedagógica confirmam o quanto as questões raciais e de gênero se encontram no cotidiano escolar e na trajetória de professores(as) e alunos(as) de diferentes etnias. Assim, a minha relação com a presente pesquisa ainda me fez perceber o quanto a discriminação, o preconceito e o racismo permeiam as relações com os sujeitos envolvidos no processo educativo.

Portanto, o engajamento neste estudo de caso, juntamente com os dados empíricos aqui explicitados, ampliaram a problemática e a metodologia da pesquisa. Ainda assim, foi necessário traçar todo o percurso teórico e biográfico da alfabetizadora do meio rural, permeando com as concepções identitárias, circulando nos diversos campos teóricos. Por último, fez-se, então, uma reflexão teórica sobre os termos: negro, negritude, etnia, gênero, discriminação, preconceito, raça e racismo, sempre relacionando estes termos ao sujeito da pesquisa (Enedina).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Fundação EdUnesp, 1998.

ANDRÉ, Marli. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

BERND, Zilé. **Racismo e anti-racismo**. São Paulo: Moderna, 1994.

BEZERRA, Kátia da Costa. **Vozes em dissonância: mulheres memória e nação**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade: lembranças dos velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, Carlo Rodrigues. **Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas**. Florianópolis: Insular, 2000.

CASTELS, Manuel. **O poder da Identidade**. Volume II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CHAMON, Magda. **Trajetória de feminização do magistério: ambigüidades e conflitos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CRICIÚMA. Certificado, 13 de março de 1996. Concede o título de cidadã honorária, "in memoriam" a Enedina Rosentina Alano da Rosa. Câmara municipal de Criciúma, assessoria jurídica. Autor: vereador Manoel Satiro Bithencourt.

CRICIÚMA. Decreto Legislativo nº 004/96, 13 de março de 1996. Concede o título de cidadã honorária, "in memoriam" a Enedina Rosentina Alano da Rosa. Câmara municipal de Criciúma, assessoria jurídica. Autor: vereador Manoel Satiro Bithencourt.

CRICIÚMA. Lei n. 3.410 de 4 de abril de 1997. Inclusão do conteúdo de "História afro-brasileira" nos currículos das escolas municipais de Criciúma. Câmara municipal de Criciúma, Criciúma, 04/04/1997.

CRICIÚMA. Projeto de Decreto Legislativo n. 34, 1995. Título de cidadã honorária. Câmara municipal de Criciúma, assessoria jurídica. Autor: vereador Manoel Satiro Bithencourt.

DALLADRIDA, Norberto (org.). **Mosaico de escolas**. Modos de educação em Santa Catarina na primeira república. Florianópolis: cidade Futura, 2003.

DEPLAGNE, Luciana Eleonora de Freitas Calado (org.). **Faces do Medievalo**: gênero, poética e resistências. Recife: Baraúna, 2008.

DUARTE, Neli. Entrevista concedida a Kelly Cristina Fernandes da Rosa. Lauro Müller, 17 de outubro de 2008. **ECCOS: Revista Científica**, v. 1, n. 1, São Paulo, Centro Universitário Nove de Julho, 1999.

ESCOLA BÁSICA JERÔNIMO COELHO. Histórico Escolar. Laguna, 2001.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA COELHO NETO. Histórico Escolar. Criciúma, 1982.

ESCOLA ISOLADA ROÇA GRANDE. Histórico Escolar. Laguna, 2008.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSOR ANDRÉ ANTÔNIO DE SOUSA. Ata de Exames. Laguna, 1920 a 1929.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSOR OLÍMPIO CÓRDOVA VALENTE. Livro de Registros. Imaruí, 2007.

ESCOLA REUNIDA PROFESSOR OLÍMPIO CÓRDOVA VALENTE. Histórico Escolar. Laguna, 2000.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afro-descendente: identidade em construção**. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público**. Florianópolis: Secretaria da Educação/Gabinete do secretário, 1978.

GARCIA CANCLINI, Nestor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: Editora da USP, 2006.

GIACOMINI, Sônia Maria. **Mulher escrava: uma introdução ao estudo da mulher negra no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988.

GIROUX, Henry. **Escola Crítica e Política Cultural**. São Paulo: Cortez, 1987.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza edições, 1995.

_____. **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GUIDI, Sandra Zanatta. Entrevista concedida a Kelly Cristina Fernandes da Rosa. Criciúma, 10 de abril de 2009.

GRUPO ESCOLAR JERÔNIMO COELHO. **Relatório das notas dos alunos matriculados**. Laguna, 1915 a 1923.

GRUPO ESCOLAR JERÔNIMO COELHO. **Histórico escolar de Enedina Rosentina Alano**. Laguna, 1924.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

Jardim de infância é doado à LBA. **Tribuna cricumense**, Criciúma, 26/11/1977. p. 5.

LEITE, Ilka Boaventura. **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LIMA, Ivan Costa Lima e Jeruse Romão (orgs.). **Negros e currículo**. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros/NEN, 1997 Número 2.

_____. **Os negros, os conteúdos escolares e a diversidade cultural**. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros/NEN, 1998. Número 3.

LOPES, Marilda Marcos. **A participação da mulher na política cricumense**. Criciúma: UNESC, 1997. (Monografia)

MACHADO, Maria Teresinha Pieri. Entrevista concedida a Kelly Cristina Fernandes da Rosa. Criciúma, 25 de setembro de 2008.

MATTA, Roberto. **O ofício do etnógrafo ou como ter Anthropological Blue**. In Edson de Oliveira Nunes (Org.) **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 23-4.

MEDEIROS, Bega. Enedina Rosentina Alano da Rosa. **Tribuna Cricumense**. Criciúma, 12/10/1990.

MONTEIRO, Jaecyr. **Nacionalização do ensino**. Uma contribuição à história da educação. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades, **Revista de antropologia**, São Paulo, n. 33, p. 108-117, 1990.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional X identidade negra.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. **Negritude: usos e sentidos.** 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1988.

NABUCO, Joaquim. **A escravidão.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NASPOLINI FILHO, Arquimedes. **Criciúma, orgulho de cidade:** Fragmentos da história de seus 120 anos. Criciúma: Ed. Do autor, 2000.

OLIVEIRA, Eliana de. **Mulher Negra: trajetória, conflitos e identidade.** Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

OLIVEIRA, Iolanda de (coor.). **Relações raciais e educação: alguns determinantes.** Cadernos PENESB. Niterói: Intertexto, 1999.

_____ (org.). **Cor e magistério.** Rio de Janeiro: Quartet; Niterói, RJ: EDUFF, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social.** São Paulo: Pioneira, 1976.

POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da Etnicidade.** São Paulo: UNESP, 1998.

PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil.** 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 1997.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão. **Educação de jovens e adultos: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental.** São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 1997.

ROMÃO, Jeruse. **Negros e Educação em Santa Catarina: retratos de exclusão, invisibilidade e resistência.** In: DALLABRIDA, Roberto (org.). **Mosaico de escolas: Futura**, 2003. p.39-67.

ROSA, ENEDINA ROSENTINA ALANO. Relatório escrito em próprio punho. Criciúma, 1980.

ROSA, ENEDINA ROSENTINA ALANO. Relatório escrito em próprio punho à Câmara dos Vereadores de Criciúma. Criciúma, 24 de outubro de 1995.

ROSA, Onélia Alano. Entrevista concedida a Kelly Cristina Fernandes da Rosa. Criciúma, 20 de setembro de 2008.

ROSA, Oneide Alano. Entrevista concedida a Kelly Cristina Fernandes da Rosa. Criciúma, 10 de março de 2009.

ROSA, Oneide Alano. Título de cidadã honorária de Criciúma (foto). Criciúma, 1996.

SANTA CATARINA. Registro civil: Certidão de óbito, 06 de janeiro de 1996.
Registro civil, estado de Santa Catarina, comarca de Criciúma. Criciúma, 6 de janeiro de 1996.

SANTANA, Patrícia. **Professores negros:** trajetórias e travessias. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004.

SANTOS, Teresa. **Trajetórias de professores universitários negros:** a voz e a vida dos que trilharam. Maria Lúcia Rodrigues Müller e Candida Soares Costa (org.). Coleção Educação e Relações Raciais 2. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo.** 15^a Ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SARTORI, Ari José & BRITTO, Néli Suzana. **Gênero na educação:** espaço para a diversidade. 3. ed. Florianópolis: Genus, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro:** jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Registro funcional de Enedina Alano da Rosa. Secretaria da Educação de Santa Catarina, Florianópolis.

SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito:** a resistência negra no Brasil escravista. Eduardo Silva, João José Reis. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros:** identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

STAKE, E. E. Case Study. In: J. Nisbett (Ed.). **Research, Policy and Education:** World Yearbook of Education. London: Routledge, 1985. p. 277-284.

STEIL, Carlos Alberto. Catolicismo e cultura. In: VALLA, Victor Vicent. **Religião e cultura popular.** Rio de Janeiro: Atlas, 1992.

TRIVIÑO, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.

VALLA, Victor Vicent. **Religião e cultura Popular.** Rio de Janeiro: DO&, 2001.

ANEXOS

**FOTOS DOS ANIVERSÁRIOS DE ENEDINA
ANEXO 1**



Figura 1: A foto mostra Enedina em casa no bairro Operária Nova na Festa de seu 60º aniversário, no dia 10 de novembro de 1966. A foto faz parte do acervo pessoal da filha Oneide.



FIGURA 2: Idem



FIGURA 3: A foto mostra Enedina em casa no bairro Operária Nova na Festa de seu 66º aniversário, no dia 10 de novembro de 1972. A foto faz parte do acervo pessoal da filha Oneide.



FIGURA 4: A foto mostra Enedina em casa no bairro Operária Nova na Festa de seu 72º aniversário, com a amiga Carmelita no dia 10 de novembro de 1978. A foto faz parte do acervo pessoal da filha Oneide.



FIGURA 5: A foto mostra Enedina em casa no bairro Operária Nova na Festa de seu 80º aniversário, no dia 10 de novembro de 1986. A foto faz parte do acervo pessoal da filha Oneide.



FIGURA 6: A foto mostra Enedina em casa no bairro Operária Nova na Festa de seu 80º aniversário, junto com a família e amigos no dia 10 de novembro de 1986. A foto faz parte do acervo pessoal da filha Oneide.



FIGURA 6: Idem



FIGURA 7: A foto mostra Enedina em casa no bairro Operária Nova na Festa de seu 86º aniversário, junto com as filhas e netas no dia 10 de novembro de 1992. A foto faz parte do acervo pessoal da filha Oneide.

**FOTOS DE VIAGENS DE ENEDINA
ANEXO 2**



FIGURA 8: A foto mostra Enedina em uma de suas viagens turísticas à Aparecida do Norte junto com amigas. A foto faz parte do acervo pessoal da filha Oneide.



FIGURA 9: A foto mostra Enedina em uma de suas viagens turísticas junto com amigas do clube de mães. A foto faz parte do acervo pessoal da filha Oneide.



FIGURA 10: A foto mostra Enedina em uma de suas viagens turísticas junto com amigos. A foto faz parte do acervo pessoal da filha Oneide.

**FOTOS DA FAMÍLIA DE ENEDINA
ANEXO 3**



FIGURA 11: A foto mostra Enedina com a filha Onélia e as duas netas. A foto faz parte do acervo pessoal da filha Oneide.



FIGURA 12: A foto mostra Enedina com a família. A foto faz parte do acervo pessoal da filha Oneide.



FIGURA 13: A foto mostra Enedina com as filhas Oneide e Onélia e com as netas. A foto faz parte do acervo pessoal da filha Oneide.



FIGURA 14: A foto mostra Enedina aproximadamente três meses antes de falecer provavelmente em outubro de 1994. A foto faz parte do acervo pessoal da filha Oneide.



FIGURA 15: A foto mostra Enedina com a filha Onélia aproximadamente três meses antes de falecer provavelmente em outubro de 1994. A foto faz parte do acervo pessoal da filha Oneide.

FOTOS DOS AMIGOS E DA COMUNIDADE
ANEXO 4



FIGURA 16: A foto mostra Enedina com mulheres do clube de mães aproximadamente na década de 1940/50. A foto faz parte do acervo pessoal da filha Oneide.



FIGURA 17: A foto mostra Enedina com mulheres do Apostolado da oração no ano de 1975. A foto faz parte do acervo pessoal da filha Oneide.



FIGURA 18: A foto mostra Enedina com um grupo de religiosos provavelmente em frente a uma capela no ano de 1943. A foto faz parte do acervo pessoal da filha Oneide.



FIGURA 19: A foto mostra Enedina com a amiga professora Carmelita no ano de 1983. A foto faz parte do acervo pessoal da filha Oneide.



FIGURA 20: A foto mostra Enedina com o casal de amigos: a professora Carmelita e o marido Itamar no ano de 1983. A foto faz parte do acervo pessoal da filha Oneide.



FIGURA 21: A foto mostra Enedina com as amigas do clube de mães do bairro Operária Nova. A foto faz parte do acervo pessoal da filha Oneide



FIGURA 22: Idem

ANEXO 5
GRUPO ESCOLAR JERÔNIMO COELHO

8
Conto de

2º anno feminina

Neste anno estiveram matriculados 54
alumnos, presentes e em condições de prestarem
os exames de 3ª epoca 38. Foram reprovados 2 e
aprovadas 36, a saber:

Allertina Pascale, grão 3; Aldina da Silva, grão 3;
Alayde A. de Barros, grão 3; Anna R. dos Santos, grão 3;
Anna de P. Carneiro, grão 4; Anna Angelica da
Silva, grão 3; Branca C. Santos, grão 4; Cherubina
Figueiredo, grão 3; Constantina da Silva, grão 3; Esthe-
r. de Andrade, grão 3; Eloah A. Cabral, grão 4; E-
dualta de Carvalho, grão 3; Remedina Celano, grão
3; Heliza M. Duarte, grão 3; Heliza Custodia, grão
3; Florinda A. de Barros, grão 3; Hilda S. Martins,
grão 4; Izaura F. Martins, grão 3; Judith B. da Sil-
va, grão 4; Juacy Alzira, grão 3; Jandyrá Baúha,
grão 4; Lúppia C. Cabral, grão 3; Lúria Mercedes,
grão 3; Lucrecia Forte, grão 3; Laura Si. Dias, grão
4; Leonor Figueiredo, grão 3; Maria Menezes, grão
3; Marietta S. da Silva, grão 3; Maria F. Figueiredo,
grão 3; Orelia dos Santos, grão 3; Olga Pollin Cabral,
grão 3; Rubelia do Nascimento, grão 4; Rosa F. de Fi-
gueiredo, grão 4; Santina Knottides, grão 3; Virille B.
do Nascimento, grão 4; Zelia Willington, grão 3;

Boimã 10 de Dezembro de 1914

3º ano feminino

Neste anno estiveram matriculadas 39 alumnas, presentes em condições de prestarem os exames de 3ª época 17. Falta 1. Reprodas - 0 - e aprovadas 16 a saber Anna A. da Silva, grão 3; Anna Oliveira, grão 3; Argentina de Jesus, 3; Aurora Bianchini, grão 4; Carmo Freitas, grão 3; Edovilla Carvalho, grão Emedina Adams, grão 3; Esther Corro, grão 3; Juacy Ulyssia, grão 4; Lucina R. Fortes, grão 4; Mathilde Debarbendam, gr 3; Nathalia Natividade, grão 3; Odia dos Santos, grão 3; Palmira de Rosa, grão 3; Rosa di Concilio, gr 3; e Robertina Faísca, grão 3. Presidiu os exames o sr. Inspe Escola Altino Flores e dos examinadores convidados só compareceu o sr. professor Romão Ulyssia. A professora D. Leon do Livramento, não examinou apresentando por scripto sua justificação.

Promocões 1919

Grupos de exames

4º anno masculino

Neste anno estiveram matriculados 19 alumnos e em condições de prestarem os exames de 3ª época 9. Reprovados 0. Aprobados 9, a saber: Agostinho Carneiro, grão 3; Carlos Libaralinho, grão 3; Gualberto Veiga, grão 3; João Claro de Souza, grão 3; Mario Bianchini, grão 3; Oscar Soares da Silva, grão 3; Pedro Rosa, grão 3; Tarquinio Baimba, grão 3; Thomaz Cabral, grão 4;

Laguna, 4 de dezembro de 1919.

João de Paiva, Diretor

André de Souza

Adalgiza Varejão

4º anno feminino

Neste anno estiveram matriculadas 34 alumnas e em condições de prestarem os exames de 3ª época 27. Reprovadas 0. Aprobadas 27, a saber: Anna d'Oliveira, grão 3; Anna dos Santos, grão 3; Anisia Pestana, grão 3; Carmem Freitas, grão 3; Coisa Magalhães, grão 3; Coralina Ulysses Teixeira, grão 3; Eudina Alano, grão 4; Izaura Martins, grão 3; Helena Tasso, grão 3; Joana Costa, grão 3; Leonor A. Queiroz, grão 3; Leontina

3	Paulo Ribarbenhor	24	3	906	Barra	Leopoldina Ribarbenhor
4	Guilberto Viça	9	7	905	Laguna	Alfredo C. Viça
5	João Mano de Souza	17	12	904	"	Fabiano B. de Souza
6	Mario Bianchini	28	5	907	Ussanga	Arangelo Bianchini
4	Ororio Carneiro	5	5	907	Laguna	Ribamar Carneiro
8	Osvaldo da Silva	31	4	904	"	Salustiano da Silva
9	Thomas Cabral	28	3	907	"	Marcelino Cabral
10	Arquimio Baimba	4	1	908	Ussanga	Lucas Baimba
11	Anna Kienig	26	4	906	Laguna	Nicolau C. Kienig
12	Amixia Pestana	30	12	906	"	João P. Pestana
13	Carolina M. Teixeira	23	4	906	"	Rygo Teixeira
14	Lora Magalhães	17	1	904	"	Luiz Magalhães
15	Karmen Freitas	25	1	908	"	Victor Freitas
16	Onedina Alano	10	11	906	"	Leopoldina Alano
17	Helena Passo	11	11	904	"	Jacinto Passo
18	Irneu Machado	24	6	905	"	Luiz Machado
19	Isaura Martins	24	12	905	"	Antônio S. Martins
20	Joanna Costa	30	11	905	"	João C. Costa
21	Isenor Liguerezo	4	11	905	"	Antônio Liguerezo
22	Leontina de Oliveira	22	4	908	Minas	Luiz M. de Souza
23	Lucy Teixeira	18	5	905	Laguna	Bernardino Teixeira
24	Maria L. da Silva	14	10	905	Laguna	Antônio B. da Silva
25	Maria R.P. Teixeira	20	9	905	Laguna	Ulysses Teixeira
26	Maria Meneses	14	14	905	"	Manoel Meneses
27	Marietta Soares	2	10	905	"	Francisco L. da Silva
28	Norma Ulysséa	10	1	904	"	Saul Ulysséa
29	Rita Cabral	4	8	906	"	José S. Cabral
30	Onélia dos Santos	31	3	905	"	João dos Santos
31	Robertina Laisca	10	12	904	"	Bernardo Laisca

Numero de matriculas	Numero de ordon no anno	NOMES	EDADES			Naturalidade	FILIAÇ
			Dia	Mez	Anno		
55	17	Carmem Freitas	25	1	908	Pezoma	Vitor Anst
56	18	Carolina Teixeira	23	7	906	"	Pina Guimara
57	19	Euzelina Albano	10	11	906	"	Leopoldo
58	20	Inez Machado	27	6	905	"	Luiz de M. da
59	21	Izaura Marinho	24	12	905	"	Antonio M.
60	22	Joanna Costa	15	11	905	"	Ida C. Pa
61	23	Reunitina de Oliveira	22	7	903	"	Julio Guant
62	24	Rebecca Inquerdo	4	11	905	"	Ant. Aug. de
63	25	Lucy Teixeira	18	5	905	"	Herculano de
64	26	Maria Bapt. da S ^{ra}	14	10	906	"	Ant. Bay ^{to}
65	27	Maria Teixeira	20	7	905	"	Allynes Tex
66	28	Normia Allynia	10	1	907	"	Josel. Allyn
67	29	Olga Cabral	11	8	906	"	J. de Pa. Cab
68	30	Robentina Faixa	10	12	906	"	Hermano
69	31	Yvonne Cabral	19	4	907	"	Jos. J. Co
70	32	Helena Lasso	11	11	904	"	Francisco La
71	33	Lucinda R. Bates	12	9	905	"	Hernique B.

79	2	Ultila Rollin	24	3	900	"	Ultila Rollin
80	3	Bernardino Guimarães	24	4	905	"	João d'Alva Guimarães
81	4	Paulo Lebarbenthon	24	8	926	Tubarão	Eulogina Lebarbent
82	5	Guilberto Veiga	9	7	906	Laguna	Adeltha Veiga
83	6	Manoel Araújo	6	2	906	"	Adolpho B. de Araujo
84	7	Oscar Soares da Silva	31	7	904	"	Salustiano S. da Silva
85	8	Oscar Carneiro	5	5	907	"	Libanio Carneiro
86	9	Joaquino Rainha	7	1	908	Thuranga	Lucas Rainha
87	10	Tomaz Cabral	28	8	907	Laguna	Marcelino Cabral
88	11	Anna Hüenig	26	7	904	"	Frederico Hüenig
89	12	Rosana dos Santos	19	1	906	"	V. Francisco dos Santos
90	13	Carminê Freitas	25	1	907	"	Victor Freitas
91	14	Paulina Teixeira	23	7	906	"	Cyrc Guimarães Teixeira
92	15	Concêda Alans	10	11	906	"	Leopoldina Alans
93	16	Luiz Machado	27	6	905	"	Curcio In. da Silva
94	17	Jaquira Martins	24	12	905	"	Antônia Martins
95	18	Joanna Costa	15	11	905	"	Eda C. Costa
96	19	Lucinda Ramos Costa	12	9	905	"	Henrique R. Costa
97	20	Lucy Teixeira	18	5	905	"	Thereminio Teixeira
98	21	Maria Baptista da Silva	14	10	906	"	Antônio Bapt. da Silva
99	22	Maria Teixeira	28	9	907	"	Ulysses Teixeira
90	23	Isomira Ulysses	12	1	907	"	Saul Ulysses
91	24	Olga Rollin Cabral	4	8	906	"	João Q. Cabral
92	25	Robertina Faissá	10	12	906	"	Thereminio Faissá
93	26	Rosa Figueiredo	5	2	905	"	Pedro M. Figueiredo
94	27	Yvonne Cabral	19	4	909	"	João Q. Cabral
95	28	Carla Fragalhões	17	1	906	"	Luiz Carlos Fragal



Estado de Santa Catharina

Escola Complementar

annexa ao

Grupo Escolar «*Jeronymo Coelho*»

Eu, *Romeu Ulysses*, substituto do
director da Escola Complementar annexa ao Grupo Escolar «*Jeronymo
Coelho*» de *Raguna*, faço saber que, em vista das anno-
tações obtidas no terceiro anno desta Escola pela alumna *Enedina
R. Alano*, nascida em *Raguna*, a 10 de
novembro de 1905, filha de *Leopoldina Alano*,
lho confio, no uso da faculdade que me é dada pelas Leis do Estado, o presente
diploma, em vista do qual gozará de todos os direitos e prerogativas que as Leis
Estaduais outorgam aos Complementaristas.

Raguna, 14 de dezembro de 1923

O Director substituto

Romeu Ulysses

A Diplomada

Enedina R. Alano

Registro
Biblioteca da Instrução Publica
Recife, 14 de março de 1924

L. P. de P. *[Signature]*
b. m.

Registrado a fl. 4 de livro competente
Biblioteca da Instrução Publica
Recife, 14 de março de 1924.
R. M. de A. *[Signature]*

Notas das aprovações finais

Portuguez	grau 5
Francez	„ 6
Allemao	„ 6
Arithmetica	„ 5
Noções de geometria	„ 5
Noções de physica e chimica	„ 5
Noções de historia natural	„ 5
Geographia geographia	„ 5
Historia do Brasil	„ 6
Desenho	„ 5
Musica	„ 5
Trabalhos manuaes	„ 6
Gymnastica	„ 6



Director substituto da Escola Complementar

Lousa

Termo de abertura.

Serviu este livro para nelle serem
lecionadas as actas de exames da escola municipal
do aviaial. Para Lousa, municipio da
Laguna.
Mesa de Pruebas Estadales da Laguna d.
Junho de 1922.

O Administrador
Nemabosa

Acta dos exames

No dia 12 do mês de dezembro do anno de 1925
na escola publica mista de Rosca Grande no municipio de
Imbituba, presentes os vrs. professores Taciano Barreto do
Nascimento e Apollonia Capitulina Miller (comigo) comido
dos para membros da banca examinadora comigo Laudina
R. Flans professora da mesma escola, deu-se começo aos exames
prescritos no art. 114 do Regulamento Geral da Instrução, as-
sumindo a presidencia o sr. Taciano Barreto do Nascimento.

Dos alumnos matriculados, que são os constantes
da relação annexa, compareceram 36 dos quais 31 pertenciam
ao 1º anno, 2 de 2º e 3 de 3º, tendo faltado do 1º anno 16.
Submettidos ás provas escriptas e oraes, chegou-se ao seguinte
resultado:

1º anno

Approvedos com distincção Jovina Florentino, Paula Javars e
Oton Pereira da Silva; plenamente José Albino dos Reis e
Octavio Pedro Ricardo; simplesmente Estelina Ribeiro, Diaman-
tina Bonta, Ayres Victorino, Antonio Pereira de Oliveira, Diego
Jamezino Florentino, Adelina Gonçalves de Mello, João Duque
Alves, Virgilio Soares de Oliveira, Elydia Gonçalves de Mello e
Antonio João da Rosa. Hippolina Mathilde da Conceição.

2º anno

Approvedos plenamente Virgulina Alves; simplesmente Edu-
arigo Raphaelim Ricardo.

3º anno

Approvedos plenamente Maria Pereira da Silva, simplesmente
Pera Aqueda Pereira, Jovino Gonçalves de Mello e Ceco Pedro
da Rosa.

Com virtude do resultado acima. authorized ficaram
no 1º anno os seguintes alumnos: Abram Victorino, João Gonçal.

os de João José de Azevedo de Azevedo, Manoel João Alves,
Carmem Pereira da Silva, Simão Pedro Ignacio, Sal:
os Manoel Celso, Angelino Alves, João C. de Mello, Maria
Dulce, Maria Faustina de Azevedo, Maria Conceição,
Maria Pereira, Antonia Agueda Pereira, Rosa Pereira da
Conceição, Olíndina Maria José, Maria Antônia Ramos,
Maria Francisca, João C. de Mello, Dalila Agueda Santa
Anna Bernardina de Jesus, Agueda Josephina, Antonio
Farias, Quinto Manoel Machado, Theodoro Joaquim
America Evangelina, Irene Fluminense, Manoel José Brancas,
João José da Rosa, João Ernesto.



Logo o meu presidente dado por concordo os exames
na Academia de Letras, professora desta escola, lavrei a presente
acta que vos assignada pelos membros da banca examinadora
a por mim.

Boca Grande, 12 de novembro de 1924

- O presidente - Theodoro Joaquim
- A examinadora - Apollonia Capitulina Milies
- A professora - Luciana de Azevedo

4

Acta de exames

No dia 10 de mês de dezembro do anno de 1925 na escola publica mixta de Rosa Grande, no municipio de Tombituba, presentes os sr. Manoel Florentino Machado chefe escola e Saviu C. Decco secretario interino convidados para membros da banca examinadora e mais o sr. Pedro Augusto da Silva e as sras. Augustina P. da Silva e Rosa A. Pereira com o sr. Jonedina R. Albano professor da mesma escola, deu-se comeco aos exames prescritos no art. 117 do Regulamento Geral da Instrucção, assumindo a presidencia o sr.

Dos alumnos matriculados, que são os constantes da relação anexa, compareceram 46 dos quaes 42 pertenciam ao 1º anno 4 ao 2º, tendo faltado 5 ao 1º anno e 1 do 2º. Submettidos os alumnos presente ás provas escritas e oraes chegou-se ao seguinte resultado:

1º anno

Approvado com distincção Desjéris Soares de Oliveira, plenamente Adalina Goncalves de Mello, Anna Bernardina de Jesus e Annina Mathilde da Conceição; simplesmente Rosa Pereira da Conceição, Maria Mathilde da Conceição, Elydia Goncalves de Mello, Judith Rosa da Conceição, Jonedina Rosa da Conceição; reprovado Antonio João da Rosa.

2º anno

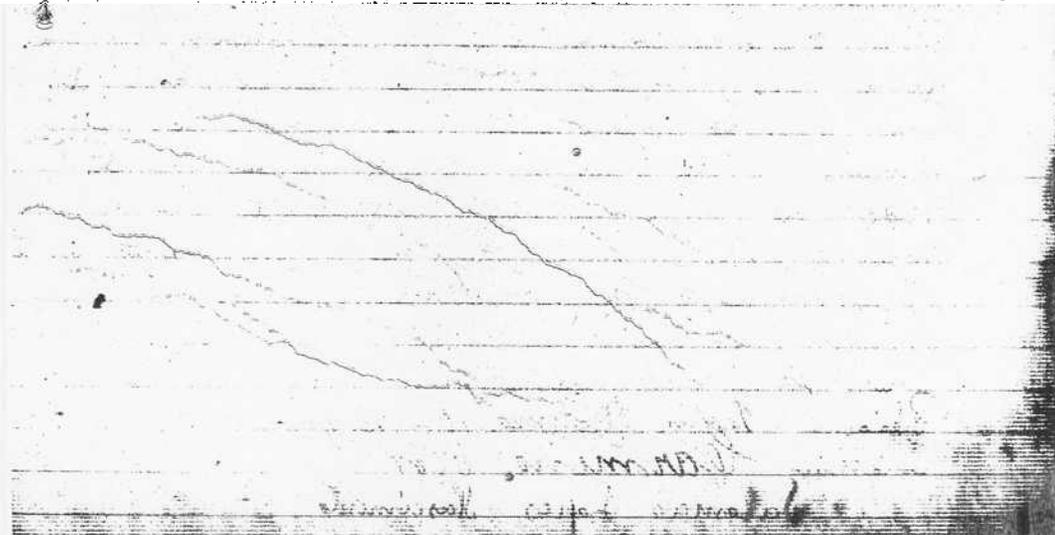
Approvados com distincção Dion Pereira da Silva; plenamente Carla A. Soares, Diamantina Benta; reprovada Estelina Ribeiro.

Em virtude do resultado acima declarado ficaram no 1º anno os seguintes alumnos. Alumn Desjéris, José Goncalves de Mello, José Goncalves de Mello, Manoel João Alves, Salvo Manoel Elidio, Manoel Feliciano Emilio, Pedro Feliciano Emilio, e aluna Feliciano Emilio, João Pedro do Nascimento, Angélica Alves Jr.

cente Pires Machado, José Pereira d'Oliveira, Hermínio Pereira da Silva,
Walter Pereira da Silva, Antonio Ignacio Machado, Antonio Manoel
Leonardo, Alvaro Pedro Ignacio, Manoel José Cláudio Olinda Maria
José, Elza Conceição de Fátima, Carlina Conceição Mello, Abelina João
Alves, Sant'anna João Alves, Teresina Agueda Pereira, Alice Jac
noel Zepherino, Manoel Policarpo, Pedro Augusta Pires, Maria Emigdio
Pires, Maria Anna Conceição, Francisca Antonio Escobar, Maria Luiza, Isa
bel Policarpo, Eudora Justina de Jesus, Dalila José Estacio, Custodia
Antonio Emilio, Angellina Francisco, Alayde Savares Damasio
Alta Lopes de Nascimento.

Sendo a esta presidente dada por concluídos os
exames em Jurema R. Alana, professora desta escola, lavrei a
presente acta que vai assignada por mim e pelos membros da
banca examinadora.

Roca Grande, 10 de dezembro de 1926
O presidente Pedro Augusto da Silva
A examinadora Argentina Pereira da Silva
A professora Jurema R. Alana



Acta de reunião para organização do Conselho Escolar Familiar

Nos 7 dias do mês de março de 1926, na Escola Pública Mista de Poca Grande, município de Imbituba, realizou-se a reunião para organização do Conselho Escolar Familiar. Tomou a presidência o sr. Pedro Thomé da Rosa. Estavam presentes vinte e cinco eleitores, entre os quais os srs. Manoel Soares da Silva, Pedro Augusto da Silva, Pedro Soares de Oliveira, Gonçalo de Melles, Arquímio Polisarpio, João Thomé da Rosa, Livino Teixeira de Melles, Eduardo Ricardo, Manoel José Pereira, Vergílio Thomé Soares, Manoel Feliciano Simões, Julio Alves, Julio Ignacio Machado, João Probstiano de Sousa, João, Barnabé Alves, Ernesto Manoel Louquato, Pedro José Custódio, José Estácio de Sousa, Américo Lavares, Antonio Emilio Januario, Florentino, Manoel Pereira Filho, Ernesto, João Pedro, Pedro Teixeira de Melles e João Manoel Pereira,ommigo Jordana R. Alau, professora da mesma escola. De acordo com o Decreto nº 1882 de 7 de maio de 1925 effectou-se a eleição, ficando como conselheiros os srs. Pedro Thomé da Rosa (presidente), Carmino Flores (encarregado de visar o boletim) e Salomão Lopes do Nascimento. Para substitutos foram eleitos os srs. Manoel José Pereira, Sobrinho, José Thomé da Rosa e Ernesto Manoel Louquato. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente deu por encerrada a reunião, em Teresina R. Alau, professora desta escola, lavrou a presente acta, que vai assignada por mim a pelo membro do Conselho.

Poca Grande, 7 de março de 1926
Presidente Pedro Thomé da Rosa
Conselheiros Carmino Flores
Salomão Lopes Nascimento
Substituto

Alonso

Supplente Manuel José Vergara
Ernesto Elviro Torquato
A profesora Encarna R. Alonso.

[The body of the document contains several lines of extremely faint, illegible text, likely bleed-through from the reverse side of the page.]

Lista de exames.

No dia 6 do mês de dezembro do anno de 1926, na escola publica mixta de Rosa Grande, no município de Tombulim, presentes os senhores José Teixeira de Sousa, Juiz de Paz, e o Sr. Pedro Tulla, convidados para membros da banca examinadora e mais os senhores Thomé da Rosa, Luciano de Sá, Manoel José Teixeira e Sr^{ta} Argentina Teixeira da Silva, com o Sr. Eudina R. Alano professor da mesma escola, deu-se começo aos exames prescritos no art. 114 do Regulamento, Geral da Instrução, assumindo a presidencia o Sr. José Teixeira de Sousa, representando em Chef. Escolar. Dos alumnos matriculados que são os constantes da relação annexa, compareceram 62 dos quaes 54 se inscreveram ao 1º anno, 7 ao 2º e 1 ao 3º sendo faltado 7 do 1º anno, 0 do 2º e do 3º. Submettidos os alumnos presentes a provas escriptas e oraes chegou-se ao seguinte resultado:

1º anno

Approvada com distincão Olindina Maria José, plenamente Inacio Leira, Tereza Agueda Teixeira, simplesmente Hermínio Teixeira da Silva e Manoel Feliciano Emilio

2º anno

Approvado com distincão e louvor Vergilio Soares d' Oliveira, plenamente Rosa Pereira da Conceição, Adeline Gonçalves de Belle, simplesmente Olydia Gonçalves de Belle, Antonio Teixeira d' Oliveira. Reprovados Diogo Januario Lorentino e Maria Cathilde da Conceição

3º anno

Approvado simplesmente Oros Teixeira da Silva.

Em virtude do resultado acima declarado ficaram no 1º anno, os seguintes alumnos: Alvina Telespino, Angelino de Azevedo, Antonio Antonio Alvaro, Pedro Thomé da Rosa e José Thomé

Soares, Bento Manoel Amador, Arlindo Manoel José, Pedro Maria
 da Rosa, Pedro Feliciano Amadio, Manoel João Alves, Manoel
 Januario Silveira, Manoel Joaquim Netto, Eudides Pedro Elyrio
 Sales Manoel Elyrio, João Amador, Celso Gonçalves de Mello
 José Gonçalves de Mello, João Gonçalves de Mello, Walter
 Pereira da Silva, João Victorino, Eurico Victorino, Catulino e João
 Damado Ricardo, António e Vicente Luis Machado, Alvaro e Simão Pedro
 Fogaça, Custódio Vítor Alves, Hygino Eugénio do Santos, João Ernesto
 João Pedro Felizardo de Mello, João Manoel António Fogaça Custódio da
 M. Policarpo, Manoel Luís do Nascimento, Salomão Feliciano Amadio
 Malino, Pedro Roque de Sousa, Alpha Verquato, Arnelina e Santanna
 João Alves, Arnelina e Elza C. de Mello, Angelina e Juazeira Justina,
 de Sousa, Isabel Policarpo, Julia Custódia de Jesus, Maria Anna
 Conceição, Maria António Amílcar Angelina Francisca Amílcar
 Pereira da Silva, Ana Luísa de Jesus, Alayde Saraiva Damasceno.

José Pereira da Silva - O Presidente
~~Manoel José~~ Examinador

Pedro Maria da Rosa Assistentes

Luiz Américo Flor

Manoel José Amador

Argemiro da Silva Pereira

Luiz Américo Flor - H. Professora

Relação das alunas matriculadas na escola de Lagoa Grande
 município de Ibitubá, regida pela professora Jeruza F. Alves
 a que se refere a acta annexa

Numero da aluna	Nome	Idade	Associação a que se refere a acta annexa
1	Alpha Lourenço	9 anos	1ª classe (seção de)
2	Arvelina João Alves	10	1ª classe (seção de)
3	Arigeline Francisca	12	1ª classe (seção de)
4	Arvelina C. de Mello	8	1ª classe (seção de)
5	Arigeline Justina de Sousa	9	1ª classe (seção de)
6	Alayne Sabina Damascos	11	1ª classe (seção de)
7	Arigeline Justina de Sousa	10	1ª classe (seção de)
8	Arina Sousa de Jesus	8	1ª classe (seção de)
9	Carla Regina Antonia Paulina	7	1ª classe (seção de)
10	Patricia Catarina de Jesus	7	1ª classe (seção de)
11	Judicia Justina de Sousa	10	1ª classe (seção de)
12	Elza C. de Mello	9	1ª classe (seção de)
13	Isabel Policarpo	9	1ª classe (seção de)
14	Julia Justina de Jesus	9	1ª classe (seção de)
15	Isabel Justina	11	1ª classe (seção de)
16	Francis Antonia Paulina	11	1ª classe (seção de)
17	Francis Anna Benedita	9	1ª classe (seção de)
18	Arigeline Justina de Sousa	11	1ª classe (seção de)
19	Santanna Justina de Sousa	9	1ª classe (seção de)
20	Veronica Aquino de Jesus	7	1ª classe (seção de)
21	Arvelina Justina de Sousa	12	1ª classe (seção de)
22	Elza C. de Mello	11	1ª classe (seção de)
23	Francis Antonia Paulina	11	1ª classe (seção de)
24	Francis Antonia Paulina	11	1ª classe (seção de)

Relação dos alunos matriculados na escola Pública Triunfal de Roca Grande do município de Trilobal, regida pela professora Guedina S. Gomes que se refere a parte primeira

Nome	Idade	Está matriculado	Anos de curso em que
Antônio Manuel Leonardo	11 anos		1º ano (seção c)
Angelino Alves	11		" " (")
Alípio Gonçalves de Melo	6		" " (")
Antônio Antônio Gama	7		" " (")
Alvim Djalma	10		" " (")
Arturo Manuel	7		" " (")
Antônio José Machado	12		" " (")
Agostinho de S. Ignácio	11		" " (")
Catolino José de S. Ricardo	12		" " (")
Augusto José Alves	3		" " (")
Luiz José de S. F. de S.	7		" " (")
José de S. Djalma	10		" " (")
José de S. Ignácio	10		" " (")
Armenio de S. de S.	10		" " (")
Agostinho José de S.	11		" " (")
José Gonçalves de S.	10		" " (")
João	10		" " (")
João Ernesto	9		" " (")
João de S. de S. de S.	9		" " (")
João de S. de S.	10		" " (")
João de S.	8		" " (")
João Manuel Antônio	10		" " (")
José de S. de S.	8		" " (")
José de S.	7		" " (")
João Manuel Amador	8		" " (")
Manoel João Alves	11		" " (")
Manoel Feliciano de S.	13		" " (")
Manoel de S.	11		" " (")

Relação dos alunos matriculados na escola de Povo Grande do município de ... região da ... professora ... a que se refere o ...

Número do aluno	Nome	Idade	Ano de curso em que está matriculado
29	Francis ...	9 anos	1º ano (curso c)
30	Francis ...	9	1º ano
31	Pedro ...	8	1º ano
32	Pedro ...	8	1º ano
33	Pedro ...	9	1º ano
34	Pedro ...	10	1º ano
35	Pedro ...	10	1º ano
36	Salomão ...	9	1º ano
37	Quilino ...	9	1º ano
38	Yanir ...	10	1º ano
39	Walter ...	8	1º ano
40	Antônio ...	9	1º ano
41	Diogo ...	10	1º ano
42	Luiz ...	10	1º ano
43	João ...	10	1º ano
44	Beato ...	10	1º ano (curso c)

Processão dos fundamentos da usucapão possessória, vista de Roca
 Quanto ao prazo de prescrição, veja a obra de Roca
 R. volume de que se trata a obra citada

Ordem	Nome	Módulo	Número de curso ou estado material de curso
1	Classe Inquisito	1	(...)
2	Classe Possessória	2	(...)
3	Classe Possessória	3	(...)
4	Classe Possessória	4	(...)
5	Classe Possessória	5	(...)
6	Classe Possessória	6	(...)
7	Classe Possessória	7	(...)
8	Classe Possessória	8	(...)
9	Classe Possessória	9	(...)
10	Classe Possessória	10	(...)
11	Classe Possessória	11	(...)
12	Classe Possessória	12	(...)
13	Classe Possessória	13	(...)
14	Classe Possessória	14	(...)
15	Classe Possessória	15	(...)
16	Classe Possessória	16	(...)
17	Classe Possessória	17	(...)
18	Classe Possessória	18	(...)
19	Classe Possessória	19	(...)
20	Classe Possessória	20	(...)

plenamente Alta. Maria da Silva João de Souza Victorino
simplesmente Alta. Vergato.

— Sendo o seu presidente dado por concluidos os exames em
Quedina R. Olavo professora desta escola laurei a presen
te acta, que vos assignada por mim, pelos membros da banca
examinadora, pelas pessoas presentes.

Roga Grande (ombiteba) 29 de novembro de 1929

O Presidente Belmiro João De Souza
Examinadora Zilda Bonard Soares
Assistentes Pedro Thomé da Roga, Formina Constante
A Professora Quedina R. Olavo

ANEXO 7
DOCUMENTOS ENCONTRADOS NA CÂMARA DOS VEREADORES DE
CRICIÚMA

Relatório

Eu, Emedina Alano da Rosa, professora complementarista, inativada, estadual, fui nomeada, para lecionar o Curso de Alfabetização de Adultos e Adolescentes da Vila Operária, no dia 23 de abril de 1953, assumindo dia 2 de maio p.v. até 30 de novembro; a nomeação era feita de ano a ano. Lecionava no Grupo Escolar Coelho Neto, que era de madeira, e o diretor naquela época era o Sr. Mário Lórego, que foi substituído pela professora Neusa Nunes Vieira.

Quando inauguraram o atual "Coelho Neto" sendo de alvenaria, não tinha luz elétrica, para que eu pudesse lecionar.

Foi então pedido ao Padre Albino Destro que era o vigário da paróquia da Santa Bárbara, que cedesse o barracão de festa pois os alunos (mineiros, operários, empregadas domésticas) conseguíssem aprender a ler e escrever, assinando o seu nome, para que pudesse votar nas eleições.

Era então prefeito nessa ocasião, o Dr. Neri Rosa, que deu todo material, para uma sala escolar e ajudava com a quantia de MR (dez mil reis) \$10.000 mensal, pois o estado pagava muito pouco.

Esse dinheiro, que a prefeitura ajudava era pago pelo Sr. João Campos (falecido) que

era o gerente da firma Cicciunmones; sempre pensava, porque essa transação: assinava o recibo, recebia e vinha embora.

Depois de muito tempo, descobri que era para descontar no imposto de renda.

Crescia a população e os jovens e as jovens queriam estudar pois não tinham o primário completo; foi então que a Sra D. Chereim que era a Chefe Escolar (quando Inspetoria Municipal, era ali na Praça do Congresso, na casa do sr Lindolfo Correia) fez a conversão, visto eu ser formada, se dava de lecionar o 3º e 4º ano, como se costumava dizer, para os alunos fazerem o exame de admissão para frequentar o ginásio no Colégio Tereza Michel e no Professor Lapagesse, (pois os outros educandários atuais, ainda não existiam) percebendo o mesmo vencimento do alfabetização de Adultos, sendo porém de 15 de fevereiro a 30 de dezembro de cada ano, obedecendo o currículo escolar.

O bairro Operária Nova, crescia, sendo muitos habitantes de fora; foi então criada uma escola municipal; não tinha casa favorável, para o ensino; cedi a capelinha N. Sra Aparecida; não confortou os alunos.

O prefeito alugou uma sala de uma residência e a D. Elza Reis (falecida) era a diretora e a professora Tola

lecionava de dia, com o material, que o Dr. Neri me deu para lecionar e passei do barracão da igreja para essa sala, lecionando à noite.

Sempre recebendo por recibo; assinava, recebia os vencimentos e voltava para casa.

Em 1965, quando o prefeito era o Sr. Orlando Junks, alguém soubera-me que o Sr. Altair Caseres (ambos falecidos) e a esposa, recebiam da prefeitura, como professores do Curso de Alfabetização de Adultos, sem serem; ele ensinava os meninos para formar a banda musical "Filhos dos Mineiros" e ela nunca chegou em uma sala de aula (política).

Dirigi-me então ao sr. prefeito e lamentei o caso. Foi aumentado os meus vencimentos, sendo sempre assinado a folha que o Clésio Ririgo e esse atual funcionário Antonio Carlos dos Santos, apresentavam, depois ia a presença do sr. Carlos Bórba, Mauro Dônego, Edgar da Rosa, do Nandi; conforme era o prefeito naquela ocasião, recebia o cheque, ia em direção a tesouraria, receber o que me era devido.

Quando o prefeito José Augusto Hülsz, assumiu, foi feito um relatório, igual a este; passou então o pagamento na tesouraria a assinar 3 folhas, ficando uma para o assinante, o que passo a suas

anãos, para verificar o que escrevo.

O Sr. Benedito, que era o secretário do prefeito, encontrou um pacote com os meus documentos, talvez não se encontrem mais, pois foram desaparecidos e queimados muitos documentos.

O que surgiu de diferente, foi que sempre vinha até o 1º semestre de 92, escrito na folha como professora do Curso de Alfabetização; daí em diante aparecia como desercão para o ensino do filho, dos filhos: reclamei, como que uma professora inativa com 85 anos, podia ter filhos para estudar? Como sempre acontece: contra tempos, como este que surgiu agora, que há mais de 30 anos, que recebo a gratificação pelo meu trabalho, vai ser extinta.

Recusei até o ano de 1976. Digo gratificação, porque eu era aposentada do estado, pois trabalhei 25 anos completos e antigamente não se usava aposentadoria duas vezes.

Eis o que relato a V. S. minha
biografia no município de
Criciúma

que assino com o meu
próprio punho

Enequina Albano da Rosa

Rua Venâncio Braz 223
Criciúma



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CRICIÚMA**



ASSESSORIA JURIDICA 669/95

Projeto de Decreto Legislativo nº- 034/95

Ementa: Concede Título de Cidadão Honorário.

Autor: Vereador Manoel Satiro Bitencourt - PDT.

Considerando, o disposto no inciso VI, do artigo 148, do Regimento Interno, onde temos:

" Art. 148 - Os Decretos Legislativos destinam-se a:

.....

VI - concessão de Título de Cidadania."

Considerando, o disposto no artigo 204, também do Regimento Interno, onde temos:

" Art. 204 - Por via de projeto de Decreto Legislativo, aprovado por dois terços de seus membros, em reunião secreta, a Câmara poderá conceder título de cidadão honorário ou qualquer homenagem a personalidades nacionais e estrangeiras radicadas no País, comprovadamente dignas de honrarias."

El. 148 - inciso VI - do Reg. Interno, onde temos:

" § 2º - Os signatários serão considerados fiadores das qualidades da pessoa que deseja homenagear e da relevância dos serviços que tenha prestado."

Conferida a legalidade e constitucionalidade do Projeto de Decreto Legislativo em questão.

Faz-se a presente declaração de legalidade e constitucionalidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 034/95.

Kátia Araújo
Kátia Araújo
OAB/SC 84008



CÂMARA MUNICIPAL DE CRICIÚMA
ESTADO DE SANTA CATARINA



COMISSÃO DE Educação, Cultura, Esporte, Turismo, Saúde,
ATA 30/95 REUNIÃO ORDINÁRIA Meio Ambiente,
DIA 27/11/95 HORA 18:30hs Assistência Social,
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE CRICIÚMA Direitos Humanos.

PRESENTES:

PRESIDENTE: Mauro da Faria Napolini

VICE-PRESIDENTE: Valdemir Rossi

SECRETÁRIO: José Augusto Filho

MEMBROS: Antônio de Jesus Costa
Manoel Satiro Bitencourt

OUTROS VEREADORES: _____

CONVIDADOS: _____

MATÉRIA: _____
ORIGEM: _____
AUTOR: _____
EMENTA: _____

DATA ENTRADA NA COMISSÃO: _____

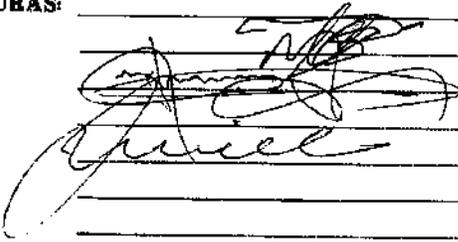
PARECER: ESTA COMISSÃO, RECEBENDO A MATÉRIA EM EPÍGRAFE A FIM DE EXAMAR PARECER, OPINA:

Homenagear a Prof. Onedina e
homenagear tantos educadores que dedicam
sua vida à construção de outras vidas,
usando como ferramentas, as idéias.

Homenageá-la significa agradecer
tanto tempo por ela investido, em ativi-
dades filantrópicas e comunitárias.

Não só digno de homenagem mas
também de reverência e esta decisão que o
Ver. Manoel Sabro Bithencourt teve a honrosa
idéia de indicar para Cadeira Honorária de Leis.
Pela Apreciação. Sala das Sessões, 11/11/95
Maria Dal-Farra Maspolini - Relatora.

OBSERVAÇÕES: _____

ASSINATURAS: _____




CÂMARA MUNICIPAL DE CRICIÚMA
ESTADO DE SANTA CATARINA



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REPARAÇÃO

ATA 031 REUNIÃO ORDINÁRIA

DIA 20-11-95 HORA 1830

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE CRICIÚMA

PRESENTES:

PRESIDENTE: JOSE PAULO SIMPLICI

VICE-PRESIDENTE: VILGILIO PEREIRA

SECRETÁRIO: LEONE C. DE FARIA

MEMBROS: LIAMAR DA SILVA

ROSELI M. FAUSTO

OUTROS VEREADORES: _____

CONVIDADOS: _____

MATÉRIA: _____ *pol/034/95*
ORIGEM: _____
AUTOR: _____
EMENTA _____

DATA ENTRADA NA COMISSÃO: _____

PARECER: ESTA COMISSÃO, RECEBENDO A MATÉRIA EM EPÍGRAFE A FIM DE EXAMAR PARECER, OPINA:

pela legalidade e constitucionalidade e sugere a nomeação de Educação e Cultura

20/11/95

OBSERVAÇÕES: _____

ASSINATURAS:

[Handwritten signatures]



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara Municipal de Criciúma



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 034/95

Concede Título de Cidadã Honorária de Criciúma

Art. 1º - Fica concedido o título honorífico de Cidadã Honorária de Criciúma à Professora ENEDINA ROSENTI NA ALANO DA ROSA, pelas relevantes serviços prestados à Comunidade.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data / de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, em 31 de Outubro de 1995

MANOEL SATIRO RITHENCOURT
VEREADOR - PMT

CÂMARA MUNICIPAL DE CRICIÚMA

APROVADO REJEITADO

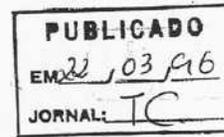
ÚNICA DISCUSSÃO - POR 17 X 01 EM 12.03.96

1ª DISCUSSÃO - POR EM

2ª DISCUSSÃO - POR EM



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CRICIÚMA



DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/96, de 13 de março de 1996.

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃ HONORÁRIA DE CRICIÚMA, "IN MEMORIAM", À ENEDINA ROSENTINA ALANO DA ROSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WILMAR DA CONCEIÇÃO, Presidente da Câmara Municipal de Criciúma. Faço saber que o Plenário aprovou e eu promulgo o seguinte

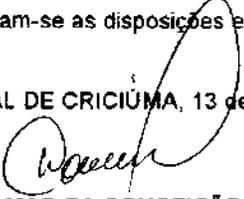
DECRETO LEGISLATIVO:

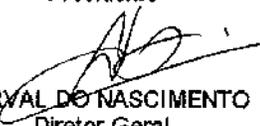
Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadã Honorária do Município de Criciúma, "in memoriam", à Professora ENEDINA ROSENTINA ALANO DA ROSA, pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE CRICIÚMA, 13 de março de 1996.


WILMAR DA CONCEIÇÃO
Presidente


DORVAL DO NASCIMENTO
Diretor Geral

Publicado nesta data. Registrado em livro próprio.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CRICIÚMA

PL-083/96
11 014 97
MORADA DO SUL

PROMULGAÇÃO: 04/04/97

LEI Nº 3.410, de 04.04.97

INSTITUI A INCLUSÃO DO CONTEÚDO " HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA" NOS CURRÍCULOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CRICIÚMA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Criciúma, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 35, §§ 5º e 7º, da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte lei:

Art. 1º As escolas da Rede Municipal de Ensino incluirão no Programa das disciplinas de Estudos Sociais, História e Geografia o conteúdo "HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA".

Art. 2º A inclusão deste conteúdo será destinado às crianças da pré escola e de todas as séries do 1º grau.

Art. 3º No ensino do conteúdo "HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA", evidenciado nos artigos anteriores, devem ser salientados os seguintes aspectos:

I - valorização dos aspectos políticos, históricos e sociais da cultura negra, assim como, dos aspectos que evidenciam a contribuição dos indivíduos afros-brasileiros para a construção do país;

II - que o enfoque deste ensino seja sob o ângulo da história crítica - que contextualiza a multirracialidade da sociedade brasileira - e não sob o ângulo da História convencional;

III - que o material didático para esta finalidade seja elaborado com base em dados reais, consultando sempre que necessário, pesquisadores, Organizações Culturais Negras e militantes do movimento negro do Estado e do País;

IV - que contextualize a partir dos fundamentos filosóficos da história e cultura negra a importância dada a democratização da vida social, a preservação ecológica, o respeito a crianças, ao idoso e a mulher;



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CRICIÚMA

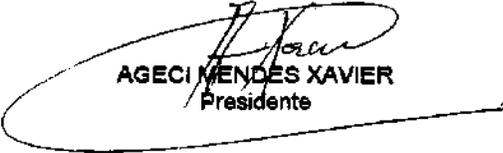
Art. 4º Os professores passarão por cursos de qualificação sobre os conteúdos a serem ministrados, organizados, pela Secretaria Municipal de Educação com assessoria do movimento negro.

Parágrafo Único - O tema em pauta visa, sobremaneira, fazer com os estudos da "HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA", contribua para o resgate da cidadania e identidade dos afro-brasileiros, assim como, estimule a melhoria da qualidade das relações sociais entre os homens de todas as raças.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, passando a ser aplicada a partir do ano letivo de 1.997.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE CRICIÚMA, 04 de abril de 1997.


AGECI MENDES XAVIER
Presidente

ANEXO 8
DOCUMENTOS ENCONTRADOS DA CASA DA FILHA ONÉLIA ALANO DA
ROSA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



REGISTRO CIVIL

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMARCA DE CRICIÚMA

DISTRITO DA SEDE

CEP 86802-220 - RUA TEN. ARI RAUEN, 50 - FONE: (046) 433-0281

Suely Vieira Farias

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

Andreino Vieira Farias
OFICIAL MAIOR

Adriana Vieira Farias Mussi
ESCREVENTE JURAMENTADA

CERTIDÃO DE ÓBITO

CERTIFICO que às fls. 191 do livro C n° 41 de Registro de Óbitos, deste Cartório sob termo n° 16.578 Consta o assentamento de ENEDINA ROSENTINA ALANO da ROSA/, falecida aos 06 de janeiro de 1996 às 16.50 horas, em Hospital São José- nesta cidade do sexo fem., de cor parda, profissão aposentada natural de Laguna-SC domiciliado em neste distrito e residente em neste distrito com 89 anos de idade, estado civil viúva filha de José Honorato Alano (falec), profissão , natural deste Estado residente em e de Teodora Maxima de Jesus (falec), profissão , natural deste Estado e residente em

Foi declarante Onelia Alano da Rosa - aposentada sendo o atestado de óbito firmado pelo Dr. João Carlos Mazzini Juliano que deu como causa da morte miocardiopatia Dilatada - Fibrilação atrial Crônica - Acidente Vascular Isfônico Embólico.

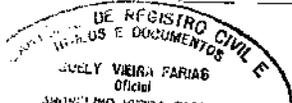
o sepultamento foi feito no Cemitério de Criciúma

Registro feito aos: 09-01-96

Observações: A falecida não deixou bens a inventariar, deixando 04 filhos e era viúva de Otacilio Galdino da Rosa.

O referido é verdade e dou fé.

Criciúma, 09 de janeiro de 19 96.



Suely Vieira Farias



DIOCESE DE TUBARÃO
S. CATARINA - BRASIL

Paróquia de St. Antônio
das Anjos - Laguna

CERTIDÃO DE BATISMO

Certifico que revendo os livros de termos do Batismo realizado nesta Paróquia, encontrei no livro 39 a fls. 115 nº. _____ um esento do teor seguinte:

A trinta e um de março de mil e novecentos e sete

na paróquia Reumo. Pe. Manoel João Luiz da Silveira
batizou solemnemente a Onedina nascida a _____ de _____
de noventa e seis de mil novecentos e seis
filha natural de Leodegésia Maxima de Jesus

Foram Padrinhos: Miguel Olano de Bittencourt
Jeremias Netto

do que para constar, fiz este esento que se lino.

(Ass.) Pe. Manoel João Luiz da Silveira

Nada contém o referido termo que fielmente copiel do original.

Laguna 21 de Janeiro de 1982
Tridiano C. Duarte

P. Pároco

Taxa Cr\$

100,00



Relatório



Eu, Emília Rosentina Alano da Rosa,
nasci no dia 10 de novembro de 1906, na cidade
de Laguna, do estado de Santa Catarina.

Fiz os cursos primário e complementar,
no Grupo Escolar Ferreira Coelho, da minha cidade
de natal.

Em 21 de agosto de 1924, fui nomeada
por telegrama, para lecionar na localidade de
Roca Grande, município de Timotuba, que era chefe
escolar, o tenente José Ovídio da Rosa.

Assumi no dia 26 de agosto do mesmo ano
lecionando até 23 de abril de 1930.

Fui removida para a localidade de Pesca-
ria Brava, município de Laguna.

Por perseguição política e preconceitos
não me foi possível ficar, nessa localidade, (1930)

Fui removida para a escola estadual
de Charraumbra, município de Imaruí, a qual
mista, aos 24 de abril de 1930, aonde fiquei até 1945.

Em governador nessa época, Dr. Nereu Ramos.

Em 1944 decretou que todas as professoras
deveriam voltar, a escola aonde foram nomea-
das; Voltei a Pescaria Brava assumindo a mi-
nha vaga; a perseguição continuou, oficiei ao Sr.
Governador expondo o caso e voltei para Sarnam-
buia. Lá casei-me com o jovem Otacilio Galdi-
da Rosa, lançada, aos 27 de janeiro de 1947.

Deste casamento surgiram 4 filhos:

Denilda-José, Odilon-Joel, Ovídio e
Emília; meu marido ficou arraz doente, por
não haver na localidade recursos médicos, fodi

removido. Não tive sorte pois ele veio a falecer
no dia 27 de maio de 1945.

Fui então removido para escola estadual
de Garrepilha 1º município de Valeão
para localidade de Rio Queimado, assumindo
no dia 27 de junho de 1945 e lecionei até
18 de setembro de 1949, data essa da aposen-
tadoria; com muito sacrifício dei estudos aos
meus filhos: Osvaldo José fez a graduação no
Seminário de São Judas; não foi possível
continuar os estudos, mais tarde tirou o curso
de encanador.

Odilon Joel cursou o primário no
Denai em Diderópolis e foi construtor de obras.

Osvaldo frequentou o Colégio Stella Má-
ria de Laguna, terminando o primário na esco-
la estadual de Bairro Branco município de
Laura Müller.

Como estavam crescendo e não ha-
veria meios suficientes para eles estudarem
separadamente, fui convidado por um
casal amigo que residia em Quicimora, para
me mudar nessa cidade, e assim ficariamos
todos juntos.

Em 26 de dezembro de 1949, viemos
morar em Diderópolis até 29 de dezembro de
1950. Dia seguinte aceitei o convite do casal
e viemos morar em Quicimora, até esta data
24 de outubro de 1995.

Quando estava morando em Rio
Queimado, eram unidos os partidos digo
existiam UDN e PTB, com muitos ajudos
os políticos daquele município.



Quando chegado em Craciúma, seguindo a minha vocação, comecei a lecionar partituras. Foi que faleceu a professora do Curso Dupletivo de Alfabetização de Adultos e Adolescentes da Vila Operária, que devido ser correligionária dos partidos já mencionados, o Dr. Flávio Filipe, conseguiu que eu substituisse, começando a lecionar dia 2 de maio de 1953 até 30 de abril de 1978.

Surtingo nessa época o Malhada, que por questões políticas, o Sr. Alberto Schmidt, que era o chefe escolar, cortou o meu direito de trabalhar mas mesmo assim continuei na minha profissão, em particular, dando ao município de Craciúma, milhões de eleitores. Comecei a receber R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos mil reais) era esse o salário dado pelo estado.

Em 1974 tive a felicidade de festejar as minhas bodas de ouro, no magistério.

Fui sócio do Hospital Santa Catarina, fundei a 1ª capelinha no Bairro Operária Nova, mais tarde passou a ser chamado Centro Catequético São Pio V, em companhia do Sr. Romeu Lopes de Canavialho, fizemos o recenseamento escolar, aonde na capelinha, foi fundada a 1ª escola municipal com o nome de E. M. Nossa Senhora Aparecida.

Sou católica fervorosa, pertencendo a todas associações religiosas, ainda com esta idade começada ainda ajuda as necessidades.

Faltou uma grande relato: quando



a Secretária de Educação do município,
era na casa do Sr Lindolfo Corrêa, na
praça do Congresso, eu fui convidada a
acompanhá-lo; era Secretária de Educação
a Sra Gessi Tereza.

Chegando lá, a referida sua mãe
insistiu e porque da seu chamado.

Era para que eu lecionasse o 3º e 4º
ano, porque muitas pessoas não tinham
terminado o primário e algumas queriam
fazer o exame de admissão, como se dizia
naquela época; eu receberia uma gratificação
da prefeitura, para trabalhar de 15 de janeiro
a 15 de dezembro, seguindo o currículo escolar.

Fazem 38 anos que recebo essa
gratificação, atualmente R\$ 110,00 reais.

Éis o meu passado e presente.

Em 24 de outubro de 1995

Subscrevo-me

Emédina R. Alamo da Rosa
Rua Venâncio Braga, 222
Bairro Princesa Isabel
Paciência - S. C.

República Federativa do Brasil
Estado de Santa Catarina

Município de Criciúma Poder Legislativo



Certificamos que a

**Enequina Rosentina
Alano da Rosa,**

in memoriam

foi outorgado o título honorífico de

**Cidadã Honorária
de Criciúma**

pelos relevantes serviços prestados à comunidade

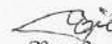
nos termos do Decreto Legislativo

N.º 04/96, de 13 de março de 1996.

Criciúma, 19 de junho de 1996.


Wilson da Conceição
Presidente


Alvaro da Silva
1.º Secretário


Vilso Pereira
Vice-Presidente


Alcebino Pacheco
2.º Secretário

Rubrica															
Matricula n. Nome. <u>EMEDINA ALANO ROSA</u>															
REGISTO FUNCIONAL															
ANO	Rubrica	Cargo e classe - Cargo e posto - Função	Antidade - Decretos - Lei	N. de pontos	Vencimento	Qualificação de longo	Dietas pessoais			Fases		Exercício			
							R.	Pa.	Ass.	De	Mh	Ass.	De	Mh	Ass.
1924	Matrícula	Professor Complementarista	S.I.J. - 21-8-24								28	8	24	28	28
1942	Apostila	Professor Complementarista - padrão B	U.J.E.S. - 14-7-42		200,00										
1942	Apostila	Professor Complementarista - padrão D	S.J.E.S. - 18-11-42		250,00										
1944	Amo. de vencimento	Prof. Complementarista	C.E. - Decreto-lei de 17-11-1944		350,00										
1945	Amo. de vencimento	Prof. Complementarista	C.E. - Decreto-lei de 5-11-45		500,00										
1947	Amo. de vencimento	Professor Complementarista - padrão C	C.E. - Decreto-lei nº 307, de 29-11-46		700,00										
1949	Aposentadoria, art. 7º, § 2º, da Lei 249, de 11-11-49 (D.O. de 26-9-49)	Professor Complementarista - padrão C	C.E. - Decreto de 19-9-49.		8.400,00 anual										
1957	Apostila (D.O. de 1-12-57)	Professor Complementarista - padrão C	G.E. - Lei n. 1.629 de 22-12-56.		2.400,00										
1961	Amo. de vencimento (D.O. 19-12-61)	Prof. Complementarista - padrão C	G.E. - Lei n. 2.975 de 18-12-61.		8.500,00 a partir de 1-12-61.										

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 NOME: Emedina Alano Rosa
 FILIAÇÃO: PAI Yosi Honorato Alano MÃE Isadora Tráquina de Jesus
 Estado civil na data de nascimento: solteira
 Estado civil após o casamento: casada
 CATEGORIA: Com. de Matrícula Data de matrícula: 15-12-23
 Estabelecimento em que se formou: Q. O. "Jesu'nimo Coelho"
 Localidade e estabelecimento em que se formou: Escola de Nova Grande
 Data de nascimento: 21-1-24
 Data em que assumiu o exercício: 26-8-24
 Observações: Contada
 Assinatura: Emedina Alano Rosa
 Data: 11-12-61
 ARQUIVO

REQUERENTE : *Eredina R. Alana da Rosa*..... SEAP 29816/920
ASSUNTO : CONCESSÃO/ CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO

Fls. 02
Rub.

À SECRETARIA DE JUSTIÇA E ADMINISTRAÇÃO,

Senhor Gerente, *Eredina Rosantina Alana da Rosa*....., matricula no. *14.969-1*....., Aposentado(a) no cargo de *Professor*..... nível *300/216*....., com o tempo de serviço de *25* (anos) *00* (meses) *28* (dias)....., solicita através do presente processo, revisão para fins de inclusão em Folha de Pagamento após o deferimento das..... parcelas a que tem direito de licença-prêmio convertidas em pe cúnio em virtude do não usufruto, como da não utilização dos mesmos pa ra complementação aposentatório.

A presente solicitação fundamenta-se no artigo 40, pará grafo 4, da Constituição Federal e acordo do Tribunal de Justiça (Pro - cesso Administrativo no. 825 da Comarca da Capital, tendo como inte resssado o desembargador EUCLIDES DE CERQUEIRA CINTRA).

Quando da passagem para a inatividade o(a) requerente con tava com a cessão dos seguintes períodos (indicaremos na forma de quin quênio adequado o artigo 118 e 217 da Lei no. 6844/86).

Decênios concedidos	Quinquênio/atuais parcelas
..... a a
..... a a
..... a a
..... a a
..... a a
..... a a
..... a a

Sugerimos também a concessão de Licença-prêmio referente ao(s) quinquênios(s) de *21.08.24 a 21.08.29, 22.08.29 a 22.08.34, 23.08.34 a 23.08.39, 24.08.39 a 24.08.44 e 25.08.44 a 25.08.49*

Face ao acima exposto, opinamos pela Conversão de..... *05* (...*cinco*...) parcelas referente aos quinquênios de *24/29, 29/34, 34/39, 39/44 e 44/49* desta forma remeta-se a Secretaria de Justiça e Administração para os devidos fins.

GEDID, em *04/09/99*
.....
funcionária informante

Validamos as informações do origi na origem.
Somos pelo deferimento da present e solicitação.

NANCY COOK ZYTKUEWISZ
Gerente de Cadastro, Direitos e Deveres Funcionais

152

SEAP 29816/920

03SE 4531/922

LEGITADO

03-SE

EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETARIO DA Justiça e Administração

Enequina R. Alamo da Rosa, matrícula nº 14.769-1
(nome do servidor)

_____, nascido(a) em 10/11/1906, ocupante de _____
(estado civil)

cargo da categoria funcional de Professora

nível _____, Referência _____, com regime de trabalho

de _____ (_____) aposentada
(lotado(a) e/ou exercício)

no(a) Secretaria de Educação / 3ª SERE
(unidade escolar)

código _____, município de Orizânia

vem mui respeitosamente requerer o pagamento das licenças
prêmios trabalhadas e não gozadas a que faz
jus.

Nestes Termos

Pede Deferimento

Orizânia, 25 de agosto de 1992
Enequina Rosentina Alamo da

Rosa

CADASTRO SJA

M. S. J.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS

DA : GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS
PARA : GERENCIA DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTOS - GEDID

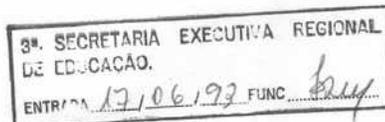
REF.: DEFERIMENTO DE PROCESSO

ANEXO. ESTAMOS DEVOLVENDO AO ORGAO DE ORIGEM, O PROCESSO DE CONVER-
SÃO PECUNIARIA DE LICENÇA PREMIO, DO SERVIDOR INATIVO DESSE, DEFERI-
DO ATRAVES DE RELATORIOS, REMETIDOS A SECRETARIA DE ESTADO DO PLANE-
JAMENTO E FAZENDA, PARA PAGAMENTO NO MES DE MAIO DE 1993.

GEABE, 20 DE MAIO DE 1993.



G.E.A.B.E./SEJAD



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)